----------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2000----------

----------ACTA NÚMERO UM / DOIS MIL----------

---------- Aos doze dias do mês de Janeiro do ano de dois mil, nesta Vila de Oeiras e Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal de Oeiras, sob a Presidência do Senhor Presidente Doutor Isaltino Afonso Morais, estando presentes os Senhores Vereadores Doutor José Eugénio Moutinho Tavares Salgado, Engenheiro José Arménio Lopes Neno, Doutor Arnaldo António Pereira, Doutor José Eduardo Leitão Pires Costa, Doutora Teresa Maria da Silva Pais Zambujo e ainda presentes embora entrados no decurso da reunião Luís Filipe Martins Pires, Emanuel Silva Martins, Doutor José David Gomes Justino e Doutora Maria Manuela Augusto. -- ----------

---------- Faltou o Senhor Vereador Doutor Jorge Manuel Bicó da Costa tendo a Câmara considerado justificada a respectiva falta. ----------

1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS: ----------

---------- Às dezassete horas e trinta minutos, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião e submeteu à votação a respectiva ordem de trabalhos que foi aprovada por unanimidade dos presentes. - ----------

2 - APROVAÇÃO DE ACTAS: ----------

---------- O Senhor Presidente submeteu à votação a acta número vinte e seis, de noventa e nove, de nove de Dezembro, previamente distribuída pelo que foi dispensada a sua leitura, tendo-se verificado a sua aprovação por unanimidade dos presentes, sem prejuízo de possíveis futuros pedidos da alteração ao respectivo texto. ----------

---------- Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta. ----------

3 - DESPACHOS:----------

---------- A Câmara tomou conhecimento, de harmonia com o disposto no número três, do artigo sexagésimo quinto, do Decreto-Lei número cento e sessenta e nove, de noventa e nove, de

dezoito de Setembro, dos despachos proferidos pelos Senhores Presidente e Vereadores no uso de competências delegadas. ----------

4 - SITUAÇÃO FINANCEIRA:----------

----------Foi presente o balancete da Gerência de mil novecentos e noventa e nove, referente ao movimento de fundos do dia de ontem, o qual acusa um saldo de operações orçamentais no valor de um bilião oitenta e um milhões quinhentos e setenta mil trezentos e cinquenta e dois escudos, tendo o Senhor Presidente informado da situação financeira, saldos cativos e encargos existentes, traduzindo-se a situação num saldo real negativo de seiscentos e quarenta e seis mil quinhentos e quarenta contos.----------

5 - PAGAMENTOS:----------

----------a) Pagamentos autorizados anteriormente:----------

----------A Câmara tomou conhecimento de terem sido processados os pagamentos a que respeitam as autorizações números dezoito mil novecentos e vinte e dois a dezanove mil novecentos e vinte e oito, no valor global de um bilião novecentos e sessenta e quatro milhões setecentos e vinte mil oitocentos e oitenta e quatro escudos.----------

O Presidente,

----------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2000----------

6 – ASSUNTOS DO C.A DOS SMAS: ----------

---------- A Câmara tomou conhecimento dos principais assuntos tratados na reunião do Conselho de Administração dos SMAS realizada no passado dia vinte e oito de Dezembro, os quais são: - ----------

---------- "Foi presente a reunião do Conselho de Administração anterior ----------

---------- Tomou conhecimento do Balancete de Movimento de Tesouraria à data.----------

---------- Tomou conhecimento da Listagem das Ordens de Pagamento processadas nas semanas transactas. ----------

---------- Foi aprovada por unanimidade a Sexta Alteração Orçamental – PPI e MOAF. ---------

---------- Sistema adutor da zona ocidental do concelho de Oeiras / Construção Civil do Reservatório de Leceia / Prestação de serviços para a fiscalização da empreitada – Foi aprovado por unanimidade a abertura de concurso limitado sem apresentação de candidaturas, aprovação de programa de concurso e caderno de encargos e nomeação de júri.----------

---------- Substituição do colector doméstico que atravessa a linha de caminho de ferro, junto à Praceta Luís de Freitas Branco, em Paço de Arcos – Foi aprovado por unanimidade a adjudicação por ajuste directo, à firma António Filipe Teodósio, Limitada, pelo valor de quatro milhões e trezentos mil escudos, mais IVA, sem celebração de contrato escrito.----------

---------- Remodelação das redes de abastecimento de água na Rua Costa Pinto e circundantes, em Paço de Arcos - Adjudicação, por ajuste directo, à firma António Filipe Teodósio, Limitada, pelo valor de dezoito milhões mil oitocentos e cinquenta escudos, mais IVA, com dispensa de celebração de contrato escrito. ----------

---------- Empreitada de reparação de roturas na rede de águas nas freguesias de Queijas e Carnaxide - Foi aprovada por unanimidade a adjudicação, por concurso limitado, à firma António Filipe Teodósio, Limitada, pelo valor global de vinte milhões de escudos mais IVA,

com dispensa de celebração de contrato escrito. ----------

----------Empreitada de reparação de roturas na rede de águas nas freguesias de Porto Salvo e Barcarena - Foi aprovada por unanimidade a adjudicação, por concurso limitado, à firma António Filipe Teodósio, Limitada até ao valor global de vinte milhões de escudos, mais IVA, com dispensa de celebração de contrato escrito. ----------

----------Renovação do contrato de manutenção dos sistemas de análise em contínuo instalados na zona alta da Brandoa, sistema da Atalaia, alto de Algés, alto do Montijo, Barcarena e alto da Amadora (Fonte dos Passarinhos) - Foi aprovada por unanimidade a adjudicação, por ajuste directo, à firma Tecnilab Portugal, pelo valor global de cinco milhões cento e quarenta e dois mil escudos, mais IVA, sem celebração de contrato escrito.----------

----------Prestação de Serviços pela firma Habitágua – Foi aprovada por unanimidade a renovação automática do contrato existente, com actualização do valor anual para cento e trinta e oito milhões e seiscentos mil escudos, mais IVA. ----------

----------Construção Civil do Reservatório da Atalaia – Foi aprovado por unanimidade a prorrogação do prazo. ----------

----------Concurso Interno de Acesso Geral para provimento de um lugar na categoria de Técnico Superior de Primeira Classe da carreira de Engenheiro Civil – Foi homologada a acta número dois e nomeada por votação secreta e por unanimidade a candidata única Isabel Maria Guerreiro Marques Estêvão de Sousa e Vasconcelos.”----------

O Presidente,

----------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2000----------

7 - ASSUNTOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:----------

---------- I - O Senhor Presidente deu conhecimento à Câmara da remessa pela Assembleia Municipal dos seguintes ofícios:----------

---------- Número trezentos e vinte e um, remetendo cópia da documentação apresentada por moradores do Bairro da Medrosa (velho) em Oeiras no período respeitante ao público da reunião de treze de Dezembro de noventa e nove. ----------

---------- Número trezentos e vinte e dois, remetendo cópia da deliberação sobre: "Plano de Actividades da Câmara Municipal de Oeiras para o ano de dois mil":----------

---------- "A Assembleia Municipal de Oeiras apreciou o Plano de Actividades da Câmara Municipal de Oeiras para o ano dois mil, aprovado em suas reuniões extraordinárias realizadas em dezasseis e vinte e dois de Novembro findo e deliberou por maioria com vinte e três votos a favor, sendo vinte e um do Partido Social Democrata e dois do Partido Popular, cinco votos contra da Coligação Democrática Unitária e doze abstenções do Partido Socialista, aprovar na generalidade o referido Plano de Actividades.----------

---------- Mais foi deliberado, por unanimidade dos votos, aprovar em minuta esta parte da acta." ------ ----------

- ---------- Número trezentos e vinte e três, remetendo cópia da deliberação sobre: Orçamento da Câmara Municipal de Oeiras para o ano de dois mil": ----------

---------- "A Assembleia Municipal de Oeiras apreciou o Orçamento da Câmara Municipal de Oeiras para o ano dois mil, aprovado em suas reuniões extraordinárias realizadas em dezasseis e vinte e dois de Novembro findo e deliberou por maioria com vinte e três votos a favor, sendo vinte e um do Partido Social Democrata e dois do Partido Popular, cinco votos contra da Coligação Democrática Unitária e doze abstenções do Partido Socialista, aprovar na generalidade o referido Orçamento. ----------

----------Mais foi deliberado, por unanimidade dos votos, aprovar em minuta esta parte da acta.”------- ----------

----------Número trezentos e vinte e quatro, remetendo cópia da deliberação sobre: “Plano de Actividades dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora para o ano de dois mil”: ----------

----------“A Assembleia Municipal de Oeiras apreciou o Plano de Actividades dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora para o ano dois mil, aprovado na sua reunião extraordinária realizada de vinte e dois de Novembro findo e deliberou por maioria com dezoito votos a favor, sendo dezassete do Partido Social Democrata e um do Partido Popular e catorze abstenções, sendo nove do Partido Socialista e cinco da Coligação Democrática Unitária aprovar o referido Plano de Actividades. ----------

----------Mais foi deliberado, por unanimidade dos votos, aprovar em minuta esta parte da acta.”------- ----------

----------Número trezentos e vinte e cinco, remetendo cópia da deliberação sobre: “Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora para o ano de dois mil”:-------- ----------

----------“A Assembleia Municipal de Oeiras apreciou o Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora para o ano dois mil, aprovado na sua reunião extraordinária realizada de vinte e dois de Novembro findo e deliberou por maioria com dezoito votos a favor, sendo dezassete do Partido Social Democrata e um do Partido Popular e catorze abstenções, sendo nove do Partido Socialista e cinco da Coligação Democrática Unitária aprovar o referido Orçamento. ----------

----------Mais foi deliberado, por unanimidade dos votos, aprovar em minuta esta parte da acta.”------- ----------

----------Número trezentos e vinte e seis, remetendo cópia da deliberação sobre: ”Aquisição

de duas fracções autónomas, correspondentes às antigas salas de cinema, nas Galerias Comerciais do Alto da Barra": ----------

---------- "A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta a que se refere a deliberação número dezassete da reunião da Câmara Municipal, realizada em vinte e quatro de Novembro findo e deliberou por unanimidade de votos aprovar a alteração ao contrato promessa de aquisição de duas fracções autónomas, correspondentes às antigas salas de cinema, nas Galerias Comerciais do Alto da Barra, cancelando a deliberação de vinte e oito de Julho de noventa e nove, nos termos e condições propostos pelo Órgão Executivo do Município, traduzidos naquela deliberação. ----------

---------- Mais foi deliberado, também por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da acta." ------ ----------

---------- Número trezentos e vinte e sete, remetendo cópia da deliberação sobre: "Registo trinta e um mil cento e catorze, de noventa e nove – Aquisição do Lote EIT – Oito, Fábrica da Pólvora."-- ----------

---------- "A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta a que se refere a deliberação número quarenta e dois da reunião da Câmara Municipal, realizada em vinte e quatro de Novembro findo e deliberou por maioria com vinte e um votos a favor, sendo quinze do Partido Social Democrata, cinco da Coligação Democrática Unitária e um do Partido Popular e oito abstenções do Partido Socialista aprovar a aquisição pelo Município do Lote EIT – Oito, Fábrica da Pólvora de Barcarena, pelo valor global de duzentos e sessenta e sete milhões de escudos, à Universidade Atlântica, EIA - Ensino, Investigação e Administração, Sociedade Anónima, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. ----------

---------- Mais foi deliberado, por unanimidade de votos, aprovar em minuta esta parte da acta." ------ ----------

----------Número trezentos e vinte e oito, remetendo cópia do termo de posse do Conselho Municipal de Segurança e acta síntese das reuniões do referido Conselho.----------

----------II - Após tomar conhecimento dos assuntos a Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, dar-lhes execução.----------

----------Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta.----------

O Presidente,

----------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2000----------

8 – INFORMAÇÕES – SR. PRESIDENTE: ----------

---------- O Senhor Presidente iniciou a sua intervenção dando conhecimento que, no dia vinte e oito de Dezembro, pelas doze horas, foi inaugurada a escultura do Marquês de Pombal, que teve lugar na Quinta do Marquês, sendo esta situação provisória, uma vez que, o objectivo é colocá-la na Rotunda, quando for objecto de expropriação, de qualquer das formas, não pode deixar de fazer uma referência elogiosa à Divisão de Espaços Verdes, bem como ao Departamento de Ambiente e Equipamento e Departamento de Infra-Estruturas Municipais, que estiveram envolvidos nesta empreitada porque a construção civil foi levada a cabo pelo empreiteiro, mas todos os arranjos exteriores estiveram a cargo da CMO, e de facto considera que foi feito um trabalho com bastante qualidade em pouco tempo, estando no local, uma diversidade biológica significativa, entre as quais estão algumas oliveiras que vieram do Alentejo, dois azevinhos, aciprestes, sicas iucas, cedros, tílias, etc.. ----------

---------- No dia vinte e nove, às sete horas da manhã, foi iniciada a demolição do Bairro da Junção do Bem, mais conhecido por Bairro da Pia à Porta, que foi uma demonstração simbólica do trabalho que a CMO tem vindo a desenvolver em termos de política de habitação, e que contou com a presença de alguns populares, tratando-se de um bairro com uma carga simbólica significativa pois passaram por este local cerca de cento e trinta famílias ao longo de cinquenta anos, e ultimamente residiam neste bairro quarenta e três famílias, que foram todas realojadas durante os últimos dois meses. ----------

---------- Seguidamente, deu conhecimento de uma carta de Victor Guedes – Indústria e Comércio, Sociedade Anónima (Azeite Galo), a qual é do seguinte teor: ----------

---------- "Tivemos conhecimento, através da imprensa diária, da iniciativa que a CMO promoveu no sentido de salvar exemplares de oliveiras cuja antiguidade lhes conferem um valor patrimonial único e insubstituível.----------

----------Como operadores de longa data no sector do Azeite, esta iniciativa, que consideramos a todos os títulos exemplar, tocou-nos de forma muito particular e não gostaríamos de perder a oportunidade, caso ela se mantenha, de a secundar promovendo, pela nossa parte, o transplante, para a nossa Fábrica em Abrantes, de outros exemplares porventura disponíveis. -----

----------Nesse sentido, agradecemos, caso seja entendido possível e conveniente, nos seja indicado qual a entidade a quem nos devemos dirigir no sentido de recolhermos e salvarmos algumas mais das árvores de valor histórico excepcional que, pelos vistos, estão a ser, pura e simplesmente, abatidas. ----------

----------Seria para nós um privilégio podermos associar-nos a uma iniciativa que nos merece os maiores aplausos, movendo-nos o propósito de assinalar com este gesto a importância que atribuímos a tudo o que, de qualquer forma, possa contribuir para a preservação da Nossa Memória Colectiva.----------

----------Antecipadamente grato pelo acolhimento que este pedido possa merecer." ----------

----------De seguida, leu um excerto de uma entrevista dada pelo Senhor Vereador Arnaldo Pereira , ao Jornal de Notícias, no dia trinta e um de Dezembro de noventa e nove, o qual é do seguinte teor: ----------

----------"O Vereador da CDU defende que os planos de pormenor e director municipal e os regulamentos camarários "devem ser rigorosamente cumpridos". Ao contrário do presidente da edilidade, que considera, segundo Arnaldo Pereira, "a observância rigorosa dos mesmos pode constituir uma limitação ao crescimento urbanístico" do concelho". ----------

----------Prosseguindo e a este propósito referiu que, o que foi dito pelo Senhor Vereador Arnaldo Pereira deve ter sido um lapso, pois concerteza que não foi isto que quis dizer, porque o Presidente da C.M.O. nunca fez uma afirmação destas, razão pela qual a considera uma barbaridade, pois o que disse na reunião de Câmara a propósito da Inspecção dos Planos de Pormenor foi que, a Câmara Municipal ao elaborar Planos Municipais se auto limita na sua

competência e fá-lo justamente porque, muitas das Câmaras Municipais trabalham com projectos de loteamento, os quais são susceptíveis de sofrer alterações pela própria Câmara Municipal, além de que, um projecto de loteamento aprova duzentos fogos, avança uma alteração e passa para trezentos fogos, não havendo problema nenhum e é absolutamente legal, porque está dentro da competência da Câmara Municipal, enquanto que, a CMO tem dado prioridade aos Planos de Pormenor, e fá-lo exactamente porque o Plano de Pormenor abrange uma área territorial mais ampla e não é microscópica como um projecto de loteamento e portanto, pode fazer planeamento de uma forma mais rigorosa, mais equilibrada, criando condições para a cedência de terrenos destinados a equipamentos, etc.. ----------

---------- Continuando, referiu que, o que disse foi que, os planos de pormenor têm um inconveniente, ou seja, qualquer pequeno ajustamento que se faça, nem que seja só a simples mudança de implantação de um prédio, carece de autorização Ministerial, o que, auto-limitava a Câmara de uma forma extraordinária e teve que se ponderar se valia a pena continuar a fazer Planos de Pormenor, quando a apreciação por parte das Inspecções do ponto de vista da legalidade, era de tal forma rígida que, vinte ou trinta metros a mais num prédio era considerada uma ilegalidade, nunca tendo ligado o crescimento urbanístico do concelho à observância rigorosa dos planos, pensando que não foi isto que o Senhor Vereador Arnaldo Pereira quis dizer, mas de qualquer das formas gostaria de ser esclarecido sobre isto.----------

---------- Seguidamente, deu conhecimento que, na sequência da queda de alguns bocados dos tectos das salas de aula da Escola Básica Dois-Três, de Caxias, teve oportunidade de fazer uma visita à escola, juntamente com a Senhora Vereadora Teresa Zambujo, onde pôde constatar o estado lamentável e miserável em que esta escola se encontra, pois além de estar a cair, há salas onde o telhado está à vista, há aulas a funcionar em contentores que não têm as mínimas condições, e de facto, só o trabalho heroico dos professores, é que pode justificar a continuação das aulas no referido estabelecimento, sendo incompreensível que, da parte do Ministério da

Educação, não tenha sido dado já andamento à construção de uma nova escola nos terrenos indicados pela Câmara, na Pedreira Italiana, tanto mais que, a própria Câmara já gastou cerca de trinta e nove mil contos, na terraplanagem do terreno, na medida em que, o Ministério da Educação tem tido uma política "avestruz" porquanto não pretende fazer projectos, mas sim fazer projectos-chapa iguais para todo o país, independentemente, das condições geológicas, físicas e topográficas, pretendendo o terreno plano. Ora a C.M. negociou com o Instituto de Reinserção Social a cedência do terreno e terraplanou-o, justamente, para dar prioridade à construção da escola, mas a verdade é que isto já foi feito há mais de um ano e meio e a escola nem sequer começou a ser construída e nem tem projecto. ----------

----------Prosseguindo, referiu que, na sequência desta visita, pediu ao Senhor Ministro da Educação uma audiência, que veio a ser concedida, não pelo Senhor Ministro, mas sim pelo Senhor Secretário de Estado da Administração Educativa e que coincidiu com a sua visita a Timor de forma que, comunicou ao Senhor Secretário de Estado que não poderia estar presente, uma vez que teria que se ausentar do país para efectuar a sua visita a Timor, mas estaria presente nesta reunião, em sua representação, a Senhora Vereadora Teresa Zambujo, responsável pelo Pelouro da Educação, e na sequência destes factos foi comunicado pelo Gabinete do Senhor Secretário de Estado que a Senhora Vereadora Teresa Zambujo seria recebida ou pelo Chefe de Gabinete ou por um Assessor do Secretário de Estado, razão pela qual informou a Senhora Vereadora que não devia estar presente nesta reunião, pois não fazia qualquer sentido na medida em que isto demonstra qual é o conceito de diálogo que o Governo tem, pois confunde um eleito com um assessor do próprio Ministro do Secretário de Estado de forma que, irá solicitar uma nova reunião ao Senhor Ministro para expôr a situação, e se por acaso não for recebido com a urgência necessária, terá que dar uma conferência de imprensa sobre esta situação. ----------

----------Seguidamente, deu conhecimento que, efectuou uma visita a Timor integrado numa delegação da Associação Nacional de Municípios, constituída pelo Presidente da Associação,

bem como, mais três vice-presidentes, ou seja, além de si próprio, o Presidente da Câmara de Benavente, do Partido Comunista, e o Presidente da Câmara de Albergaria, do Partido Popular, mais o Secretário Geral e um Assessor da Associação, tendo esta visita sido iniciada no dia dois e terminou no dia dez. ----------

---------- Prosseguindo, informou que, só as deslocações envolveram quase cinco dias, entre a ida e a vinda, tendo estado três dias em Timor e em relação a si esta visita ultrapassou todas as suas expectativas; em primeiro lugar, pela surpresa dramática de verificar que a situação no terreno é muito pior do que aquela que é dada pelos meios de comunicação social, principalmente, os canais de televisão, pois deram uma imagem muito real do que se viveu em Timor, mas para quem está à distância poderá pensar que só um ou outro município é que foi mais afectado; a verdade, porém, é que todo o território foi destruído, havendo mesmo alguns municípios em que a destruição ultrapassa os noventa por cento, o que demonstra que tudo o que foi feito foi cirúrgico, pois os edifícios foram destruídos e incendiados propositadamente, não se tendo limitado às ruas principais, e em certos locais, em que o tipo de organização espacial e urbana é um bocado diferente do europeu, pois as casas são espalhadas um bocado indiscriminadamente, não têm telhado e foram todas queimadas. Muitas das casas que foram ocupadas pelos indonésios, as portas, as janelas e as madeiras, foi tudo retirado, de forma que, a situação neste aspecto é muito complicada, colocando a questão inclusivé, onde é que os timorenses vivem, valendo-lhes o clima que é quente, pois há milhares de pessoas a dormir debaixo de tectos de plástico, na sequência de estarem a ser construídas pelas Nações Unidas casas em plástico, que têm uns pilares em madeira e o resto é plástico. ----------

---------- Continuando, deu conhecimento que tiveram oportunidade de ficar instalados na Missão Portuguesa, que está a ocupar o edifício que era o Colégio das Irmãs Canosianas, com três ou quatro funcionários do Comissariado de Timor, além de doze médicos que estão a dar apoio ao hospital e aos centros de saúde mais próximos, alguns bombeiros, membros do corpo

diplomático, que estão a aguardar que a recuperação da futura Embaixada de Portugal fique pronta. ----- ----------

----------Prosseguindo, informou que a delegação teve oportunidade de ser recebida pelo Ministro de Dilí, Dom Ximenes Belo, pelo Bispo de Baucau, Dom Basílio Nascimento, além de terem tido uma reunião com o Senhor Sérgio Vieira Melo, Administrador das Nações Unidas, bem como, com o Doutor Ramos Horta, não tendo tido oportunidade de falar com o Comandante Xanana Gusmão, pois saíu uns dias para a Austrália e comunicou que tinha muita pena de não os poder receber, tendo sido acompanhados durante toda a visita, pelo Senhor Engenheiro João Carrascalão, não podendo deixar de manifestar a sua opinião, pois o que se ouve cá é muito diferente do que se vê lá, porque, se por um lado o discurso que os políticos em Portugal fazem, não têm nada a ver com a realidade do que se passa em Timor, isto é, se por um lado aqui se diz que não falta nada para Timor, a verdade é que, no terreno não se vê nada, pois não há casas a serem reconstruídas, ou seja, está tudo parado e inclusivé, a própria Missão Portuguesa tem uma filosofia de um certo miserabilíssimo, que a médio prazo vai ter consequências graves, pois viu médicos a lavarem a roupa nas casas de banho, não há loiça, cada um tem que lavar a loiça onde come; os responsáveis pela Missão que são pessoas muito simpáticas, procuram dar uma ideia de que a situação é esta e quem vai para lá sabe que é assim que as coisas estão, só que discorda totalmente disto porque, uma coisa é um cenário de guerra, as pessoas dormirem em tendas e sujeitarem-se às condições, mas outra coisa é estar-se numa missão de cooperação em que tem que se estar três meses ou mais, havendo mesmo pessoas que estão na disposição de estar até cerca de dois anos, tem que se ter um mínimo de condições, pois dorme-se em camaratas, não há chuveiros para se tomar banho, julgando que são situações muito complicadas e que, ao fim de um ou dois meses já era para haver outras condições, até porque, o refeitório era uma grande panela, de onde se servem todos directamente, e no fundo, pensa que existem algumas dificuldades de coordenação pois devia haver alguém que coordenasse os cooperantes e que

desse apoio à logística, de forma a haver limpeza, as obras iam-se fazendo, de maneira a dar condições, pois para quem lá esteve três dias, tudo bem, pois qualquer coisa se arranja, mas notou nos cooperantes que lá estavam alguma insatisfação, porque os cooperantes portugueses vão para lá receber o mesmo que recebem em Portugal, ou seja, cerca de trezentos contos, enquanto que, os administradores que vão ser nomeados pela ONU, além de não ser nenhum português, vão ganhar vencimentos que rondam entre os mil e quinhentos e os dois mil e quinhentos contos por mês, dado serem considerados como sendo altos funcionários, notando-se uma desorganização a todos os níveis, mas apesar de tudo isto, são muito simpáticos têm um espírito diferente, reconhecendo eles próprios que os portugueses se mantiveram lá ao longo de quatrocentos e cinquenta anos porque os timorenses quiseram, porque se não tinham mandado os portugueses embora, uma vez que o máximo de pessoas que estiveram lá entre civis e militares, foram três mil portugueses, e os indonésios chegaram a ter lá trinta mil militares e, de facto para todo o lado para onde se vai só se vê é quartéis, tendo instalado controlos militares nas estradas apesar de agora estar tudo destruído também, mas era de facto um regime de grande repressão e opressão dos timorenses, razão pela qual dizem que, de facto, Portugal era uma presença consentida e é interessante a maneira como falam dos portugueses, porque por exemplo, em Maratutu, numa reunião havida lá, os timorenses referiam "os nossos portugueses" e a dada altura, quando foi da previsível visita do Presidente da República Português, ao que parece, Timor em peso caía em Dilí, ou seja, cerca de duzentas ou trezentas mil pessoas para ver o Presidente da República, tendo o Inspector dos Bombeiros contado que havia lá um velhote que tinha uma ou duas bandeiras portuguesas ainda do tempo da colonização, e que foi torturado pelos indonésios quando souberam que ele tinha as bandeiras, pois ele queria entregá-las ao Presidente da República aquando da sua visita, de forma que, quiseram saber quem era o tal velhote. E foram, à sua procura, sendo interessante verificar que, a partir dos trinta e cinco/quarenta anos todas as pessoas falam português, de maneira que andaram às voltas até que

conseguiram encontrar o Senhor Silva, com oitenta e quatro anos e que lhes mostrou a bandeira, embrulhada num pacote de linho, tendo sido uma emoção muito grande quando o Senhor Silva abriu o pacote e tirou a bandeira de Portugal, tendo depois sido tiradas fotografias, mas a dada altura o Senhor Silva inquiriu "mas então quando é que o nosso Presidente cá vem?", e é engraçado verificar o sentimento afectuoso pelos portugueses que é extraordinário.----------

----------Prosseguindo, referiu que, em Maratutu teve conhecimento que estava na altura de fazer a colheita do arroz, mas faltava-lhes cimento e algumas canalizações; já tinham o orçamento feito, que era duzentos e cinquenta contos, tinham apresentado o projecto há um mês na Missão Portuguesa e na UNTAET e ainda não tinham recebido nenhuma resposta, mas por acaso tinham consigo em dinheiro duzentos e cinquenta contos e então disse que lhes arranjava o dinheiro, mas como estavam consigo os outros elementos da delegação houve logo ali um conselho e ficou decidido que a A.N.M.P. paga os duzentos e cinquenta contos, mas depois começaram a pensar que o melhor seria tratarem eles próprios das coisas, de forma que saíram dali, foram para Dilí e compraram o material todo necessário, o qual entregaram a quem de direito e que vai dar que fazer a cem famílias, sendo este apenas um aspecto simbólico para mostrar que o que falta em Timor é a resolução destes pequenos problemas, pois as pessoas têm necessidade de ver trabalho no terreno e não vêem, tendo sido para si uma desilusão enorme, pois estava convencido que já havia muito trabalho no terreno, tendo dito ao Doutor Rui Fonseca, Adjunto do Padre Melícias, que devia estar mais ligado à cooperação propriamente dita, considerando que há pouca capacidade de decisão e o que eles precisam é de exemplos, apesar de o clima não ser muito próprio para um trabalho muito intenso, devido ao calor, mas os timorenses querem trabalhar, só que têm que ser apoiados e ajudados e neste aspecto, Portugal está claramente a perder terreno, pois não sabe se o Governo Português tem consciência do que é que se está lá a passar, tendo sido informado que o Padre Melícias esteve em Timor na altura do Natal, os timorenses estão ansiosos pelos portugueses, pois para eles, os Presidentes dos distritos

seriam todos portugueses, mas a verdade é que em reuniões havidas, a generalidade dos outros países ainda colocam o problema colonial, ou seja, consideram que Portugal ainda tem pretensões neocolonialistas, o que é um absurdo, mas os problemas são outros, pois também há fantasmas por causa do Euro, mas mesmo que eles adoptem o escudo, não é o escudo português, mas para eles é importante porque é uma questão de identidade, assim como a língua portuguesa, pois querem que seja a língua oficial, tendo assistido ao início de um curso de reciclagem para professores primários, em que um dos aspectos fundamentais era a língua portuguesa, dizendo mesmo que é a língua portuguesa que se fala hoje em Portugal e não a que se falava antes ou o brasileiro e a pessoa que estava a dar o curso fala o português correcto. ----------

---------- Em suma, pensa que esta visita da A.N.M.P. foi muito positiva, tendo já desbloqueado cerca de duzentos mil contos para apoios a Timor, tendo sido enviados setenta computadores, aparelhos de ar condicionado, frigoríficos, milhares de livros, cadernos, canetas, lápis, etc., de forma que, no âmbito de políticas de geminação, é mais visível no terreno o trabalho do que aquilo que o Estado possa fazer, sendo também de realçar o trabalho dos médicos e dos bombeiros, que é extraordinário, sendo os bombeiros muito queridos lá, pois estão a dar formação de bombeiros, aulas de português e sobretudo, estão a fazer um trabalho social e na área da saúde fantástico, pois são eles que vão buscar doentes ao interior do território, e se não fossem eles, os timorenses morriam, pois no segundo dia em que lá estava, houve um indivíduo que atacou um grupo de quatro pessoas à catanada e, como havia uma ambulância, conseguiram transportar o doente e os outros tiveram que ser transportados num jeep improvisado, porque foi solicitado um helicóptero e a resposta foi que só estaria disponível dentro de quarenta e oito horas e, assim, conseguiram salvar todos; entretanto, a dada altura, o Primeiro Tenente Silva Ribeiro comunicou-lhe que são os militares que estão a recuperar a escola primária de Maratutu, mas só têm dinheiro para três salas, quando elas são onze e então a C.M.O. assumiu o compromisso de suportar os custos das outras oito salas de aula, indo comprar o material a

Darwin, tendo aproveitado a ocasião para contar ao Primeiro Tenente o episódio do que tinha acontecido com o ataque ao grupo de quatro pessoas e que demorava quarenta e oito horas a chegar o helicóptero, ao que o Primeiro Tenente respondeu que existem dois helicópteros na fragata e que estão à disposição, tendo informado o inspector desta situação, mas este tipo de situações tem que ser desbloqueada, pois a Delegação da A.N.M.P. só lá esteve três dias e desbloqueou uma série de situações, sendo também de referir que a comunicação social portuguesa não lhes deu importância nenhuma, tendo a TSF feito algumas reportagens por cá, a SIC também lá estava mas nunca apareceu, a RTP saíu de lá às catorze horas, quando a delegação chegou às onze da manhã, tendo-lhes dito ainda para fazerem uma reportagem, mas a RTP respondeu que já tinha tudo empacotado, mas ontem, por acaso, encontraram-nos em Darwin e é claro que as câmaras não estavam nada empacotadas. Todavia, é preciso ver que a delegação da A.N.M.P. pode vir a ter um papel importante na reconstrução de Timor e, no caso da geminação de Oeiras com algum dos municípios será talvez com Baucau, de todo o modo, o Bispo Dom Basílio Nascimento é muito organizado, um homem do terreno e pode-se contar com ele talvez, de forma que, faz todo o sentido que a C.M.O. faça mais alguns contactos e tenha uma acção visível no terreno e não apenas de gestos solidários, indo ser feito um relatório para o Senhor Primeiro Ministro e para o Padre Melícias e dar uma perspectiva do que se passa lá em Timor, de forma a serem desenvolvidas acções concretas de ajuda e recuperação de Timor. -------

----------Por último, deu conhecimento que irá ter lugar, amanhã às quinze horas e trinta minutos, o lançamento da primeira pedra da Variante à Duzentos e Quarenta e Nove-Três, que contará com a presença do Senhor Ministro Jorge Coelho, a que se seguirá uma cerimónia na C.M.O. onde serão assinados os autos de consignação desta obra.----------

----------No dia vinte e nove irá ter lugar a inauguração do edifício do Clube de Artes e Ideias, na Fábrica da Pólvora, que contará com a presença do Senhor Presidente da República.----------

----------Durante esta intervenção entraram na sala os Senhores Vereadores Luís Pires,

Manuela Augusto e Emanuel Martins. ----------

O Presidente,

----------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2000----------

9 – MARCAÇÃO DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA: ----------

---------- Sob proposta do Senhor Presidente a Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, marcar uma reunião extraordinária para o próximo dia dezanove, pelas dezassete horas, a fim de analisar o ponto agendado sob o número dois mil setecentos e setenta e dois, de noventa e nove "Concessão de exploração conjunta da actividade desenvolvida pelos SMAS de Oeiras e Amadora". ----------

---------- Mais foi deliberado considerar desde já convocados, para o efeito, os Senhores Vereadores, bem como, elaborar o respectivo Edital. ----------

---------- Finalmente foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta.----------

O Presidente,

----------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2000----------

10 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR ARNALDO PEREIRA: ----------

---------- O Senhor Vereador Arnaldo Pereira iniciou a sua intervenção, reportando-se à questão da entrevista que deu ao Jornal de Notícias, em que a questão substancial que focou foi referida pelo Senhor Presidente na reunião de vinte e dois de Dezembro de noventa e nove, em que disse que se iria fazer uma reunião, expressamente para discutir o relatório da IGAT com os serviços, tendo inquirido o Senhor Presidente para quando é que está prevista esta reunião. A questão que colocou foi apenas esta, ou seja, em vários momentos o Senhor Presidente tem dito que o apego rígido aos planos de pormenor poderá constituir um factor que limita o desenvolvimento, ao que o **Senhor Presidente**, no uso da palavra, respondeu que nunca disse isto, mas sim que, do ponto de vista da legalidade, a CMO fica sujeita a que se diga que está a violar a legalidade pelo facto de autorizar mais trinta ou quarenta metros quadrados de construção de um edifício no âmbito do Plano de Pormenor, pois é feita uma interpretação rígida por parte da Inspecção, relativamente ao cumprimento do Plano de Pormenor, qualquer pequena alteração fica logo sujeita a que se diga que está ilegal, mas isto não tem nada a ver com o desenvolvimento, nem com o crescimento, de forma que nunca poderia ter dito aquilo que vem na entrevista do Senhor Vereador Arnaldo Pereira que por questões de natureza política, diz este tipo de coisas e até lhe fica mal, pois está a alargar o âmbito de uma expressão sua que não tem nada a ver com a realidade, porque qualquer pessoa minimamente inteligente nunca diria este tipo de coisas, até porque não é a primeira vez que o Senhor Vereador Arnaldo Pereira se engana e diz coisas deste género e o excerto em destaque é demagogia pura, pois a interpretação menos rígida de um Plano de Pormenor não tem nada a ver com o crescimento urbanístico, mas sim com o facto de, se se está num terreno inclinado em cerca de vinte por cento e se ao nível do plano se previa uma volumetria na ordem dos seis pisos e com o desenvolvimento dos trabalhos verifica-se que vai ficar com sete pisos e o piso que está a mais é para estacionamento, por

exemplo, mas nem isto pode ser feito e não tem nada a ver com conhecimento urbanístico, ao que o **Senhor Vereador Arnaldo Pereira** de novo no uso da palavra, referiu que a questão que colocou foi que, efectivamente, tem preconizado e até se tem prestado a algumas intervenções e comentários irónicos por parte do Senhor Presidente, não se esquecendo que há quatro anos atrás, foi acusado de defender os planos quinquenais, de forma que considera que os planos uma vez aprovados, devem ser rigorosamente observados e cumpridos e de facto, o que disse a propósito do relatório da IGAT, é que, ao contrário do Senhor Presidente da Câmara, que acha que se pode justificar uma interpretação flexível dos planos, considera que os planos devem ser rigidamente e rigorosamente cumpridos. Está disposto, inclusivé, a documentar esta afirmação através de várias observações e comentários que o Senhor Presidente tem feito dizendo que, do seu ponto de vista, deve haver uma certa flexibilidade, ao que o **Senhor Presidente** retorquiu que esta afirmação continuará a fazê-la, pois não é isto que está em causa, até porque, quanto a si, um plano de pormenor não deve ser interpretado rigidamente e cegamente, pois no terreno pode-se vir a verificar que o estudo relativo a esse plano de pormenor tinha qualquer deficiência e neste caso, tem que ser corrigido, assim como também admite que um Plano de Pormenor que contém uma determinada área de estacionamento e em que há, por parte do construtor, vontade de fazer mais estacionamento, a Câmara autoriza que se faça, mas não é pelas razões que o Senhor Vereador Arnaldo Pereira dá, ao que aquele **Senhor Vereador** retorquiu que, provavelmente, até foi uma expressão que a jornalista usou indevidamente, pois certamente até conhece a resposta da Câmara, mas a questão que defende e que referiu à jornalista e que também referiu várias vezes nas reuniões de Câmara é a de que os Planos de Pormenor são para ser cumpridos rigorosamente.

----------O **Senhor Presidente** retorquiu satisfazer-se com essa resposta. ----------

----------Seguidamente, deu conhecimento que ontem participou numa reunião do Conselho Geral da EIA, tendo dado conhecimento da carta, convocatória e respectivas minutas das actas referentes às reuniões realizadas nos dias vinte e um de Setembro e catorze de Dezembro de

noventa e nove, as quais a seguir se transcrevem:----------

---------- "Excelentíssimo Senhor,----------

---------- Pela presente se envia convocatória para reunião do Conselho Geral da EIA, Sociedade Anónima, que terá lugar no próximo dia catorze de Dezembro na sede desta Sociedade, assim como a minuta da acta da reunião do dia vinte e um de Setembro próximo passado, referida no ponto um da mesma convocatória. ----------

---------- A documentação relativa à matéria do ponto três será enviada oportunamente." -------

----------"Convocatória ----------

---------- Convocam-se os membros do Conselho Geral da EIA – Ensino, Investigação e Administração, Sociedade Anónima, para reunião a ter lugar no dia catorze de Dezembro de mil novecentos e noventa e nove, pelas dezasseis horas, na sede da Sociedade, em Barcarena, com a seguinte ordem de trabalhos: ----------

---------- Um – Aprovação da acta da reunião anterior; ----------

---------- Dois – Ponto de situação e informações;----------

---------- Três – Apreciação e aprovação do Plano de Actividades e Orçamento para o ano lectivo de mil novecentos e noventa e nove/dois mil; ----------

---------- Quatro – Outros assuntos."----------

----------"Minuta----------

---------- Acta número trinta e quatro, do Conselho Geral da EIA – Ensino, Investigação e Administração, Sociedade Anónima. ----------

---------- Aos catorze dias do mês de Dezembro de mil novecentos e noventa e nove, pelas dezasseis horas e trinta minutos, reuniu na sede social da EIA – Ensino, Investigação e Administração, Sociedade Anónima, sita na Antiga Fábrica da Pólvora de Barcarena, em Barcarena, Oeiras, o seu Conselho Geral, com a seguinte ordem de trabalhos:----------

---------- Um – Aprovação da acta da reunião anterior; ----------

----------Dois – Ponto de situação e informações;----------

----------Três – Apreciação e aprovação do Plano de Actividades e Orçamento para o ano lectivo de mil novecentos e noventa e nove-dois mil;----------

----------Quatro – Outros assuntos. ----------

----------Estavam presentes os seguintes membros do Conselho Geral: ----------

---------- Ricardo Oliveira (Presidente); ----------

---------- Arnaldo Pereira;----------

---------- João Ferrão;----------

---------- Manuel Macara. ----------

----------Fizeram-se representar pelo Presidente do Conselho Geral os conselheiros António Alvim e David Justino.----------

----------A convite do Conselho Geral estava presente o Reitor da Universidade Atlântica Manuel Machado Macedo, a Vice-Reitora da Universidade Atlântica Maria Antónia Castro e Almeida, o Presidente da Direcção da EIA Luís Marques Mendes e os Directores Francisco Temudo Barata, Nelson Lourenço e Teresa Caetano. Também presente estava Teresa Soares da Cunha, no apoio técnico.----------

----------O Presidente do Conselho Geral verificou estarem presentes ou representados seis dos treze membros do Conselho Geral, pelo que considerou não ser possível ao Conselho deliberar validamente. No entanto e após consulta aos conselheiros presentes, foi decidido realizar a reunião de acordo com a ordem de trabalhos estabelecida embora sem tomada de decisões, pelo que o Presidente declarou aberta a sessão. ----------

----------Antes de entrar na ordem de trabalhos, procedeu-se à distribuição pelos presentes de um documento enviado para este efeito pelo conselheiro David Justino, intitulado "Universidade Atlântica – Contributos para uma revisão da estratégia de desenvolvimento". ----------

----------O Presidente do Conselho Geral propôs que se iniciassem os trabalhos pelo ponto

quatro, o que foi aceite pelos presentes. ----------

---------- Entrando no ponto quatro, o Presidente do Conselho Geral leu a carta que lhe foi dirigida no dia vinte e nove de Novembro próximo passado, pela accionista Ana Maria Benavente da Silva Nuno em que, nos termos do disposto no número dois, do artigo oitavo, dos estatutos da Sociedade, é solicitado o consentimento do Conselho Geral para alienação do capital social da EIA, Sociedade Anónima, detidas por este accionista e em que se informa a quem e em que condições será concretizada essa transmissão de acções. ----------

---------- Foi informado que a Direcção da EIA deliberou por unanimidade que a Sociedade não exercerá o direito de preferência na aquisição destas acções e que, tendo-se procedido à devida consulta a todos os accionistas da EIA, ninguém manifestou o desejo de exercer a preferência, prevista no citado artigo dos estatutos, na aquisição destas acções. ----------

---------- Uma vez que nesta sessão não foi possível deliberar validamente por falta de quorum, o Conselho Geral deverá deliberar em próxima reunião se é dado o consentimento da Sociedade à transmissão, ao valor nominal, das mil acções detidas pela accionista Ana Maria Benavente da Silva Nuno no capital social da EIA, Sociedade Anónima, a favor da Senhora Doutora Maria de Deus Carrilho, no dia vinte e cinco de Janeiro de dois mil. ----------

---------- Em seguida, foi abordada a situação levantada pela carta de vinte e três de Junho enviada ao Presidente do Conselho Geral pelo anterior Presidente da Direcção, Carlos Campos Morais, respeitante à sua situação remuneratória. O Presidente do Conselho Geral informou que a Direcção da Sociedade chegou a um acordo com o Professor Carlos Campos Morais sobre este assunto, pelo que o mesmo pode considerar-se encerrado. ----------

---------- Ainda no âmbito do ponto quatro o Presidente do Conselho Geral leu um fax enviado à Universidade Atlântica pelo Doutor Francisco Capelo, pessoa nomeada pela Fundação Berardo como seu representante neste Conselho Geral da EIA, em que o mesmo esclarece não ser membro do referido Conselho Geral uma vez que não aceitou qualquer nomeação para o mesmo.

O Presidente do Conselho Geral irá tomar o assunto entre mãos e escrever à Fundação Berardo a solicitar esclarecimentos relativamente ao mesmo. ----------

----------Passou-se ao ponto um – Aprovação da acta da reunião anterior – tendo os conselheiros presentes aprovado a minuta proposta e entretanto distribuída com a seguinte única alteração: -- ----------

----------No parágrafo onde se lia: "Após esta intervenção o Conselho Geral mandatou a Direcção para promover a alienação do imobilizado conforme proposto por aquele órgão e solicitar aos accionistas a prestação de suprimentos por forma a prosseguirem-se os objectivos que presidem a este projecto." ----------

----------Deverá ler-se: "Após esta intervenção o Conselho Geral mandatou a Direcção para promover as acções necessárias para a eventual alienação do imobilizado conforme proposto por aquele órgão e solicitar aos accionistas a prestação de suprimentos por forma a prosseguirem-se os objectivos que presidem a este projecto."----------

----------Relativamente ao ponto dois da ordem de trabalhos, foi dada a palavra ao conselheiro Arnaldo Pereira, que informou que a Câmara Municipal de Oeiras, accionista por ele representado, na sequência das diligências feitas pela Direcção da EIA, irá constituir suprimentos em favor da Sociedade, no valor de sessenta mil contos, estando a disponibilização deste montante prevista em duas fases: vinte mil contos até ao final de mil novecentos e noventa e nove e quarenta mil contos durante o ano de dois mil. ----------

----------Por outro lado, relativamente à alienação do imobilizado da EIA, o mesmo conselheiro informou ter sido incluída e aprovada no Plano de Actividades e Orçamento da Câmara Municipal de Oeiras (CMO) para o ano dois mil a inscrição de uma verba destinada à reaquisição, pela CMO, do terreno designado por "terreno de quatro hectares".----------

----------Este conselheiro lembrou que o mesmo terreno foi vendido à EIA ao abrigo de um protocolo que previa o direito de reversão a favor da CMO caso não fossem nele construídas as

instalações destinadas à Universidade Atlântica.----------

---------- O conselheiro Arnaldo Pereira concluiu dizendo estar viabilizada, pelo lado da CMO, a possibilidade deste accionista readquirir o terreno referido por um valor actualizado, se essa for a vontade da Sociedade.----------

---------- Foi de seguida dada a palavra ao Presidente da Direcção que informou que, além da CMO, foram contactados pela Direcção outros accionistas, nomeadamente a Fundação Berardo, a Teixeira Duarte, o Montepio Geral, a Caixa Investimentos e o BPI, solicitando a constituição de suprimentos em favor da Sociedade, não havendo, até ao momento, quaisquer outros contactos da Direcção ou iniciativas de outros accionistas.----------

---------- Passou-se ao ponto três, em que foi dada a palavra ao Presidente da Direcção que apresentou o documento intitulado "Plano de Actividades e Orçamento corrente para o ano lectivo mil novecentos e noventa e nove/dois mil", capítulo um do documento elaborado pela Direcção e oportunamente distribuído aos membros do Conselho Geral. ----------

---------- O Presidente da Direcção sublinhou tratar-se de um orçamento corrente, que não contempla as necessidades de expansão de instalações e outros recursos, sobretudo no caso de virem a ser aprovados os processos relativos às licenciaturas de Enfermagem e de Fisioterapia apresentados pela UATLA ao Ministério da Educação e se a sua entrada em funcionamento tiver lugar no ano lectivo de dois mil/dois mil e um. ----------

---------- Os investimentos para além do orçamento corrente deverão ser contemplados e aprovados num documento estratégico sobre a configuração a médio prazo do projecto UATLA.

---------- O Presidente da Direcção sublinhou ainda: ----------

---------- Um – A necessidade do grande empenho dos accionistas da Sociedade;----------

---------- Dois – A necessidade de aumentar o número de alunos pelos menos até atingir o break-even;----------

---------- Três – A necessidade de maior agressividade na divulgação da Universidade; ---------

----------Quatro – A necessidade de sensibilizar as várias câmaras municipais circundantes para seguirem o exemplo da CMO e tentar estabelecer com elas relacionamentos privilegiados;--

----------Cinco – A necessidade de estabelecer formas de colaboração com outra(s) Universidade(s) privada(s).----------

----------A concluir, o Presidente da Direcção referiu-se à boa colaboração entre a Direcção e a Reitoria, sobretudo na preparação dos processos de candidatura das novas licenciaturas.---------

----------Foi de seguida dada a palavra ao Director Financeiro, que expôs de forma breve os documentos relativos ao "Balanço e Demonstração de Resultados em trinta de Setembro de mil novecentos e noventa e nove" e ao "Controle Orçamental relativo ao período de Janeiro a Setembro de mil novecentos e noventa e nove", capítulos dois e três do documento enviado pela Direcção aos conselheiros. ----------

----------Após um período de pedidos de esclarecimento, que foram devidamente satisfeitos pela Direcção, os membros do Conselho Geral presentes declaram estar de acordo com o orçamento corrente apresentado. Uma vez que nesta sessão não foi possível deliberar validamente por falta de quorum, o Conselho Geral deverá deliberar em próxima reunião sobre este orçamento corrente para o ano lectivo mil novecentos e noventa e nove/dois mil.----------

----------Em seguida, foi lançado um debate sobre o enquadramento estratégico de médio prazo do projecto Universidade Atlântica e sobre as linhas principais que o deverão orientar.-----

----------Neste âmbito, foi lido o documento enviado pelo conselheiro David Justino, intitulado "Universidade Atlântica – Contributos para uma revisão da estratégia de desenvolvimento."----------

----------O Presidente do Conselho Geral referiu-se à questão da autonomia universitária das instituições do ensino superior público, traçando algumas analogias. ----------

----------O conselheiro João Ferrão referiu que os dados disponíveis parecem indicar que o número de alunos provenientes directamente do ensino secundário irá decrescer, mas que o

número de outro tipo de alunos poderá aumentar no médio prazo. ----------

---------- Reportando-se às parcerias entre Universidades, o conselheiro João Ferrão sublinhou que o estabelecimento de associações estratégicas entre estabelecimentos privados e estabelecimentos públicos parece ser mais interessante do que associações privada/privada ou pública/pública.----------

---------- A terminar, este conselheiro sublinhou a importância da publicidade e citou valores de gastos em publicidade da ordem de dois mil contos por mês pela escola mais prestigiada do país e de setecentos e cinquenta contos por mês pela segunda escola pública mais prestigiada na área da Economia/Gestão. ----------

---------- O conselheiro Arnaldo Pereira pediu que fosse indicado qual o valor estimado para o investimento em novas instalações para o ano lectivo de dois mil/dois mil e um, ao que a Direcção respondeu estar situado entre cento e sessenta e cento e noventa mil contos, prevendo-se o seu financiamento com o montante obtido pela reversão do terreno de quatro hectares em favor da CMO, caso venha a ser aprovado pela Sociedade. ----------

---------- O conselheiro Arnaldo Pereira referiu-se ainda à importância de potenciais mercados para pós-graduações e prestação de serviços. Por outro lado, considerou ser muito importante identificar bem os factores de diferenciação da UATLA em relação a outros estabelecimento de ensino superior privado.----------

---------- O conselheiro Manuel Macara considerou ser importante que o documento estratégico tenha em consideração e integre todos os aspectos referidos e que os quantifique de forma adequada.----------

---------- O Presidente do Conselho Geral encerrou o período de debate que considerou ter sido importante e útil para a definição das linhas estratégicas de médio prazo deste projecto, sublinhando a urgência com que um documento de suporte deve ser elaborado.----------

---------- Por outro lado, lamentou não ter sido possível tomar decisões nesta reunião por não

estarem presentes ou representados o número mínimo de membros do Conselho Geral necessário para este poder deliberar validamente, tendo marcado a data de onze de Janeiro próximo futuro para realização da próxima reunião.----------

----------Nada mais havendo a tratar foi a sessão encerrada e dela se lavrou a presente acta que vai ser devidamente assinada." ----------

----------"Minuta----------

----------Acta número trinta e três, do Conselho Geral da EIA – Ensino, Investigação e Administração, Sociedade Anónima. ----------

----------Aos vinte e um dias do mês de Setembro de mil novecentos e noventa e nove, pelas dezasseis horas e trinta minutos, reuniu na sede social da EIA – Ensino, Investigação e Administração, Sociedade Anónima, sita na Antiga Fábrica da Pólvora de Barcarena, em Barcarena, Oeiras, o seu Conselho Geral, com a seguinte ordem de trabalhos: ----------

----------Um – Ponto da situação;----------

----------Dois – Apreciação da situação económico-financeira em Setembro de mil novecentos e noventa e nove;----------

----------Três – Apreciação e aprovação do Plano de Actividades e Orçamento para o ano lectivo de mil novecentos e noventa e nove-dois mil;----------

----------Quatro – Discussão sobre estratégia de desenvolvimento a médio prazo; ----------

----------Cinco – Outros assuntos. ----------

----------Estavam presentes os seguintes membros do Conselho Geral: ----------

---------- Ricardo Oliveira (Presidente); ----------

---------- Arnaldo Pereira;----------

---------- David Justino; ----------

---------- João Ferrão;----------

---------- Jorge Carvalhal;----------

---------- - Manuel Macara. ----------

---------- Fez-se representar pelo Presidente do Conselho Geral o conselheiro António Alvim. -

---------- A convite do Conselho Geral, estava presente o Reitor da Universidade Atlântica, Manuel Machado Macedo, o Presidente da Direcção da EIA, Luís Marques Mendes e os Directores Armindo Azevedo, Nelson Lourenço, Francisco Barata e Teresa Caetano. Também presente estava Teresa Soares da Cunha, no apoio técnico.----------

---------- O Presidente do Conselho Geral, depois de verificar estarem presentes ou representados sete dos treze membros do Conselho Geral, considerou estar o mesmo devidamente convocado e poder deliberar validamente, pelo que declarou aberta a sessão.---------

---------- Antes de entrar na ordem de trabalhos, o Presidente do Conselho Geral propôs que se abordasse o ponto cinco em primeiro lugar, o que foi aceite pelos presentes. ----------

---------- Entrando no ponto cinco da ordem de trabalhos, o Presidente do Conselho Geral informou que o Montepio Geral, através de carta do seu Presidente do Conselho de Administração, apresentou o seu pedido de substituição no referido Conselho.----------

---------- Após a devida reflexão, o Conselho Geral deliberou por unanimidade aceitar este pedido de substituição e chamar a efectivo o primeiro suplente eleito, que é o BPI Capital, SGPS, Sociedade Anónima.----------

---------- Em seguida, o Presidente do Conselho Geral leu a carta de vinte e um de Setembro que lhe foi enviada pelo accionista José Isidoro da Mata Castro em que, nos termos do disposto do número dois, do artigo oitavo, dos estatutos da Sociedade, é solicitado o consentimento do Conselho Geral para alienação de parte das acções do capital social da EIA, Sociedade Anónima, detidas por este accionista e em que se informa a quem e em que condições será concretizada essa transmissão de acções.----------

---------- O Conselho Geral deliberou por unanimidade dar o consentimento da Sociedade para a transmissão, ao valor nominal, de dez mil cento e setenta e três acções do capital social da EIA,

Sociedade Anónima, detidas pelo accionista José Isidoro da Mata Castro, a favor da Fundação Marquês de Pombal, no dia quatro de Outubro de mil novecentos e noventa e nove, caso se venham a verificar os seguintes pressupostos:----------

----------Primeiro – A Direcção da EIA venha a deliberar que a Sociedade não exercerá o direito de preferência na aquisição destas acções. ----------

----------Segundo – Na consulta a todos os accionistas da EIA, Sociedade Anónima, a que a Direcção irá proceder ninguém manifeste o desejo de exercer a preferência na aquisição destas acções prevista no citado artigo dos estatutos da Sociedade.----------

----------Após a deliberação e votação do ponto anterior o Presidente do Conselho Geral solicitou aos membros da Direcção da EIA que se ausentassem por uns momentos, por forma a ser discutida a proposta da Comissão de Vencimentos sobre as remunerações dos membros do referido órgão.----------

----------Em seguida e na ausência dos membros da Direcção da EIA, foi dado conhecimento aos presentes da proposta de remunerações apresentada pela Comissão de Vencimentos, tendo estes concordado inteiramente com o seu teor.----------

----------Ainda no âmbito do ponto cinco foi abordada a situação levantada pela carta de vinte e três de Junho enviada ao Presidente do Conselho Geral pelo anterior Presidente da Direcção, Carlos Campos Morais, respeitante à sua situação remuneratória. O Presidente do Conselho Geral procedeu à leitura do parecer elaborado pela Direcção da Sociedade sobre o assunto, na sequência da deliberação do Conselho na sua reunião do dia catorze de Julho próximo passado.--

----------Após a devida análise do parecer e de todo o suporte documental que lhe é anexo, foi deliberado por unanimidade mandatar o Presidente do Conselho Geral para, com o Professor Carlos Campos Morais, fazer um ponto da situação e tentar regularizar o assunto, tendo por um lado em conta o parecer emitido pela Direcção e por outro a opinião do Presidente e outros Conselheiros que importava encontrar uma plataforma que de algum modo reconhecesse o

esforço do Professor Carlos Campos Morais à frente da Instituição no período difícil que atravessou. ----------

---------- Passando ao ponto um da ordem de trabalhos, foi dada a palavra ao Presidente da Direcção, Luís Marques Mendes, que fez um breve ponto de situação, salientando as duas grandes prioridades da Direcção no momento presente, que são o lançamento do ano lectivo de mil novecentos e noventa e nove/dois mil e a situação financeira da sociedade. ----------

---------- Relativamente ao ano lectivo de mil novecentos e noventa e nove/dois mil, o Presidente da Direcção informou sobre a decisão de intensificar a campanha publicitária nos meses de Setembro/Outubro, com o objectivo principal de difundir mais a imagem da Universidade Atlântica. ----------

---------- O Presidente da Direcção fez um agradecimento especial à Câmara Municipal de Oeiras pelo apoio prestado à campanha publicitária e sobretudo pela decisão de conceder, para o ano lectivo que se vai iniciar, vinte e cinco bolsas de estudo a alunos do concelho que queiram frequentar a Universidade Atlântica. ----------

---------- O Conselho Geral ouviu ainda uma exposição do Reitor da Universidade acerca dos novos cursos de licenciatura a criar na área da Saúde, tendo emitido o seu consentimento à Direcção para apresentação das respectivas propostas ao Ministério da Educação e exprimido mesmo a sua congratulação por tal decisão, considerando essencial para o futuro do projecto o desenvolvimento desta área. ----------

---------- Passando ao ponto dois, situação económico-financeira em Setembro de mil novecentos e noventa e nove, foi dada a palavra ao Presidente da Direcção, que se referiu ao documento preparado pelo Director Financeiro e distribuído a todos os conselheiros, que se encontra anexo a esta acta e que contém um ponto da situação económico-financeira e aponta soluções para a viabilização financeira do período mil novecentos e noventa e nove/dois mil e dois. ------- ----------

----------Após apresentação do referido documento, o Presidente da Direcção chamou a atenção para a situação em que a Sociedade se encontra, de devedora ao Estado, afirmando que a Direcção a que preside já tomou medidas para que essas dívidas sejam integralmente pagas, condição sem a qual não poderá manter-se no cargo que aceitou ocupar nos órgãos sociais da EIA. -------- ----------

----------Sublinhou também a necessidade urgente de tomar as medidas que, no entender da Direcção, permitem a viabilização financeira da empresa nos anos lectivos entre mil novecentos e noventa e nove e dois mil e dois e que passam pela constituição de suprimentos e pela venda de imobilizado. ----------

----------O Presidente da Direcção terminou a sua intervenção solicitando ao Conselho Geral uma orientação relativamente às medidas propostas, ou outras que o Conselho entenda serem adequadas, afirmando estar seguro de que se conseguirá encontrar um conjunto de linhas de actuação que permitam viabilizar e relançar este projecto, mas que a única situação que não pode existir no presente momento é não haver uma orientação bem definida. ----------

----------Antes de abrir o período de discussão sobre este ponto, o Presidente do Conselho Geral chamou a atenção para o facto de se estarem a tratar simultaneamente os pontos dois e quatro da ordem de trabalhos.----------

----------Foi dada a palavra ao conselheiro Manuel Macara, que pediu informação sobre a afluência de novos alunos e sobre a evolução relativamente a anos anteriores, tendo sido respondido que é esperado um número de novos alunos semelhante ao do ano lectivo de mil novecentos e noventa e oito/noventa e nove (cerca de cento e cinquenta) embora a situação definitiva só se venha a saber no final de Outubro, após a publicação dos resultados da segunda fase do concurso de acesso ao ensino superior público.----------

----------O conselheiro João Ferrão interveio para considerar que esta expectativa é razoável, dado não ter havido, no final da primeira fase de candidatura, diminuição da nota mais baixa de

acesso a licenciaturas das universidades públicas similares às da Universidade Atlântica. Por outro lado, a evolução das candidaturas parece estar a ter uma evolução semelhante à do ano transacto, em que houve grande concentração no mês de Outubro. ----------

---------- Pediu então a palavra o conselheiro Jorge Carvalhal, o qual afirmou que a questão mais importante a debater prende-se com a viabilidade do projecto, da qual depende também a viabilização das negociações com as instituições financiadoras, devendo centrar-se a discussão sobre uma ideia para viabilizar o projecto e sobre a sua configuração e não sobre o número de alunos para o próximo ano lectivo. Afirmou também que as condições de mercado se encontram muito alteradas face às que prevaleciam no arranque deste projecto e que com a presente caracterização da oferta de ensino superior público versus privado é difícil viabilizar qualquer projecto. -- ----------

---------- O Presidente do Conselho Geral interveio dizendo que a estratégia do projecto tem que passar por ter alunos, sendo da opinião que será difícil encontrar soluções sem conseguir aumentar o número de alunos. ----------

---------- Seguidamente interveio o conselheiro Arnaldo Pereira que manifestou, em nome da Câmara Municipal de Oeiras, a disponibilidade para tentar encontrar vias que permitam relançar o projecto e meios para as pôr em prática.----------

---------- O conselheiro David Justino pediu a palavra, tendo referido novamente o compromisso da Câmara Municipal de Oeiras de dar o melhor para viabilizar o projecto e tendo considerado que este projecto tem problemas de visibilidade, pelo que o investimento em publicidade deve aumentar e problemas de atractividade das licenciaturas oferecidas, que estão relacionados com as suas designações e com a forma como são entendidas pelo mercado. Acrescentou apoiar a opção de enveredar pela área da Saúde, mas que a proposta deve ser bem estudada e defendida e sugeriu que se trabalhe nas áreas das pós-graduações, procurando dar sobretudo resposta a necessidades dos municípios. ----------

----------Relativamente ao documento preparado pela Direcção, o mesmo conselheiro exprimiu a sua concordância com as propostas apresentadas para a viabilização financeira do período mil novecentos e noventa e nove/dois mil e dois, ou seja, que o Conselho Geral permita a alienação de imobilizado e simultaneamente a constituição de suprimentos.----------

----------Após esta intervenção o Conselho Geral mandatou a Direcção para promover a alienação do imobilizado conforme proposto por aquele órgão e solicitar aos accionistas a prestação de suprimentos por forma a prosseguirem-se os objectivos que presidem a este projecto. --- ----------

----------Relativamente ao ponto três, apreciação e aprovação do Plano de Actividades e Orçamento para o ano lectivo de mil novecentos e noventa e nove/dois mil, o Presidente do Conselho Geral referiu não ter a Direcção apresentado um documento formal, para apreciação e aprovação pelo Conselho. ----------

----------A Direcção esclareceu que a elaboração em concreto do Plano de Actividades e Orçamento para mil novecentos e noventa e nove/dois mil se encontrava dependente das opções que tinham que ser tomadas para a viabilização financeira de mil novecentos e noventa e nove/dois mil e dois, sobretudo no que se refere aos aspectos não correntes da exploração, tais como o investimento e respectivo financiamento pelo que, embora o orçamento e planeamento corrente para mil novecentos e noventa e nove/dois mil estivessem finalizados e implícitos no documento apresentado, se optou pela sua não apresentação formal antes de se obter a orientação que permitisse completar o referido Plano. ----------

----------Foi deliberado que o Plano de Actividades e Orçamento para mil novecentos e noventa e nove/dois mil deve ser apreciado e aprovado na próxima reunião do Conselho Geral, tendo sido solicitado à Direcção que o complete e envie aos membros do Conselho Geral assim que possível. ----------

----------Nada mais havendo a tratar foi a sessão encerrada e dela se lavrou a presente acta que

vai ser devidamente assinada.”----------

---------- Prosseguindo e ainda a este propósito, referiu que a EIA atravessa uma fase crítica e difícil, com um déficit na ordem dos cento e sessenta mil contos, com dívidas acumuladas na ordem dos setecentos mil contos, estando a CMO a fazer um esforço no sentido de viabilizar o projecto da Universidade Atlântica, inclusivé, através da aprovação de uma proposta na última reunião de Câmara, mas tem transmitido nos Conselhos Gerais da EIA a preocupação do Executivo Camarário e sobretudo a necessidade de a Universidade apresentar um plano concreto de viabilização da Universidade Atlântica e então ficou estabelecido que, dentro de um mês e meio, será realizada uma reunião exclusivamente para focar este objectivo. ----------

---------- De seguida, deu conhecimento de um ofício da Federação Portuguesa de Natação, o qual é do seguinte teor:----------

---------- “Terminados que estão os Terceiros Campeonatos da Europa de Natação de Piscina Curta que se saldaram, como tem sido publicamente reconhecido, por um enorme êxito desportivo, vimos pela presente, em nome da Comissão Organizadora agradecer o significativo e importante contributo que Vossas Excelências emprestaram a esta organização em particular e à causa do desenvolvimento e projecção da Natação em geral.”----------

---------- Deu também conhecimento dos despachos proferidos ao abrigo da subdelegação de competências do Pelouro do Desporto e Centros Históricos, os quais a seguir se transcrevem: ----

---------- “Data / Assunto / Valor / Observações ----------

---------- Vinte e dois de Dezembro de noventa e nove / Recuperação do Centro Histórico de Paço de Arcos – Protocolo da TV Cabo / sete mil quinhentos e sessenta escudos mais IVA / Informação número duzentos e dez, de noventa e nove, do Gabinete de Projectos Especiais – Sector dos Centros Históricos----------

---------- Vinte e dois de Dezembro de noventa e nove / Recuperação do Centro Histórico de Paço de Arcos / cento e setenta e três mil e trinta escudos / Informação número duzentos e onze,

de noventa e nove, do Gabinete de Projectos Especiais----------

----------Três de Janeiro de dois mil / Instalação TV Cabo – Centro Histórico de Oeiras - Factura noventa e nove/seiscentos e noventa e sete / quinhentos e sessenta e um mil e seiscentos escudos / Informação número duzentos e um, de noventa e nove, do Gabinete de Projectos Especiais – Sector dos Centros Históricos ----------

----------Três de Janeiro de dois mil / Instalação TV Cabo – Centro Histórico de Oeiras - Factura noventa e nove/seiscentos e noventa e oito / quinhentos e sessenta e um mil e seiscentos escudos / Informação número duzentos e dois, de noventa e nove, do Gabinete de Projectos Especiais – Sector dos Centros Históricos ----------

----------Três de Janeiro de dois mil / Décima nona Corrida do Tejo / cento e setenta mil escudos / Informação número duzentos e sessenta e sete, de noventa e nove, da Divisão de Fomento do Desporto." ----------

----------Seguidamente, deu conhecimento e fez distribuir pelos Senhores Vereadores os cadernos do Espírito Desportivo da CMO intitulados "Espírito Desportivo é importante".---------

----------Durante esta intervenção entrou na sala o Senhor Vereador David Justino.----------

O Presidente,

----------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2000----------

11 – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO DR. VITOR CUNHA RÊGO: ----------

---------- A Câmara, sob proposta do Senhor Vereador Arnaldo Pereira, deliberou, por unanimidade dos presentes, exarar em acta um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Doutor Vitor Cunha Rêgo, voto este que deverá ser transmitido à família.----------

---------- Mais foi deliberado aprovar, em minuta esta parte da acta. ----------

O Presidente,

----------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2000----------

12 – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SR. ENGº. NUNO ALBERTO PEREIRA MERGULHÃO:----------

---------- A Câmara, sob proposta do Senhor Vereador Arnaldo Pereira, deliberou por unanimidade dos presentes, exarar em acta um voto de pesar pelo falecimento do Engenheiro Nuno Alberto Pereira Mergulhão – Presidente da Câmara Municipal de Portimão, voto este que deverá ser transmitido quer à família, quer a esta autarquia. ----------

---------- Mais foi deliberado aprovar, em minuta esta parte da acta. ----------

O Presidente,

----------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2000----------

13 – INFORMAÇÕES – SR. VEREADOR JOSÉ EDUARDO COSTA: ----------

---------- O Senhor Vereador José Eduardo Costa iniciou a sua intervenção dando conhecimento à Câmara que, durante o período entre o Natal e o Fim do Ano, a recolha de resíduos sólidos urbanos decorreu bastante bem, tendo sido o Concelho de Oeiras o único da A.M.L. que conseguiu ter no dia vinte e seis, às doze horas, todos os resíduos recolhidos, tendo sido recolhido neste dia o dobro daquilo que é costume verificar-se, o que demonstra bem o nível de consumo existente neste concelho, pois o normal é recolherem-se cerca de cento e setenta toneladas por dia e foram recolhidas trezentas e muitas toneladas neste dia, tendo contribuído para este facto, os esforços de uma empresa privada em conjunto com os serviços da Câmara, tendo o mesmo acontecido na altura do Fim do Ano. Continuando, aproveitou a ocasião para informar que, no âmbito dos Municípios da AMTRES, ou seja, dos três já existentes e da entrada de Mafra para a AMTRES, segundo os dados que irá facultar ao Executivo, o ano passado o Município de Oeiras foi o único que não cresceu em termos de produção de resíduos sólidos urbanos, ao contrário de Sintra, que cresceu exponencialmente seguido de Cascais, o que não significa que não houve crescimento populacional no Município de Oeiras, mas sim que se está a conseguir desviar para a reciclagem valores antigos significativos de resíduos sólidos urbanos, razão pela qual estão a decrescer ou a manter-se os volumes de produção de resíduos sólidos que vão para aterro ou para compostagem, salientando também o facto de que, este ano conseguiu-se em Algés, manter-se na época do Natal uma limpeza superior à verificada nos últimos anos para a qual contribuiu o grande esforço dos funcionários que trabalharam no dia vinte e quatro inclusivé e a P.S.P., através do corpo de intervenção, teve uma acção junto dos vendedores ambulantes clandestinos, facto este que também permitiu que durante a época de Natal, houvesse muito menos lixo nas ruas e nos passeios, nomeadamente, na área comercial de Algés.----------

---------- Seguidamente e por uma questão de curiosidade, deu conhecimento que recebeu

diversos folhetos informativos e de divulgação da Câmara Municipal do Funchal em que a área do Ambiente tem um slogan que diz "Cidade limpa não é uma cidade com muita gente a limpar, é uma cidade sem gente a sujar". ----------

----------Seguidamente deu conhecimento que no dia cinco esteve presente, em representação do Senhor Presidente, na cerimónia de tomada de posse dos corpos gerentes para o ano dois mil/dois mil e um, dos Bombeiros Voluntários de Paço de Arcos, sendo o novo Presidente da Direcção o Senhor Coronel António Pena e a Presidente da Assembleia Geral, a ex-Presidente da Direcção e ex-Vereadora Aline Bettencourt.----------

----------Deu conhecimento de seguida, de uma carta enviada pelo Senhor Mário Guimarães a qual é do seguinte teor:----------

----------"Serve a presente carta para agradecer o bom serviço prestado pelo Departamento de Espaços Verdes dessa Câmara, em Linda-a-Velha e que tem contribuído para equilibrar e alegrar o ambiente dos habitantes.----------

----------O pedido para proteger algumas árvores no Largo do Mercado foi bem atendido, e os contactos que tive com o Engenheiro Leite Pereira, Senhor Walter e Senhor Germano foram dos mais agradáveis.----------

----------No passado o Senhor Perdigão, que se ocupava desta área de jardins, também ajudou bastante. --- ----------

----------Aproveito para em nome dos habitantes desta área de Linda-a-Velha, desejar Boas Festas e melhor Ano Novo." ----------

----------Por último e a propósito do que o Senhor Presidente contou sobre a sua visita a Timor, referiu que se sentiu um pouco a reviver os seus tempos de início de juventude, pois é natural de Moçambique e viveu, juntamente com a sua família, o processo de descolonização, que afectou muitas famílias residentes, hoje em dia, no concelho de Oeiras e uma das coisas que sentiu ao ouvir o Senhor Presidente falar foi que, infelizmente, quando for dada a independência

a Timor, se calhar Portugal vai sair mais uma vez "envergonhado" porque, de todos os sítios de onde Portugal saiu, não sai com dignidade, pois todos falam do fundo do coração sobre Timor, mas não se vêem actos, de forma que espera que Portugal saiba sair com mais dignidade e de cabeça levantada, ao contrário do que aconteceu nos outros territórios em que Portugal esteve durante séculos, até porque todos devem aprender com os erros que a história recente ensina.-----

O Presidente,

----------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2000----------

14 – INFORMAÇÕES – SR. VEREADOR DAVID JUSTINO: ----------

---------- O Senhor Vereador David Justino iniciou a sua intervenção dando conhecimento à Câmara que no que diz respeito à política de habitação já foi feito o cômputo dos indicadores de gestão e acima de tudo, do grau de concretização de objectivos relativamente à concretização do P.E.R. e pode neste momento dar conhecimento que, dos setecentos e quarenta e seis casos resolvidos, representa mais trinta casos em relação aos setecentos e dezasseis que foram resolvidos em mil novecentos e noventa e oito; nesta perspectiva, quando fala de casos resolvidos, tem a ver com os diferentes programas que conduzem precisamente à situação de carência habitacional, em especial, às famílias que estão registadas no âmbito do Plano Especial de Realojamento. No que diz respeito aos realojamentos por arrendamentos foram feitos cerca de quatrocentos e cinquenta, aos quais deverão ser acrescidos quer os realojamentos feitos ao abrigo do PER-Famílias, quer também agregados e barracas demolidas por atribuição de compensação financeira, por desistência de realojamento em que as pessoas resolveram o seu problema de habitação pelos seus próprios meios, sendo estas as rubricas que totalizam os cerca de setecentos e quarenta e seis fogos atribuídos. ----------

---------- Prosseguindo e, por outro lado, gostaria de destacar dois pontos, ou seja, um tem a ver com o cômputo que se faz do número de barracas existentes pois, como se sabe, há vários factores que influem no apuramento deste número e o mais importante deles, felizmente, é o realojamento, mas também há desistências, mortes, abandonos, despejos, entre outros, correndo a maior parte delas pela Divisão de Gestão Social ou pelo Departamento de Habitação, mas também há algumas que correm pela Divisão de Polícia Municipal e aquilo que decidiu fazer, mais ou menos dentro de um mês, é uma verificação no terreno de todas as barracas ainda existentes pois, hoje em dia, trabalham com estimativas, sabendo mais ou menos quando são feitos os realojamentos, quantos é que ainda faltam, mas núcleo a núcleo e confrontando com o

recenseamento de mil novecentos e noventa e três, vai ser feita no terreno a verificação do número exacto de barracas que ainda falta para realojar, sendo as suas estimativas na ordem das seiscentas ou setecentas, mas não há nada melhor do que, nesta fase final, ter um número mais preciso, até para se ter uma ideia do planeamento que é necessário fazer para este ano.----------

----------Continuando, referiu que um outro aspecto que submeterá à apreciação do Senhor Presidente e à apreciação da Câmara é que, neste momento, o Departamento de Habitação está a estruturar um novo programa de atendimento que resulta precisamente do facto de começarem a ficar com meios libertos relativamente ao programa de realojamento e estarem a reinvestir esses meios, nomeadamente, os humanos, num melhor atendimento nos bairros, em detrimento daquilo que pode ser designado como sendo atendimento centralizado, que se faz no Departamento de Habitação, é claro que, o número de famílias que recorre a este atendimento de forma regular é bastante elevado, começando as instalações a ficar exíguas e as condições de atendimento também não são as melhores, de forma que, ao longo deste ano, vão começar a implementar atendimento em horário fixo em cada um dos bairros, o que, para já permite uma melhor atenção por parte das técnicas em relação aos problemas postos pelos moradores mas acima de tudo, facilita muito mais o morador, que assim, não terá que se deslocar a Oeiras, perdendo muitas vezes, uma manhã ou uma tarde de trabalho.----------

----------Prosseguindo, deu também conhecimento que o Plano de Atendimento prevê não só o atendimento ao nível da gestão social, mas também um plano de atendimento dentro de uma equipa, visto que neste momento estão a ser projectadas equipas de três pessoas, das quais duas são técnicas da Gestão Social e um técnico da Divisão de Promoção de Habitação, responsável pelos problemas das reparações e da manutenção do aspecto físico do bairro, ou seja, está convencido que, este atendimento poderá vir a ser implementado em todos os bairros até ao final deste ano, indo as primeiras experiências começar em Fevereiro, mantendo-se também a perspectiva de articulação ente o Departamento de Habitação e outros serviços da Câmara, como

por exemplo a Acção Social, o Gabinete Urban, etc., em que tem que haver uma articulação relativamente ao trabalho desenvolvido nos bairros; de forma que, logo que possível, apresentará o plano de atendimento. ----------

---------- Por último, deu conhecimento que, havia o compromisso da sua parte em apresentar à Câmara, o Plano de Viabilidade da Empresa de Gestão do Parque Municipal, e embora a data que tinha sugerido já tenha passado, isto deve-se ao facto de cada vez mais, as dúvidas que se levantam relativamente a esta questão serem numerosas, ou sejam, há cada vez mais dúvidas sobre as vantagens e menos sobre os benefícios, e nesta perspectiva não quer deixar de apresentar um trabalho bem aprofundado, porque a decisão que vier a ser tomada, terá que considerar todas as variáveis e assim sendo, volta a comprometer-se a fazê-lo ainda durante o primeiro trimestre, mas desde já anuncia que sendo um defensor de algum "out-sourcing" relativamente a este tipo de funções, cada vez está mais relutante e com reservas em relação a este mecanismo, até atendendo aquilo que está a acontecer noutros municípios, em que este processo de "out-sourcing" ao nível da gestão da habitação não tem dado resultados melhores do que aqueles que tinha o próprio serviço público e em alguns casos até tem dúvidas se os resultados não serão piores, de forma que gostaria de reflectir um pouco sobre a experiência dos outros municípios, e a prazo, irá apresentar o plano e a proposta de reflexão em termos desta opção estratégica. --------

O Presidente,

----------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2000----------

15 – INFORMAÇÕES – SR. VEREADOR LOPES NENO: ----------

---------- O Senhor Vereador Lopes Neno iniciou a sua intervenção, desejando aos Senhor Presidente, a todos os Senhores Vereadores, bem como aos funcionários da Câmara e dos SMAS, um bom ano de trabalho e um bom ano dois mil, cheio de realizações e que todos consigam atingir os objectivos para os quais se propuseram.----------

---------- Seguidamente deu conhecimento que, hoje à tarde, foi contactado pelo Senhor Engenheiro Adriano Soares da L.T.E., uma vez que, efectuou uma vista aos serviços técnicos da Câmara, e em consequência, solicitou uma audiência consigo, para poder apresentar as suas despedidas, uma vez que, irá ser mudado de serviço dentro da L.T.E., indo agora para Lisboa. O Senhor Engenheiro Adriano Soares, para quem não o conhece, foi sempre o responsável pela iluminação pública e pelas redes de abastecimento no concelho de Oeiras, tendo tido sempre uma proximidade muito grande com a C.M.O. e desempenhou com a máxima dedicação os seus afazeres profissionais o que contribuiu em muito para que existisse alguma amizade entre estas duas instituições e as pessoas que servem ambas, razão pela qual, é com alguma preocupação e apreensão que vê a sua partida do lugar que ocupou até hoje.----------

---------- Prosseguindo, referiu que, o Senhor Engenheiro Adriano Soares, há cerca de dois anos foi condecorado com a Medalha de Mérito Municipal – Grau Ouro, atribuída pela C.M.O. e que foi bastante significativa dos serviços prestados a esta entidade e ao município de Oeiras, além da capacidade que teve, junto da Câmara, para resolver muitos dos problemas que iam surgindo e sempre demonstrando disponibilidade total para a resolução desses mesmos problemas, razão pela qual, é com alguma preocupação que vê esta mudança, até porque não conhece o seu substituto, e a área da iluminação pública é uma área que exige bastante trabalho e investimento, tendo o Senhor Engenheiro Adriano Soares, antes do início da reunião, apresentado as suas despedidas ao Senhor Presidente e pediu-lhe para agradecer à C.M.O. toda a

colaboração prestada ao longo de dez anos a exercer funções na L.T.E.. ----------

O Presidente,

----------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2000----------

16 – INFORMAÇÕES – SRª. VEREADORA TERESA ZAMBUJO: ----------

---------- A Senhora Vereadora Teresa Zambujo iniciou a sua intervenção dando conhecimento à Câmara que, na noite de trinta e um de Dezembro de noventa e nove para um de Janeiro de dois mil, e mesmo durante todo o dia um foram reforçados os piquetes e a equipa, com vista a fazer face a uma eventual crise, apesar de ser quase garantido que não iria suceder nada de anormal, mas como mais vale prevenir do que remediar, optou-se por proceder desta forma, apesar de se ter constatado que de facto não foi preciso utilizar nenhuma solução alternativa àquela que decorreu, o que provou que, todos os testes que foram feitos atempadamente, proporcionaram, a que não houvesse qualquer tipo de preocupação e assim sendo, o "bug" não passou pelo Município de Oeiras. ----------

---------- Seguidamente, deu conhecimento que, já no início de dois mil, teve uma reunião na Direcção-Geral do Comércio e Concorrência, sobre o tarifário cujo objectivo é que a Direcção oiça a AMEGA sobre o novo tarifário da água, tendo sido explícito que a posição da D.G.C.C. vai um pouco de encontro às suas preocupações, e também acha que o tarifário proposto pela EPAL para o ano dois mil, é de facto exagerado, o que contribuiu para que o fosso entre os municípios, sobretudo Cascais, Oeiras e Sintra, já para não falar dos outros municípios de passagem, e o tarifário praticado na cidade de Lisboa era cada vez maior, de forma que, ficaram sensíveis a esta questão e ficou com a ideia de que os aumentos não vão ser superiores a dois por cento, valor este estimado para a inflação, ainda que a EPAL tenha considerado na proposta um aumento de três por cento. ----------

---------- Seguidamente, e no que diz respeito à reunião agendada com o Senhor Secretário de Estado da Administração Educativa, referiu que, para além de não querer qualificar a atitude do Senhor Secretário teve em relação à questão que o Senhor Presidente referiu nas suas informações, gostaria de dizer que, pessoalmente, não se recusaria e não tinha qualquer tipo de

problema em reunir com um técnico do Ministério, se não se tivesse já confirmado que todos os contactos, desde técnicos ao Director-Geral, foram infrutíferos nesta matéria, ou seja, já estavam em termos técnicos esgotadas todas as hipóteses, de forma que, não era com certeza com um assessor, por muito capaz que fosse, que se resolveria o problema, mas sim com alguém que politicamente pudesse fazê-lo, o que de facto é lamentável, pois até foi a primeira vez que este tipo de situação aconteceu consigo, até porque considera que é uma atitude pequenina e que revela como alguns dos governantes deste país encaram estas situações que são graves e que sabem que o são, mas depois não as resolvem.----------

----------Por último, deu conhecimento que, hoje teve lugar a reunião do Conselho de Administração da Rede Nacional de Cidades Saudáveis, a que se seguiu a reunião da Assembleia Intermunicipal, tendo tido oportunidade de manifestar no Conselho de Administração, a sua apreensão relativamente à Rede Nacional porque se se fizer uma análise do ano de mil novecentos e noventa e nove, em termos de actividade, considera que ela foi praticamente nula, e como acha que, participar numa Associação com nove municípios e ter que, anualmente, suportar uma quota de mil seiscentos e noventa contos, enquanto que Lisboa paga cerca de sete mil contos, de facto exige um valor acrescentado por parte da Associação da Rede Nacional de Cidades Saudáveis, pensando que noventa e nove, foi um ano conturbado, mas acha que, a parte de secretariado que é exercida pela C.M.A. a esta Associação, não foi suficientemente dinâmica para conseguir, de alguma forma consolidar os órgãos da associação, de forma que uma das coisas que assumiu hoje, apesar de não ter trazido o assunto à Câmara, pois é prematuro, mas deve-se arriscar à actividade da Associação neste ano em que se está, e assim sendo, crê que, passados os primeiros seis a oito meses deste ano, está-se em condições de fazer uma avaliação séria e verificar aquilo que deve ser a R.N.C.S., ou seja, que o valor acrescentado não existe, fará uma proposta muito concreta à Câmara, no sentido de Oeiras se desvincular desta associação, pois apesar de lhe custar a si, particularmente, já que assistiu ao evoluir das Associações de

Municípios e aquelas que pôde acompanhar e que partiram de um encontro de pessoas que aproveitaram para almoçar ou jantar e trocavam umas impressões, para estruturas em algumas das quais foi confiada a gestão de fundos e portanto, houve uma evolução positiva nas Associações de Municípios, e ver que de facto, uma associação desta natureza não está preparada para seguir esta caminhada, partindo já de posições mais consolidadas a nível de outras associações de municípios, não vale a pena, pois é de facto voltar para trás e regredir, de forma que, tudo fará, enquanto membro do Conselho de Administração, para que, a R.N.C.S. traga de facto um valor acrescentado sem uma preocupação de protagonismo, porque uma situação que também se verifica é que, a C.M.Lisboa que hoje foi uma das principais destabilizadoras pela forma como colocou as questões e só agora e ao longo de muitos meses, pôs em causa todo o regulamento que foi aprovado, e a leitura simples que faz disto é que a C.M. Lisboa interessa-lhe estar numa forma activa naquilo em que consegue protagonizar e é a cabeça desse protagonismo, e como neste caso foi a C.M.A., já não interessa tanto e tudo faz para complicar, razão pela qual custa ver trabalho desenvolvido e vontade para andar para a frente e quando se chega à C.M.L., só por causa da dimensão que tem, julga que os outros se devem submeter às suas orientações e se isto acontecer, Oeiras deve sair da Rede e assim continuar a fazer o mesmo sem precisar do slogan da Rede nos seus papeis, porque senão é a Rede a aproveitar-se do trabalho da C.M.O., razão pela qual deve ser repensada esta questão e o ano dois mil é um ano de verdadeira avaliação e que vai conduzir à proposta e à decisão que a C.M.O. considerar mais adequada. -----

O Presidente,

----------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2000----------

17 – INFORMAÇÕES – SR. VEREADOR TAVARES SALGADO:----------

---------- O Senhor Vereador Tavares Salgado iniciou a sua intervenção referindo que, ouviu com muita atenção o relato do Senhor Presidente sobre a sua viagem a Timor, de forma que, gostaria de dizer que, Portugal abandonou os timorenses quando foi da ocupação japonesa e abandonou os timorenses quando foi da ocupação pela Indonésia, em mil novecentos e setenta e cinco, de forma que, espera que, agora Portugal consiga estar ao lado dos timorenses neste momento difícil que estão a passar, até porque é um povo que tem uma consideração enorme por Portugal e pelos portugueses, razão pela qual querem com toda a certeza a ajuda de Portugal e dos portugueses na reconstrução de Timor e na independência do seu país. ----------

---------- Seguidamente, deu conhecimento do relatório final sobre as comemorações do tricentenário do nascimento do Marquês de Pombal, o qual a seguir se transcreve: ----------

---------- "Relatório final sobre as Comemorações do Tricentenário do Nascimento do Marquês de Pombal----------

---------- As Comemorações do Tricentenário do Nascimento do Marquês de Pombal, que tiveram início em Maio, decorreram até ao mês de Janeiro do ano dois mil. Foram vários os serviços desta Câmara Municipal que intervieram directamente neste ciclo de comemorações, cuja avaliação final se pode considerar muito positiva. Assim e durante o período acima referido, decorreram as seguintes actividades:----------

---------- Divisão de Cultura e Turismo / Sector de Acção Cultural – Integrados na Mostra de Teatro Amador do concelho de Oeiras decorreram vários espectáculos, onde os vários grupos tentaram produzir peças alusivas à figura ou à época do Conde de Oeiras e Marquês de Pombal, nomeadamente, o Intervalo Grupo de Teatro, com a peça "O Mentiroso" de Carlos Goldoni, onde estiveram presentes cento e vinte pessoas, a Associação Dezoito de Maio da Outurela, com a peça "Das Trevas à Luz" e o CENCO, com a peça "Sebastião José e os seus Fantasmas", que

decorreu no Auditório Municipal Eunice Muñoz. ----------

----------Livraria-Galeria Verney – Entre o dia oito de Maio e o dia dezanove de Junho esteve patente ao público na Livraria-Galeria Verney uma exposição do escultor Domingos Soares Branco, em articulação com a apresentação da obra literária de Sebastião de Lorena (nono Marquês de Pombal).----------

----------Divisão de Bibliotecas, Arquivo e Documentação – No dia treze de Maio, decorreu na Biblioteca Municipal de Oeiras um colóquio com a presença da Professora Doutora Maria Helena Carvalho dos Santos, integrado numa mostra bibliográfica, com a apresentação de trabalhos escolares, que esteve patente no átrio da biblioteca. ----------

----------Livraria-Galeria Verney – No dia treze de Maio foi lançado o livro "Sebastião José de Carvalho e Melo, Primeiro Conde de Oeiras, Primeiro Marquês de Pombal – Memórias Genealógica e Heráldica", de João Bernardo Galvão Teles e Miguel Metelo de Seixas, por iniciativa de Sebastião de Lorena, aditado pela Câmara Municipal de Oeiras e pelo Centro de Estudos Genealógicos e Heráldicos da Universidade Lusíada.----------

----------Divisão de Cultura e Turismo / Sector de Turismo – No dia seis de Junho decorreu o Desfile Pombalino, que registou à sua passagem uma elevada afluência de público, sendo seguido de um espectáculo, que decorreu nos Jardins do Palácio Marquês de Pombal.----------

----------Divisão de Cultura e Turismo / Sector de Acção Cultural – Foi editada uma medalha comemorativa do Tricentenário do Nascimento do Marquês de Pombal, da autoria do escultor Vítor Santos.----------

----------Divisão de Fomento do Desporto – Nos dias dezanove e vinte de Junho decorreu um passeio de cicloturismo entre Oeiras e Pombal, denominado Na Rota do Marquês.----------

----------Divisão de Cultura e Turismo / Sector de Acção Cultural – No dia vinte e seis de Junho, esteve presente no Auditório Municipal Eunice Muñoz a peça de teatro "Marquês de Pombal, o Rei do Rei Dom José", já realizada na Marinha Grande e que percorreu vários

municípios pombalinos. Esta peça, com texto e encenação de Norberto Barroca, contou com a participação de actores como Vítor de Sousa, Estrela Novais, Igor Sampaio, Joel Branco, entre outros.----- ----------

---------- Divisão de Cultura e Turismo / Sector de Turismo – No dia dois de Julho decorreu no Recinto do Picadeiro, no Parque Municipal de Oeiras um Espectáculo de Arte Equestre que registou uma elevada afluência de público. ----------

---------- Divisão de Cultura e Turismo / Sector de Acção Cultural – Durante o mês de Julho, decorreu na Quinta Real de Caxias, nos dias doze e vinte e três, um Ciclo de Música Antiga que contou com a participação, respectivamente, do Trio Providence e do Quarteto Musette. É importante referir que este último concerto foi integrado nas comemorações do segundo aniversário da abertura ao público da Quinta Real. A afluência de público revelou-se satisfatória, tendo em consideração as condições meteorológicas (do dia doze).----------

---------- Divisão de Cultura e Turismo / Sector de Acção Cultural – De dezasseis de Setembro a dez de Outubro esteve patente no Lagar de Azeite uma Exposição de Heráldica sobre Casas e Famílias Nobres Portuguesas, da autoria de Manuel de Lucena, que contou com a presença de oitocentos e trinta visitantes. Foi também realizado um catálogo, onde estão presentes vários brasões portugueses, que foi enviado para as bibliotecas do concelho, Centro de Documentação e Informação e para as escolas EB Dois, Três e Secundárias do concelho.----------

---------- Divisão de Cultura e Turismo / Sector de Acção Cultural – Nos Jardins do Palácio Marquês de Pombal, decorreu nos dias dez e dezassete de Setembro um Ciclo de Música, Dança e Poesia do Século Dezoito, "Divertissement", por parte da Academia de Dança Antiga de Lisboa, existindo ainda um terceiro espectáculo, que decorreu a vinte e quatro de Setembro, no Auditório Municipal Eunice Muñoz (devido às condições atmosféricas). Estes espectáculos apresentaram uma boa afluência de público.----------

---------- Divisão de Cultura e Turismo / Sector de Acção Cultural – No dia onze de Outubro,

decorreu no Auditório da Biblioteca Municipal de Oeiras um Colóquio sobre Heráldico e Genealogia com a presença do arquitecto Segismundo Pinto e do Doutor Ferreira do Amaral, que registou uma boa afluência de público. Interligado com a exposição sobre Heráldica das Casas e Famílias Nobres Portuguesas, este colóquio procurou ilustrar e completar esta mostra.----------

----------Divisão de Fomento do Desporto / Divisão de Acção Social – No mês de Outubro, decorreu nos Jardins do Palácio Marquês de Pombal uma Mostra de Jogos Tradicionais, mais dedicada ao público escolar e idosos.----------

----------Divisão de Cultura e Turismo / Sector de Acção Cultural – Decorreu entre os dias dezassete e vinte de Novembro, um colóquio subordinado ao tema "O Século Dezoito e o Marquês de Pombal", que teve lugar no Auditório da Biblioteca Municipal de Oeiras. Este colóquio contribuiu, sem dúvida, para o estudo e para o desenvolvimento de novos conhecimentos sobre a figura do Conde de Oeiras e Marquês de Pombal. A afluência registada durante o colóquio foi muito positiva, com cento e sessenta e nove participantes. Foram vários os especialistas que ao longo de quatro dias animaram o debate sobre a acção e a influência de Sebastião José de Carvalho e Melo na vida nacional, entre os quais destacamos o Professor Doutor Veríssimo Serrão, o Professor Doutor Luís Reis Togal, a Professora Doutora Ana Cristina Araújo, a Professora Doutora Maria Helena Carvalho dos Santos ou ainda o Professor Doutor Rui Bebiano, entre tantos outros. No último dia decorreu uma visita ao Palácio Marquês de Pombal, Capela, Jardins e Casa da Pesca, bem como um almoço, que contou com noventa e seis participantes. ----------

----------Divisão de Cultura e Turismo / Sector de Acção Cultural / Fundação Marquês de Pombal – No dia vinte e cinco de Novembro decorreu o lançamento de um livro, editado pela Principia com o apoio da Câmara Municipal de Oeiras e da Fundação Marquês de Pombal, sobre o Marquês de Pombal, que revela cento e quinze cartas escritas por Sebastião José de Carvalho e Melo aos Jesuítas, setenta das quais completamente inéditas. Decorreu ainda uma conferência, de

iniciativa da Fundação Marquês de Pombal, sobre a figura do Marquês, subordinada ao tema "Marquês de Pombal, Amores e Ódios de Estimação". ----------

---------- Divisão de Cultura e Turismo / Sector de Turismo – Através dos Circuitos Pombalinos procuramos que se conheçam melhor as marcas que Pombal deixou no nosso concelho, passando pelo Centro Histórico de Oeiras, por Paço de Arcos, por Barcarena, Carnaxide ou Leceia. Esta é uma sugestão que tem sido bem aproveitada pelos munícipes de Oeiras, uma vez que estas visitas, realizadas uma vez por mês entre Abril e Janeiro, têm apresentado sempre lotação esgotada.----------

---------- Departamento de Infra-Estruturas Municipais – No dia vinte e oito de Dezembro foi inaugurada uma estátua de homenagem ao Conde de Oeiras e Marquês de Pombal, da autoria do Professor Joaquim Correia e que foi colocada na Quinta do Marquês, junto à Escola EB Número cinco de Oeiras. ----------

---------- Divisão de Cultura e Turismo / Sector de Acção Cultural / Sociedade Portuguesa de Estudos do Século Dezoito – Vai decorrer, entre os dias dezassete e vinte e três de Janeiro de dois mil, um Congresso Internacional, subordinado ao tema "As Origens do Estado Moderno em Portugal", organizado pela Sociedade Portuguesa do Século Dezoito e que terá lugar em Oeiras e Lisboa, sendo que decorrerá no Auditório da Biblioteca Municipal de Oeiras entre o dia vinte e vinte e dois de Janeiro. Esta será mais uma oportunidade para os estudiosos do século dezoito se voltarem a reunir em torno das problemáticas que foram equacionadas pelos pensadores e pelos políticos das luzes, abrangendo a apresentação de comunicações no âmbito de áreas como a Cultura, a Literatura, as Ciências, a Economia e a Sociologia.----------

---------- No âmbito destas comemorações, esta Câmara Municipal esteve presente: ----------

---------- - Em Pombal (treze de Maio), na abertura deste ciclo de comemorações; ----------

---------- - Na Marinha Grande (catorze de Maio), para assinatura do protocolo de geminação e para assistir à peça de teatro "Marquês de Pombal, o Rei do Rei Dom José"; ----------

---------- Em Pombal (dez de Novembro) para assistir ao congresso internacional sobre o Marquês de Pombal e à inauguração da exposição sobre a figura do Marquês de Pombal e a sua época na qual houve a colaboração desta Câmara Municipal através da cedência de objectos que estiveram presentes nesta mostra.” ----------

----------Por último, disse pretender deixar exarado em acta um voto de louvor ao Sector da Cultura e a todos os serviços que apoiaram este sector, no desenvolvimento das actividades comemorativas do Tricentenário do Nascimento do Marquês de Pombal. ----------

O Presidente,

18 – INFORMAÇÕES – SR. VEREADOR LUÍS PIRES: ----------

---------- O Senhor Vereador Luís Pires iniciou a sua intervenção, desejando a todos os presentes que o ano dois mil seja um ano cheio de realizações autárquicas e que o esforço desenvolvido por cada um seja em benefício dos munícipes. ----------

---------- De seguida, referiu que teve pena de não ter ouvido tudo o que o Senhor Presidente referiu sobre a sua visita a Timor, mas infelizmente, não conseguiu chegar mais cedo, no entanto, ficou bastante impressionado com a parte do relato que ouviu e ficou bastante apreensivo relativamente às necessidades que o povo de Timor sente neste momento, inclusivé, em relação a pessoas que possam colaborar com eles em termos de execução no terreno, trabalho tão propício e tão do gosto dos autarcas e dado o espírito de iniciativa que Oeiras tem demonstrado sempre, em termos de apoio a autarquias com dificuldades e com problemas, pensa que o Senhor Presidente com a visão que trouxe do local, vai com certeza propôr a esta Câmara medidas de apoio concretizadas a breve trecho, medidas que, pela designação com que foram informados não serão exageradas para as possibilidades de cada um dos presentes e também pelo facto de contribuir para criação de postos de trabalho e para a melhoria das condições de vida do povo timorense. ----------

O Presidente,

----------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2000----------

19 – INFORMAÇÕES –SR. VEREADOR EMANUEL MARTINS: ----------

---------- O Senhor Vereador Emanuel Martins iniciou a sua intervenção, desejando a todos os presentes os maiores êxitos municipais, neste ano dois mil, e solidarizou-se com os votos de pesar apresentados.----------

---------- Seguidamente e em relação à exposição feita pelo Senhor Vereador David Justino, relativamente à temática da Habitação, congratulou-se, nomeadamente com o novo programa que foi apresentado e que preconiza um melhor atendimento nos bairros; aliás esta solução já tinha sido defendida e é bom que a Câmara tenha esta possibilidade, fazendo-lhe lembrar um ilustre social-democráta, o Doutor Pedro Santana Lopes, que costuma dizer que tem razão antes do tempo, mas, o que é facto é que também a sua bancada tem razão antes do tempo, pois já há algum tempo que preconizam esta solução e não podem deixar de manifestar regozijo quando a Câmara passa à prática, julgando que é consentâneo com a realidade, e estão bastante satisfeitos que esta solução esteja a ser implementada no terreno desta forma.----------

---------- De seguida, e no que diz respeito à questão da habitação, gostaria de fazer um alerta e manifestar a sua disponibilidade para participar nesta discussão e poder contribuir para a resolução de uma preocupação, pois a Câmara através do programa PER, tem resposta para os mais carenciados e para os jovens que estão à procura da sua primeira casa e, ultimamente, tem tido conhecimento de situações bastante dramáticas e que têm a ver com a terceira idade, mas acha que é um pouco ingrata a situação daqueles que trabalharam toda uma vida e que depois de uma certa idade, têm algumas dificuldades, como por exemplo, o acesso à banca, pois já não estão numa situação que seja aliciante para quem faz desta a sua actividade principal, têm dificuldades quando são despejados da casa onde estão por diversos motivos e porque não há de facto programas que os defendam nesta matéria, e na sua opinião, a CMO quando há muitos anos atrás foi pioneira em matéria de habitação em muitos programas tem o dever e a obrigação, dado

o êxito de algumas iniciativas, de fazer um estudo que permita encontrar uma solução para os idosos, tendo em consideração as dificuldades que atravessam devido à faixa etária em que se encontram. ----------

----------Seguidamente, reportou-se à questão do relatório do IGAT, pois também foi contactado no sentido de dizer algo sobre o que o Tribunal e a IGAT tinham dito, e como só fala daquilo que não sabe por obrigação, relativamente a esta matéria considera que sabem todos muito pouco, apesar de perceber porque razão a CMO tem que manter segredo, mas julga que o Senhor Presidente terá que, em matéria do processo que a IGAT tem em relação à CMO fazer uma reunião com a Vereação, porventura, para estarem mais informados e mais capazes de responderem, até porque não existem dúvidas que o interesse de todo o Executivo é a dignificação da CMO e a todos macula qualquer coisa que a ela diga respeito quando é dita em tom menos agradável. ----------

----------Seguidamente manifestou a sua insatisfação relativamente ao serviço prestado pela empresa de segurança que trabalha na CMO, pois à vista daquela que estava a prestar serviços anteriormente, a actual tem uma pior prestação de serviços, quer em relação aos Vereadores, quer em relação aos munícipes, tendo inclusivé casos concretos para apresentar, pois é Vereador nesta Câmara há dois anos e sempre que entrou nesta casa deu os bons dias à primeira pessoa que encontra e que faz a recepção, não recebendo muitas vezes, uma resposta, e como considera que é uma situação caricata e que é má-educação, decidiu não calar por mais tempo o que vem a calar há dois anos. ----------

----------Por último, em relação à situação de Timor, não está tão pessimista relativamente à prestação portuguesa, lamentando profundamente não ter ouvido todo o relato do Senhor Presidente sobre este assunto, mas do que ouviu pode dizer que, foi de facto uma experiência inolvidável aquela que o Senhor Presidente teve, tendo dado um melhor conhecimento da situação que está a decorrer em Timor e que é gravíssima, mas está convicto que, desta vez,

Portugal não sairá de Timor deixando a mesma imagem que deixou noutros locais e noutras circunstâncias, nomeadamente, de Timor noutros tempos, até porque, como alguém disse, não é só este Governo ou outro governo qualquer, pois Portugal é todos os portugueses e o facto de a SIC ou outro canal de televisão não dar a devida importância à A.N.M.P. não devia acontecer, pois a Associação também é poder de Portugal, pois há uma acção temível e em proporção de actividade concreta, mostra que os portugueses nos diversos domínios, naquilo que é a sua área de poder, vão fazer com que Portugal saia de Timor satisfeito da sua prestação para a causa de Timor e para a causa mundial. ----------

O Presidente,

----------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2000----------

20 – INFORMAÇÕES – SRª. VEREADORA MANUELA AUGUSTO:----------

---------- A Senhora Vereadora Manuela Augusto iniciou a sua intervenção inquirindo o Senhor Presidente relativamente ao projecto que a C.M.O. elaborou que visava a duplicação do colector da Ribeira da Junça e que foi apresentado à A.P.L, com vista a auxiliar no problema das cheias, sabendo também que este seria um processo a desenvolver em três fases, estando a terceira fase a ser reapreciada, e a informação que recolheu é que de facto, havia um projecto da A.P.L. relativamente a esta terceira fase e que está a ser reapreciada na CMO, razão pela qual gostaria de saber em que ponto é que está esta situação. ----------

---------- Seguidamente e reportando-se às palavras do Senhor Vereador José Eduardo Costa, a propósito da descolonização e porque o Senhor Vereador falou em história recente, espera sinceramente que o Senhor Vereador estivesse a falar num conceito de história recente que contemple pelos menos, os últimos cinquenta anos, antes do Vinte e Cindo de Abril, pois a história é feita da interpretação dos sinais do tempo e de se olhar atempadamente aos processos e isto não foi o que se passou, razão pela qual, Portugal teve a descolonização que teve fruto da história passada. ----------

---------- De seguida e no que diz respeito ao comentário feito à postura da C.M.L. na reunião do Conselho de Administração da Rede Nacional de Cidades Saudáveis, considera que não se poderá comentar esta postura porque, infelizmente, não se pode interpretá-la de forma correcta, já que, não há um conhecimento concreto das posições que a Câmara tomou, nem os seus contextos, razão pela qual não poderá tecer comentários.----------

O Presidente,

----------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2000----------

21 – RESPOSTAS ÀS INTERVENÇÕES DOS SRS. VEREADORES:----------

---------- Antes de dar resposta às intervenções dos Senhores Vereadores, o Senhor Presidente deu a palavra à Senhora Vereadora Teresa Zambujo que, no que diz respeito à intervenção da Senhora Vereadora Manuela Augusto, disse confessar que não estava à espera que fizessem qualquer tipo de comentário à posição da C.M.L., pois esta Câmara, tal como outra qualquer, pode ter as posições que entender, perante as mais variadas situações; mas quando passa quase um ano depois de convocada sistematicamente para as reuniões, não aparece no grupo técnico, nem nas reuniões mais formais e chega passado um ano e diz que tinha interpretado os sete mil contos, como uma graça, pede imensa desculpa mas, não gozem com a C.M.O., pois estiveram todos a trabalhar, de uma forma ou de outra e tiveram momentos e sedes próprias para dizer que não concordavam com alguma coisa, pois até foi bastante crítica hoje no C.A., relativamente à forma como tudo se dinamiza, mas também teve o seu momento próprio para dizer que a C.M.O. em relação a este aspecto não concorda com isto ou com aquilo e a C.M.L. devia ter feito o mesmo e não passado quase um ano, depois de aprovado um regulamento em que explicitamente diz qual é o critério e vêm pôr tudo em causa, apesar de concordar que as posições tomadas não são eternas, mas há que analisar as coisas e quem fez a legislação muda-a se achar que a prática e a execução de um ano permite recolher ensinamentos e ver avaliações que levem à mudança, mas sem fundamentos e comentar um valor só por comentar e dizer que foi por graça, isso não admite a ninguém, nem que seja C.M.L. como C.M.Porto, porque quando vai trabalhar está a trabalhar a sério e não a brincar. Todavia, este foi um acidente de percurso que julga que foi ultrapassado, mas é bom que as pessoas saibam que há determinadas posturas que não se devem ter.----------

---------- Prosseguindo e no uso da palavra, o **Senhor Presidente** salientou que o período de informações na Câmara podem ser ou não comentados pelos Senhores Vereadores, pois são a perspectiva de cada um, apesar de ser compreensível que haja alguns melindres, até pela

diferença de partidos que estão representados na Câmara e, obviamente, que quando se toca ou ao Governo ou a uma Câmara Municipal que é liderada por um dos seus partidos, é evidente que se fica sempre um pouco incomodado, mas a verdade é que ninguém é perfeito, comungando também da opinião da Senhora Vereadora Teresa Zambujo, pois a C.M.L. tem esta visão em quase tudo, servindo de exemplo a Junta Metropolitana de Lisboa, que deixou de existir por culpa do Senhor Doutor João Soares, pois quando foi da regionalização ele desculpou-se que como a regionalização estava a surgir, não valia a pena estar a dar importância à J.M.L., mas a regionalização teve o resultado que se viu e agora não sabe qual é a desculpa que o Senhor Doutor João Soares vai arranjar, não sendo por acaso que a presidir a este tipo de organizações nunca estão Presidentes das Câmaras das grandes capitais, estando antes os Presidentes de Câmaras pequenas, até por uma questão de disponibilidade e a C.M.L. não tem sensibilidade designadamente, para questões com aspecto associativo.----------

----------De seguida, no uso da palavra, o **Senhor Vereador Emanuel Martins** salientou que, em relação às informações que se podem comentar ou não e que é resultante de haver pessoas de diferentes partidos também e mais ainda quando toca à actividade de outras Câmaras, principalmente, quando têm uma colaboração contrária, pois quanto muito, cada um toma as atitudes que quer e estas ficam para quem as tona, até porque a C.M.O. tomou uma atitude há uns anos atrás em relação à Assembleia Distrital, pois achava que não devia participar, enquanto outros andavam lá a trabalhar e achava que também não devia pagar e ninguém morreu por causa desta atitude, de forma que, não considera muito cordial que fique escrito em acta o que a C.M.O. pensa da C.M.L. ou vice-versa e em relação à J.M.L., considera que o Senhor Doutor João Soares "matou um nado-morto" e já desde há vários anos que diz isto, pois desde que teve oportunidade de participar como membro da Assembleia Metropolitana percebeu que a J.M.L. não existia, existindo só para alguns Presidentes de Câmara para consertarem algumas operações do interesse das Câmaras, mas globalmente, para aquilo que foi criada, nunca existiu e nunca

ninguém se preocupou com isso e com o facto de se dever respeitar os órgãos daquela cuja finalidade lhe dava valor e lhe dava consentâneo, tendo ido a diversas reuniões como membro da Assembleia Metropolitana de Lisboa e via nessas reuniões muito poucos Presidentes de Câmara.

---------- De seguida e no uso da palavra, a **Senhora Vereadora Teresa Zambujo** referiu que a sua reacção relativamente à C.M.L. seria sempre a mesma, fosse de que partido fosse, pois nestas coisas não olha a cores, mas é preciso ver que a C.M.L. é livre de estar na Associação e é livre de sair se quiser, mas a Associação estava naquele momento a defender a sua estratégia de actuação para o ano dois mil e que tinha em mãos o Plano de Actividades e Orçamento cujo orçamento de receitas apenas vive da quotização dos associados, e é óbvio que sete mil contos fazem muita diferença a um Plano de Actividades e Orçamento e compromete a actividade de uma associação e o que é reprovável é que, a C.M.L. teve várias oportunidades para dizer o que disse e para se expressar, mas, em vez disso, aprovou um regulamento em que os critérios estavam perfeitamente definidos para as quotizações e que são exagerados, razão pela qual também disse que, daqui a mais alguns meses, se estiverem de acordo, irá fazer uma proposta para a C.M.O. sair da associação e não é pelo facto de A ou B não quererem assumir a sua quotização, mas sim porque o valor acrescentado é zero.----------

---------- Seguidamente e no uso da palavra, o **Senhor Vereador David Justino** referiu que, relativamente ao facto de o Senhor Vereador Emanuel Martins se congratular com a apresentação que fez sobre a temática da habitação, fica bastante satisfeito e gostaria de lembrar que, desde mil novecentos e noventa e cinco, a C.M.O. tem um observatório sobre as necessidades de habitação, para estudar e ter um percepção mais objectiva sobre as carências de habitação fora do PER, constituído por seiscentos ou setecentos registos, podendo, se o Senhor Vereador Emanuel Martins estiver interessado, trazer o estudo de carácter estatístico, sobre o perfil e os tipos de carências que existem em relação a esta temática, pois é precisamente decorrente da análise deste observatório que se tem consciência que o problema das carências habitacionais para além do

PER, são graves, mas não afectam só os idosos, pois apesar de ser um grupo sensível, os casos que aparecem são casos diversificados, pois desde as pessoas que querem comprar habitação e não têm dinheiro, a outro tipo de situações que já estão a ser contempladas há anos, dentro de cada programa de realojamento, uma pequena quota para os casos extremos, ou seja, em que a situação social é de tal forma grave que o grau de risco social é devidamente tomado em conta e já há realojamentos, ou seja, todos os anos há realojamentos daqueles casos considerados pontuais e tecnicamente e socialmente justificáveis, em que terão que ser atrasadas uma ou duas barracas mas para realojar mais uma ou duas pessoas que não estão nas barracas, sendo estas situações de risco.----------

----------No entanto, o que é importante salientar é que, há cerca de um ano e meio, foi lançado um programa a que se chamou programa R.I.R., em que a política de habitação aponta já quais os cenários de desenvolvimento para além do PER e o que se está a fazer agora é concretizar em termos de instrumentos de sistematização política, aquilo que já estava enunciado, tendo já sido avançado o programa dos jovens e o dos funcionários, de forma que, quando terminar o PER, já está a ser implementada a outra política de habitação, pós-PER.-------

----------De seguida e no uso da palavra, o **Senhor Vereador Arnaldo Pereira** referiu que a C.M.O. já aprovou e teve conhecimento do programa R.I.R.; o Senhor Vereador David Justino salientou que estava a ser feito um levantamento, independentemente do observatório, mais sistemático e exaustivo de algumas situações, mas está convencido que nos programas de todas as forças políticas que concorreram à Câmara, preconizavam que uma vez concluído o PER, o programa de habitação da Câmara não se concluiria no PER, mas o que gostaria de saber é que o Senhor Vereador David Justino tinha ficado de apresentar uma exposição sistemática sobre toda esta problemática e se, independentemente destas preocupações e destas intenções, que já foram sinalizadas, agora em termos de calendarização e de uma apresentação devidamente quantificada do investimento que é necessário, isso é que é preciso saber, razão pela qual propõe que, numa

próxima reunião, o Senhor Vereador David Justino apresente uma perspectiva mais concreta e quantificada sobre aquilo a que o Senhor Vereador David Justino chama o pós-PER. ----------

---------- Prosseguindo e no uso da palavra, o **Senhor Vereador Emanuel Martins** salientou que, na sua intervenção, não estava subjacente nenhuma crítica, antes pelo contrário, às declarações feitas pelo Senhor Vereador David Justino sobre a temática da habitação, pois há de facto, uma evolução que o satisfaz e foi esta satisfação que quis denotar, mas quando fez referência às afirmações feitas, tem a dizer que tem conhecimento do programa R.I.R., mas também tem assistido, na maioria dos casos, a observações e neste sentido o Senhor Vereador Arnaldo Pereira pôs o dedo na ferida, pois crê que se de requantificar também as tais situações que o PER não comporta, mas que por bom senso, convém arranjar soluções para elas, dado que devido ao segmento onde essas pessoas estão inseridas, quer devido à idade, como à própria situação social, são menos de reivindicar muitas vezes não existem capacidades de resposta imediatas e pode não estar tudo feito, apesar de ser verdade que existem programas neste sentido, mas há que implementá-los e dar respostas, e o que fez foi alertar para a disponibilidade que a C.M.O. tem no procedimento desta matéria que, do ponto de vista da resolução dos problemas de habitação, tem sido um êxito e, demonstrar a sua disponibilidade para concorrer em tudo o que for preciso para aprovar planos destes que viabilizem os mais cadenciados. ----------

---------- De seguida e no uso da palavra o **Senhor Presidente** referiu que, apesar de concordar com este tipo de conversa nas reuniões de Câmara, considera que os Senhores Vereadores devem andar distraídos pois, de facto, esta política já esta implementada na C.M.O. há vários anos, garantindo que, nos últimos dez anos foram realojadas, pelo menos, duzentas famílias que não fazem parte do PER, no mínimo, pois são situações consideradas pontuais, em que algumas nem sequer se faz alarde, pois se aparece uma mãe que diz que o pai viola as três filhas e que não podem continuar a viver na mesma casa, é evidente que se arranja uma casa, sendo várias as situações iguais a esta, tais como, situações de famílias que são despejadas e que se demonstra

que deixaram de pagar a renda porque não têm condições para a pagar, portanto, quer sejam jovens, quer seja, idosos, que no fundo são os mais desfavorecidos, já a Câmara tem a devida atenção, sendo uma política clara há já vários anos e a expensas da Câmara, pois nestes casos o Governo lava as suas mãos, apesar de comparticipar no financiamento ao PER, pois cada família que a Câmara mete numa casa que não está no PER, quem paga é a C.M.O.. Portanto, aquilo que a Câmara pode fazer enquanto Câmara é o Senhor Vereador David Justino trazer uma proposta, por exemplo, no sentido de a C.M.O. e Assembleia Municipal aprovarem por unanimidade, uma deliberação no sentido de o Governo alargar o âmbito do PER, para famílias que não estão em barracas, mas sim para famílias idosas, etc., ao que o **Senhor Vereador Arnaldo Pereira**, de novo no uso da palavra, referiu que há cerca de dois ou três anos, houve uma ratificação da A.N.M.P.C H, para a reivindicação de um programa equivalente ao PER, com a sua implementação nos núcleos urbanos antigos, que são aqueles onde se verificam mais casos de habitação social, ao que o **Senhor Presidente**, de novo no uso da palavra referiu que tudo o que o Senhor Vereador David Justino referiu já está sistematizado, ao que o **Senhor Vereador Emanuel Martins**, de novo no uso da palavra retorquiu que se congratula que assim seja, pois a questão de fundo é trazer à Câmara preocupações da Vereação e dos Vereadores e se elas estão nos domínios onde devem estar a ser tratadas devia saber, pois conduz relatórios, ouviu o Senhor Vereador David Justino a fazer uma exposição que era suposto ser uma exposição ao trabalho da Câmara no domínio da habitação e o que ouviu foram casos resolvidos no âmbito do PER, pois a questão de fundo não é a política de habitação nem é uma crítica à política de habitação, mas sim a implementação de outro programa, agora que o PER está a acabar, pois no fundo está de acordo com um conjunto de coisas, mas uma vez que não tem o conhecimento suficiente desta implementação, não pode ficar calado numa situações destas, de forma que sente-se na obrigação e no dever de alertar o Senhor Vereador David Justino, uma vez que já se está no fim do programa PER e que já foi feito todo um trabalho no sentido de viabilizar determinadas soluções,

de forma que podem todos tentar viabilizá-las, ao que o **Senhor Presidente** referiu que, se o Senhor Vereador Emanuel Martins ler todas as actas sobre as exposições que foram feitas nas reuniões de Câmara, verá que já foi dito que a C.M.O. nem está à espera do fim do PER, porque antes do fim deste programa já há programas paralelos na resolução de outros problemas, quer seja de jovens, tendo já sido entregues setenta e cinco casas a jovens em dois anos e não se faz um programa especial para idosos porque os idosos são uma minoria, visto que o seu problema não se resolve colocando-os numa casa onde ainda ficam mais isolados, tendo este problema já sido também analisado e no fundo o que quer dizer é que esta política está assente, é diversificada, abrange todos os estratos populacionais e está já a ser implementada, mas o ritmo desta implementação tem que ser em primeiro lugar o PER, ao que o **Senhor Vereador Arnaldo Pereira**, de novo no uso da palavra referiu que, de facto, todos sabem que no âmbito da política de realojamento têm sido contemplados, a título excepcional, casos que o Senhor Presidente já caracterizou, mas também é verdade e tem sido dito várias vezes e corresponde a uma orientação definida e aprovada pela Câmara que, uma vez concluído o PER, a política de habitação e realojamento da CMO deve ser dirigida de forma sistemática para esses casos que, tanto quanto sabe, ainda não estão devidamente quantificados, tendo ficado a saber hoje, que já está a ser feito um recenseamento nesse sentido e aqui o Senhor Presidente colocou o dedo na ferida, porque efectivamente, assim como existiu para o PER um programa que contou com uma comparticipação por parte da Administração Central que o viabilizasse, agora é fundamental que exista um programa análogo que permita resolver as outras carências e aqui, além da política da Câmara, tem que haver uma reivindicação muito forte no sentido de esta política de habitação continuar a ser aplicada, pois tem que se reconhecer que não é com os recursos de uma autarquia que se pode resolver este problema, ao que o **Senhor Vereador Luís Pires**, no uso da palavra referiu que muitas vezes o problema da terceira idade não é unicamente um problema que se cinja ao problema da habitação, de forma que há que estudar diferentes vertentes de realojar as

pessoas da terceira idade, para que não se agravem outros problemas, tais como o isolamento, por exemplo.--- ----------

----------De seguida, o **Senhor Presidente** deu conhecimento que, relativamente ao inquérito da IGAT, irá ser marcada na próxima reunião, uma reunião com todos os serviços, para apresentação de todas as questões suscitadas pela Inspecção.----------

----------Relativamente à segurança que está à porta da C.M.O., pensa que não é tanto a segurança, mas sim um mínimo de regras que devem ser tidas em consideração e sendo assim, ou a empresa tem uma cultura de segurança e os seguranças são instruídos pela empresa sobre a forma como se devem comportar num serviço público, ou então se não sabem, tem que se fazer uma reunião com eles e instruí-los, pois como é óbvio, um segurança que está à porta tem que conhecer o Presidente da Câmara, os Vereadores e os próprios dirigentes, além de que têm que ser cordiais, cumprimentar as pessoas, abrir as portas, etc., de forma que o Senhor Doutor Borges Vieira deverá ter uma conversa com eles a fim de que mudem o seu comportamento, nomeadamente, a um determinado funcionário do atendimento público. ----------

----------No que diz respeito à questão da Ribeira da Junça, colocada pela Senhora Vereadora Manuela Augusto, o **Senhor Vereador Lopes Neno**, no uso da palavra esclareceu que a Câmara adjudicou e já iniciou as obras da segunda fase, em relação à terceira fase, em que é feita a ligação até ao mar, o Porto de Lisboa tem um estudo prévio, em que já foram feitas algumas alterações e, aquando do licenciamento desta obra, foram levantadas algumas questões e propôs que a saída não fosse feita directamente para o rio, ou seja, totalmente em desacordo com o pensamento da Câmara, pois em termos de desenvolvimento do projecto, o projecto da Câmara já está pronto e está em obra a segunda fase, estando o projecto da terceira fase pronto também, podendo adiantar que a Câmara já assumiu a abertura de concurso para a terceira fase desde já para não se estar à espera, até esta situação se acordar, de forma que o concurso já está a decorrer. --- ----------

---------- No que diz respeito ao Porto de Lisboa, este quer que se desvie a saída da ribeira porque têm em projecto uma marina para aquele local, considerando que é uma atitude louvável, mas está muito em embrião, sendo ainda um estudo muito prévio e condicionar uma marina, que tanto pode estar naquele local, como cem metros à frente, porque ainda se está numa fase de estudo muito embrionária e existe ali muito terreno livre que dá perfeitamente para essa situação, não lhe parece correcto que tenha que ser a C.M.O. a desviar a saída, estando os SMAS a gastar cerca de cento e tal mil contos, para desviar todos os colectores domésticos dentro da ribeira, ou seja, águas pluviais de forma que o que o Porto de Lisboa queria era que no projecto da C.M.O. a saída fosse desviada e que fosse paralela ao caminho de ferro, indo sair mais a montante do dito porto de recreio, sendo a CMO totalmente contra, até em termos técnicos, porque estar a andar com a saída de um lado para o outro, continuam a haver os mesmos problemas, pois hoje a ribeira passa naquele local paralelo ao mar, ao caminho de ferro e vai sair no Rio Jamor, debaixo da linha do comboio e, como se está a andar em comprimento, não se podem fazer inclinações, de forma que não é contra o porto de recreio, nem contra a marina, mas não convém colocar "o carro à frente dos bois", pois o que está em causa é resolver o problema de risco de todas as pessoas que moram naquele local, no Dafundo, ao que o **Senhor Presidente** de novo no uso da palavra referiu que já está pedida uma reunião ao Porto de Lisboa para se debaterem várias questões, de entre as quais está esta, ao que o **Senhor Vereador Lopes Neno** respondeu que, de qualquer das formas, enquanto Vereador das obras públicas, já decidiu avançar com o projecto da terceira fase, adjudicá-lo tal como ele está projectado e depois logo se vê, porque não pode estar a fazer uma obra da segunda fase e depois chegar a Agosto ou a Setembro e não haver saída para o lado do mar, além de estar a condicionar algo que na visão da Câmara, vai prejudicar todo o investimento da Câmara e a resolução daquela situação e isto é que é grave, havendo inclusivé técnicos do Porto de Lisboa que concordam com esta situação. ----------

O Presidente,

----------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2000----------

22 – VOTO DE LOUVOR: ----------

---------- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, sob proposta do Senhor Vereador Tavares Salgado, exarar em acta um voto de louvor aos serviços que desenvolveram actividades nas cerimónias comemorativas do Tricentenário do Nascimento do Marquês de Pombal, nomeadamente: Sector da Cultura, Livraria-Galeria Verney, Divisão de Bibliotecas Arquivo e Documentação, Sector do Turismo, Divisão de Fomento do Desporto, Sector da Acção Social e Departamento de Infra-Estruturas Municipais. ----------

---------- Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta. ----------

O Presidente,

----------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2000----------

23 – VOTO DE LOUVOR AO SR. ENGº. ADRIANO SOARES:----------

---------- A Câmara, sob proposta do Senhor Vereador Lopes Neno, deliberou por unanimidade dos presentes, exarar em acta um voto de louvor ao Senhor Engenheiro Adriano Soares, pelos serviços prestados à C.M.O. e pelo bom relacionamento que manteve com a mesma, enquanto responsável pelo sector da iluminação pública por parte da L.T.E. neste Concelho.- ----------

---------- Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta. ----------

O Presidente,

----------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2000----------

24 - PEDIDOS DE VISTORIA AO ABRIGO DO ARTº. 10º. DO R.G.E.U. - NOTIFICAÇÃO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS - DF'S NºS. – 11.374; 17.586, 11.919, 12,064, 12.071, 12.337, 12.562/99:----------

---------- I - O Senhor Vereador Tavares Salgado apresentou à Câmara a seguinte proposta: ----

---------- "Face às vistorias efectuadas pela respectiva Comissão resultantes de pedidos anteriormente requeridos pelos respectivos inquilinos, proponho, que esta Câmara Municipal delibere, em conformidade com o artigo décimo, do Regulamento Geral de Edificações Urbanas, notificar os proprietários dos imóveis abaixo discriminados a procederem às obras de beneficiação e salubridade, constantes dos respectivos autos de vistoria: ----------

---------- Manuel da Costa Simões, proprietário do prédio sito em Linda-a-Velha, Avenida Tomás Ribeiro, número cinquenta e quatro, quarto-A. ----------

---------- Américo Custódio de Jesus Domingos, proprietário do prédio sito em Linda-a-Velha, Avenida Vinte e Cinco de Abril, quarenta e dois. ----------

---------- Amália da Conceição Craveiro, proprietária do prédio sito em Paço de Arcos, Praça Cinco de Outubro, número catorze. ----------

---------- Irene Bemposta, proprietária do prédio sito em Paço de Arcos, Instituto Conde de Agrolongo, cinco, primeiro esquerdo.----------

---------- Carlos Alberto Laborde, proprietário do prédio sito em Oeiras, Rua Professor Egas Moniz, número dez, oitavo direito, Quinta do Marquês. ----------

---------- José António Cordeiro, proprietário do prédio sito em Carnaxide, Praceta Gomes Leal, número um, décimo direito. ----------

---------- Adelina Maria Fernandes Braga, proprietária do prédio sito em Linda-a-Velha, Rua Rodrigo Albuquerque e Melo, número dez, primeiro esquerdo. ----------

---------- Faustino José Gomes Guedes e Guedes, proprietário do prédio sito em Linda-a-

Velha, Rua Rodrigo Albuquerque e Melo, número dez, segundo esquerdo. ----------

----------Que mais seja deliberado dar conhecimento aos requerentes dos resultados das vistorias." - ----------

----------II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta. ----------

O Presidente,

----------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2000----------

25 – PARQUEAMENTO PARA DEFICIENTE JUNTO À ALAMEDA DE QUEIJAS, Nº. 32, EM QUEIJAS, PARA O VEÍCULO MATRÍCULA 85-76-GP: ----------

---------- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: ---------

---------- "Através do requerimento datado de vinte e sete de Setembro de noventa e nove, registado nesta Câmara em Diversos Fins sob o número dez mil duzentos e quarenta e um, de noventa e nove, Ricardo Jorge Castro Azevedo, morador na Alameda de Queijas, número trinta e dois, em Queijas, vem solicitar a criação de parqueamento para deficiente, junto ao número trinta e dois, da referida Alameda, para o veículo de matrícula oitenta e cinco- setenta e seis –GP. ------

---------- Tendo concordado com o exposto na informação número quinhentos e quarenta e dois, de noventa e nove, da Divisão de Estudos e Projectos / Trânsito, proponho que a Câmara delibere aprovar: ----------

---------- - A criação de um lugar provisório de "parque privativo para deficiente" junto ao número trinta e dois, da Alameda de Queijas, em Queijas, para o veículo de matrícula oitenta e cinco- setenta e seis –GP; ----------

---------- - A aprovação desta proposta em minuta."----------

---------- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.----------

O Presidente,

----------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2000----------

26 – ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NO Bº. S. MARÇAL, RUA ALBERTO OSÓRIO CASTRO, Nº. 38, R/C DTº. AO AGREGADO DE FLORÊNCIO GOMES: ----------

---------- I – O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta:-------

---------- "Na sequência da informação número mil novecentos e cinquenta, de noventa e nove, do Departamento de Habitação, e do despacho nela exarado, propõe-se: ----------

---------- Um – A atribuição de fogo de tipologia T Dois, no Bairro São Marçal, sito na Rua Alberto Osório Castro, número trinta e oito, rés-do-chão direito, ao agregado de Florêncio Gomes residente no Alto dos Barronhos, duzentos e quarenta e seis.----------

---------- Dois – A fixação da renda social, no valor de seiscentos e dez escudos, a entrar em vigor em Fevereiro de dois mil.----------

---------- Três – A aprovação desta proposta em minuta." ----------

---------- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.----------

O Presidente,

----------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2000----------

27 – ATRIBUIÇÃO DE FOGOS SITOS NO Bº. S. MARÇAL, RUA ALBERTO OSÓRIO CASTRO, Nº. 20, 1º.DTº. E 2º.DTº. AO AGREGADO DE INÁCIA SEMEDO E DOMINGOS PEREIRA RAMOS, RESPECTIVAMENTE: ----------

---------- I – O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta:-------

---------- "Na sequência da informação número três mil duzentos e cinquenta e três, de noventa e nove, do Departamento de Habitação, propõe-se:----------

---------- Um – A atribuição de fogo de tipologia T Três, no Bairro de São Marçal, sito na Rua Alberto Osório Castro, número vinte, primeiro direito, ao agregado de Inácia Semedo residente no Alto dos Barronhos, trezentos e setenta e quatro.----------

---------- Dois - A atribuição de fogo de tipologia T Três, no Bairro de São Marçal, sito na Rua Alberto Osório Castro, número vinte, segundo direito, ao agregado de Domingos Pereira Ramos, residente no Alto dos Barronhos, trezentos vinte e três.----------

---------- Três – A fixação da renda social no valor de quatro mil duzentos e quarenta escudos, ao agregado de Inácia Semedo, entrando em vigor em Fevereiro de dois mil.----------

---------- Quatro - A fixação da renda social no valor de treze mil quatrocentos e vinte escudos, ao agregado de Domingos Pereira Ramos, entrando em vigor em Fevereiro de dois mil.----------

---------- Cinco – A aprovação desta proposta em minuta." ----------

---------- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.----------

O Presidente,

----------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2000----------

28 – ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NO Bº. ENCOSTA DA PORTELA, RUA DA LIBERDADE, Nº. 4, R/C ESQº. AO AGREGADO FAMILIAR DE ROSA VIEGAS: ----------

---------- I – O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta:-------

---------- "Na sequência das informações números três mil cento e vinte e dois e três mil duzentos e cinquenta e sete, de noventa e nove, do Departamento de Habitação, propõe-se: -------

---------- Um – A atribuição de fogo sito no Bairro Encosta da Portela, Rua da Liberdade, número quatro, rés-do-chão esquerdo, ao agregado familiar de Rosa Viegas. ----------

---------- Dois – A atribuição da renda mensal no valor de dezasseis mil cento e trinta escudos, com entrada em vigor a um de Janeiro de dois mil.----------

---------- Três - A aprovação desta proposta em minuta."----------

---------- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.----------

O Presidente,

----------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2000----------

29 – ATRIBUIÇÃO DE TOPÓNIMO NA FREGUESIA DE PORTO SALVO: ----------

---------- I – O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta:-------

---------- "Existindo um arruamento, na localidade de Porto Salvo, para o qual é necessário atribuir designação toponímica, proponho à Câmara a aprovação do topónimo a seguir discriminado, de que se transcreve a respectiva biografia, para o qual foi recebido parecer favorável da Junta de Freguesia de Porto Salvo, transmitido pelo ofício que ficou registado sob o número trinta e cinco mil e novecentos, de doze de Dezembro do corrente ano.----------

---------- Rua Mário Neves - Jornalista e Diplomata (mil novecentos e doze/mil novecentos e noventa e nove) ----------

---------- Arruamento com início na Praceta da Aldeia do Meio e fim na Avenida dos Descobrimentos." ----------

---------- ----------"Curriculum de Topónimo ----------

---------- Nome: Mário Neves ----------

---------- Data De Nascimento: dezoito de Janeiro mil novecentos e doze ----------

---------- Falecido: um de Janeiro de mil novecentos e noventa e nove----------

---------- Actividade Profissional - Jornalista e Diplomata ----------

---------- Formou-se em Direito pela Universidade de Lisboa, mas enveredou pelo jornalismo, iniciando a actividade na redacção de O Século, em mil novecentos e vinte e nove. ----------

---------- Exerceu o cargo de director-adjunto dos jornais Diário de Lisboa e A Capital, tendo sido um dos fundadores deste último. Com Ribeiro dos Santos fundou o notável magazine Ver e Crer.------- ----------

---------- Foi administrador do Instituto Português de Oncologia, após o Vinte e Cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro, exerceu funções de Embaixador de Portugal na URSS (mil novecentos e setenta e quatro/mil novecentos e setenta e sete).----------

----------Foi ainda Secretário de Estado da Emigração e presidiu à Comissão do Livro Branco dos Negócios Estrangeiros (mil novecentos e setenta e sete/mil novecentos e oitenta e dois).------

----------Fez a reportagem da sua vida durante a guerra civil de Espanha, cobrindo em Badajoz a chacina perpetrada pelas tropas de Franco à população da cidade.----------

----------Publicou diversos livros, entre os quais Esboço de Um Perfil de Maria Lamas, A Morte Violenta, A Informação e a Política Externa e a Política Externa e a Política Externa da União Soviética.” ----------

----------II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta. ----------

O Presidente,

----------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2000----------

30 - PEDIDOS DE VISTORIA AO ABRIGO DO ARTº. 10º. DO R.G.E.U. - NOTIFICAÇÃO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS - DF'S NºS. – 11040, 11041, 11042, 11043, 11044, 11045, 11046, 11047, 11052, 11082, 11145, 11154, 11250, 11345, 11393, 11452, 11453, 11520, 11674, 11764, 11789 E 11844/99.: ----------

---------- I - O Senhor Vereador Tavares Salgado apresentou à Câmara a seguinte proposta: ----

---------- "Face às vistorias efectuadas pela respectiva Comissão resultantes de pedidos anteriormente requeridos pelos respectivos inquilinos, proponho, que esta Câmara Municipal delibere, em conformidade com o artigo décimo, do Regulamento Geral de Edificações Urbanas, notificar os proprietários dos imóveis abaixo discriminados a procederem às obras de beneficiação e salubridade, constantes dos respectivos autos de vistoria: ----------

---------- Maria Helena Baptista Nobre Ferreira, proprietária do prédio sito em Algés, Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, cento e noventa e oito. ----------

---------- Administração do prédio sito em Algés, Rua Parque Anjos, número seis-A ----------

---------- Francisco José Trigueiros de Aragão, proprietário do prédio sito em Carnaxide, Avenida Portugal, cinquenta e oito, primeiro esquerdo.----------

---------- Maria Isabel P. Sousa Chichorro, proprietário do prédio sito em Oeiras, Rua de Belém, número dez-A; ----------

---------- Maria do Carmo B. Basto Sabido, proprietária do prédio sito em Talaíde, Casa de São Pedro, número dois, primeiro direito.----------

---------- Maria de Jesus Feijó, proprietária do prédio sito em Caxias, Avenida Taborda de Magalhães, número onze. ----------

---------- Sociedade Agrícola Portela Ajuda, Sociedade Anónima, proprietária do prédio sito na Portela de Carnaxide, Estrada da Portela, número sessenta-B. ----------

---------- Antonieta Vicente, proprietária do prédio sito em Santo Amaro de Oeiras, Rua

Professor José Ferreira Marques, número três, terceiro esquerdo.----------

----------José Baptista M. Carrasco, proprietário do prédio sito em Algés, Rua João Chagas, número vinte e um. ----------

----------Augusto Teles Marques, proprietário do prédio sito no Dafundo, Rua São João de Deus, número três, rés-do-chão direito. ----------

----------José Menau, proprietário do prédio sito em Algés, Rua Luís de Camões, número quarenta-B, segundo frente ----------

----------Administração do proprietário do prédio sito em Algés, Rua Luís de Camões, número quarenta.--- ----------

----------António da Assunção Alho, proprietário do prédio sito em Oeiras, Rua Mouzinho de Albuquerque, numero três, primeiro esquerdo.----------

----------Victor Manuel Pacheco Pereira, proprietário do prédio sito no Dafundo, Rua Joseph Black, número três, terceiro C.----------

----------Banco Pinto e Souto Mayor, proprietário do prédio sito em Oeiras, Rua Quinta das Palmeiras, número setenta e três, terceiro D. ----------

----------Que mais seja deliberado dar conhecimento aos requerentes dos resultados das vistorias." - ----------

----------II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta. ----------

O Presidente,

----------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2000----------

31 - CONTRATO DE MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE ANÁLISE EM CONTÍNUO INSTALADOS NA ZONA ALTA DA BRANDOA, SISTEMA ATALAIA, ALTO DE ALGÉS, ALTO DO MONTIJO, BARCARENA E ALTO DA AMADORA (FONTE DOS PASSARINHOS) - FORNECIMENTO POR AJUSTE DIRECTO, COM CELEBRAÇÃO DE CONTRATO ESCRITO - SMAS:----------

---------- I – A Senhora Vereadora Teresa Zambujo apresentou à Câmara a seguinte proposta: -

---------- "O Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora, em reunião ordinária de vinte e oito de Dezembro de mil novecentos e noventa e nove, deliberou adjudicar o fornecimento supra referido à empresa Tecnilab Portugal, pelo valor de cinco milhões cento e quarenta e dois mil escudos, acrescido de I.V.A. à taxa legal em vigor, tendo em conta a proposta de deliberação que se junta ao processo.----------

---------- Face ao exposto, proponho: ----------

---------- A ratificação da mencionada deliberação do Conselho de Administração dos S.M.A.S. de adjudicação do fornecimento supra referido à empresa Tecnilab Portugal, pelo valor de cinco milhões cento e quarenta e dois mil escudos, acrescido de I.V.A. à taxa legal em vigor, para efeitos de celebração de contrato escrito;----------

---------- A aprovação da presente proposta em minuta." ----------

---------- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.----------

O Presidente,

----------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2000----------

32 - 6ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL - PPI, MOAF. – SMAS: ----------

---------- I – A Senhora Vereadora Teresa Zambujo apresentou à Câmara a seguinte proposta: -

---------- "Um - Plano Purianual de Investimentos (PPI) : ----------

---------- Na sequência das alterações às rubricas do Plano Purianual de Investimentos (PPI), foi necessário efectuar as alterações constantes da informação que se junta e que não resultaram em alterações neste mapa, por dizerem respeito à mesma conta: quarenta e quatro – Imobilizado em Curso.- ----------

---------- O Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora, em reunião ordinária de vinte e oito de Dezembro de mil novecentos e noventa e nove, deliberou aprovar a Sexta Alteração Orçamental de mil novecentos e noventa e nove, constante dos respectivos mapas que se juntam ao processo. ----------

---------- Face ao exposto, proponho: ----------

---------- Um - A ratificação da aprovação da referida Alteração; ----------

---------- Dois - A aprovação da presente proposta em minuta."----------

---------- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.----------

---------- Os documentos em causa, dão-se aqui como transcritos, ficando arquivados em Pasta Anexa ao Livro de Actas, nos termos do artigo quinto, do Decreto-Lei número quarenta e cinco mil trezentos e sessenta e dois, de vinte e um de Novembro de mil novecentos e sessenta e três, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei número trezentos e trinta e quatro, de oitenta e dois, de dezanove de Agosto.----------

O Presidente,

----------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2000----------

33 - PROCESSO DE ACIDENTE Nº 49/99 - ATRIBUIÇÃO DE INDEMNIZAÇÃO POR ACIDENTE OCORRIDO NA RUA GERTRUDES SANTOS FLORES, EM CAXIAS: ----------

---------- I – O Senhor Vereador Tavares Salgado apresentou à Câmara a seguinte proposta: ---

---------- "Um - A Senhora Ana Paula Vicente Ramalho dirigiu à CMO reclamação por acidente ocorrido em cinco de Agosto de mil novecentos e noventa e nove, quando transitava na sua viatura em Caxias, na Rua Gertrudes Santos Flores, por cima de um conjunto de grelhas de sumidouro de águas, aí existente, uma dessas grelhas se deslocou tendo provocado danos na parte inferior da viatura. Solicita assim o pagamento da quantia de setenta e um mil e noventa e nove escudos, correspondente ao custo de reparação da mesma. ----------

---------- Dois - Recolhida informação dos serviços e ouvidas as testemunhas indicadas pela reclamante, bem como apreciadas as restantes provas, apurou-se ser efectivamente imputável ao Município a responsabilidade pela situação deficiente das grelhas do sumidouro em questão. -----

---------- Três - Está, portanto, o Município onerado pelo dever legal de reparação dos danos em consequência daquele facto.----------

---------- Nestes termos, propõe-se: ----------

---------- a) O pagamento da quantia de setenta e um mil e noventa e nove escudos à reclamante; ----------

---------- b) A aprovação desta proposta em minuta." ----------

---------- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.----------

O Presidente,

----------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2000----------

34 – Pº. 6-DIM/DEIM/98 – CONCEPÇÃO/CONSTRUÇÃO DA COBERTURA PARA A PISCINA MUNICIPAL DE BARCARENA – APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 5º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS – CP 02.02.03.07.: ----------

---------- I – O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: ---------

---------- "Pela Divisão de Edifícios e Infra-Estruturas Municipais, foi elaborado o quinto auto de medição de trabalhos, da empreitada designada em epígrafe, no montante de seis milhões cento e oitenta e seis mil seiscentos e setenta e quatro escudos, referente a trabalhos previstos. ---

---------- Conforme folha de dedução de aditamentos, apensa ao processo, constata-se que a dedução no mês de Novembro tem o montante de dois milhões quatrocentos e vinte e dois mil e vinte escudos. ----------

---------- Segundo a informação número mil trezentos e catorze, de noventa e nove, do Serviço de Edifícios Municipais, os trabalhos foram executados em boas condições, pelo que, em face do que antecede, proponho: ----------

---------- - A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante de seis milhões quatrocentos e noventa e seis mil e oito escudos, o qual inclui a importância de trezentos e nove mil trezentos e trinta e quatro escudos de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à firma Construções Andral, Limitada, do valor de três milhões setecentos e sessenta e quatro mil seiscentos e cinquenta e quatro escudos (seis milhões cento e oitenta e seis mil seiscentos e setenta e quatro escudos menos dois milhões quatrocentos e vinte e dois mil e vinte escudos) acrescido de cento e oitenta e oito mil duzentos e trinta e três escudos de IVA à taxa de cinco por cento. ------ ----------

---------- - A aprovação desta proposta em minuta."----------

---------- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. ----------

O Presidente,

----------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2000----------

35 – EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DE SEDE SOCIAL DO GRUPO CULTURAL DE VILA FRIA - CP 02.01.09.02.: ----------

---------- I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: ----------

---------- "De acordo com a atribuição de subsídios pela Câmara Municipal de Oeiras ao Grupo Cultural de Vila Fria solicita a Direcção do Grupo, que lhe seja concedido parte do subsídio relativo às obras de construção da Sede Social do Grupo Cultural de Vila Fria, em Vila Fria, Oeiras. ----------

---------- Um – As obras estão a decorrer conforme o planeado e de acordo com o caderno de encargos.-- ----------

---------- Dois – A Direcção do grupo enviou à Câmara justificativo dos gastos nas obras em curso.------ ----------

---------- Três – O Gabinete de Projectos Especiais em visita ao local verificou que as obras estão a ser realizadas e de acordo com o projecto. ----------

---------- Assim e em face do exposto, propõe-se: ----------

---------- Um – Que seja atribuído ao Grupo Cultural de Vila Fria, a comparticipação de nove milhões seiscentos e quarenta e sete mil seiscentos e setenta e um escudos.----------

---------- Dois – Que se crie cabimento contabilístico para a verba em causa." ----------

---------- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta.----------

O Presidente,

----------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2000----------

36 – PREÇO DE VENDA AO PÚBLICO DA PUBLICAÇÃO "NOVOS CONTOS OEIRENSES"--

---------- I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: ----------

---------- "Foi recentemente editada a publicação em epígrafe, cujo custo global de mil e quinhentos exemplares foi de quinhentos e trinta mil novecentos e doze escudos, com cinco por cento de IVA incluído. ----------

---------- Atendendo que apresenta uma concepção gráfica muito semelhante à anterior edição "Contos Oeirenses" que teve um preço unitário de venda ao público de novecentos escudos, propõe-se ao Executivo Camarário que o preço de venda ao público por unidade, desta obra, seja o mesmo valor novecentos escudos." ----------

---------- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta.----------

O Presidente,

----------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2000----------

37 – EQUIPAMENTO DE FOTOGRAFIA AÉREA – ADITAMENTO À DELIBERAÇÃO TOMADA NA REUNIÃO DE 22/12/99 – PONTO 84 – CP 11.09.05.07.:----------

---------- I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: ----------

---------- "Tendo já sito aprovado a aquisição da câmara fotográfica RC Trinta, à firma LH Systems, a proposta de deliberação número dois mil seiscentos e vinte e nove, de noventa e nove, não fazia menção ao IVA. ----------

---------- Assim e uma vez que tal imposto não tem efeitos para apreciação das propostas apresentadas, proponho a aprovação do aditamento à referida proposta de deliberação no sentido de que ao valor da referida proposta acresce IVA à taxa legal em vigor."----------

---------- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta.----------

O Presidente,

----------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2000----------

38 – IMPLANTAÇÃO DA ESCULTURA DE HOMENAGEM À MULHER – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À COOPERATIVA DE HABITAÇÃO ECONÓMICA NOVA MORADA, CRL – CP 02.01.09.03.:----------

---------- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:----------

---------- "De acordo com a atribuição de subsídios pela Câmara Municipal de Oeiras, solicita a Direcção da Cooperativa de Habitação Económica Nova Morada, Cooperativa de Responsabilidade Limitada, que lhe seja concedido subsídio relativo às obras de implantação da escultura de homenagem à mulher e zona envolvente, em Paço de Arcos, Oeiras. ----------

---------- Um – As obras decorrem conforme o planeado e de acordo com o caderno de encargos.-- ----------

---------- Dois – A Direcção da Cooperativa enviou à Câmara justificativo dos gastos nas obras em curso. - ----------

---------- Três – O Gabinete de Projectos Especiais em visita ao local verificou que as obras foram realizadas de acordo com o projecto.----------

---------- Assim e em face do exposto, propõe-se: ----------

---------- Um – Que seja atribuído à Cooperativa de Habitação Económica Nova Morada, Cooperativa de Responsabilidade Limitada, a comparticipação de três milhões quinhentos e trinta e oito mil quatrocentos e vinte e seis escudos.----------

---------- Dois – Que se crie cabimento contabilístico para a verba em causa." ----------

---------- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta.----------

O Presidente,

----------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2000----------

39 – ATRIBUIÇÃO DE COMPENSAÇÃO ECONÓMICA POR RENÚNCIA AO REALOJAMENTO AO AGREGADO DE DINIZ VICENTE – BECO DOS POMBAIS, Nº. 140 – CP 05.01.03.07.: ----------

---------- I – O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta:-------

---------- "De acordo com a informação número três mil cento e setenta e nove, de noventa e nove, do Departamento de Habitação e tendo em atenção a renúncia ao realojamento do agregado familiar de Diniz Vicente, recenseado no Beco dos Pombais, número cento e quarenta, em Queijas, propõe-se:----------

---------- Um – A atribuição de uma compensação económica ao munícipe Diniz Vicente, de setecentos e setenta e um mil e seiscentos escudos, correspondente a dez por cento do valor do fogo T Um, ao qual tinha direito em realojamento e cujo valor fixado na Portaria oitocentos e vinte e um, de noventa e nove, é de sete milhões setecentos e dezasseis mil escudos. ----------

---------- Dois – O pagamento da comparticipação económica, após demolição da casa número cento e quarenta, do Beco dos Pombais.----------

---------- Três – Aprovação da proposta em minuta."----------

---------- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. ---------

O Presidente,

----------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2000----------

40 – EMPREITADA DE VALORIZAÇÃO E PROTECÇÃO DO ACESSO POENTE DA FÁBRICA DA PÓLVORA – AUTO DE MEDIÇÃO Nº. 1 – CP 10.02.03.02.: ----------

---------- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:----------

---------- "De acordo com o parecer da fiscalização, foram analisados os trabalhos da empreitada "Valorização e protecção do acesso poente da Fábrica da Pólvora", realizados pela firma Rosado e Frazão – Construções Civis e Obras Públicas, Sociedade Anónima, no valor de quatro milhões quatrocentos e setenta e seis mil quinhentos e dez escudos, mais IVA, tendo merecido a concordância dos serviços, pelo que proponho a sua aprovação e respectivo pagamento."----------

---------- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta.----------

O Presidente,

----------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2000----------

41 – CONSTRUÇÃO DE 16 FOGOS ADICIONAIS EM CAVE NO PROGRAMA DA PORTELA DE CARNAXIDE – CP 05.01.02.03.: ----------

---------- I – O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta:-------

---------- "De acordo com a informação número dois mil cento e quarenta e um, de noventa e nove, do Departamento de Habitação, propõe-se:----------

---------- Um – A aprovação do estudo prévio para a construção de dezasseis fogos adicionais em cave no Programa da Portela de Carnaxide, com as tipologias T Quatro (dez), T Um (quatro), T Dois (dois) e a área bruta total de mil e trinta e seis metros quadrados.----------

---------- Dois – A aprovação da proposta da Edificadora Luz & Alves, no valor de setenta e três milhões cento e quarenta e cinco mil novecentos e vinte e um escudos, sem IVA, para a construção dos dezasseis fogos referidos no ponto anterior.----------

---------- Três – A aprovação desta proposta em minuta." ----------

---------- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. ---------

O Presidente,

----------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2000----------

42 – OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE 303 FOGOS NA PORTELA DE CARNAXIDE – TRABALHOS A MAIS – CP 05.01.02.03.: ----------

---------- I – O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta:-------

---------- "De acordo com as informações trinta e seis, mil duzentos e quarenta e seis e mil duzentos e setenta e um, de noventa e nove, do Departamento de Habitação, propõe-se:----------

---------- Um – A aprovação de trabalhos a mais no empreendimento referido em epígrafe, resultantes da introdução de alterações construtivas que visaram melhorar a qualidade dos trezentos e três fogos, garantindo uma melhor utilização e minimizando futuros encargos com trabalhos de manutenção e conservação do empreendimento, no montante global de cento e quarenta e três milhões quatrocentos e cinquenta e oito mil quinhentos e oitenta e dois escudos, que corresponde a oito por cento do valor da adjudicação do empreiteiro.----------

---------- Dois – A aprovação desta proposta em minuta."----------

---------- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. ---------

O Presidente,

----------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2000----------

43 – III JOGOS MESATENÍSTICOS – PROGRAMA DE PROMOÇÃO DO TÉNIS DE MESA – CP 02.02.13.02.: ----------

---------- I – O Senhor Vereador Arnaldo Pereira apresentou à Câmara a seguinte proposta: ----

---------- "O Ténis de Mesa é uma modalidade com tradição no concelho, sendo de relevante importância o Programa de Promoção da modalidade que a Câmara em conjunto com o CCD – CMO/SMAS leva a efeito. Este programa consiste na organização de vários torneios em colaboração com as Juntas de Freguesia, Escolas e Clubes do concelho, com o intuito de atrair um maior número de jovens. ----------

---------- No presente ano decorreram os Terceiros Jogos Mesatenísticos, que contaram na fase final com a participação de dezanove equipas perfazendo um total de cento e quarenta e sete atletas.----- ----------

---------- Neste sentido, propõe-se à Câmara Municipal a atribuição de uma comparticipação financeira no valor de um milhão e quinhentos mil escudos, ao CCD – CMO/SMAS, como comparticipação das despesas necessárias para assegurar a realização do Programa de Promoção do Ténis de Mesa."----------

---------- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta.----------

O Presidente,

----------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2000----------

44 – ADJUDICAÇÃO DA RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS AOS DOMINGOS E FERIADOS – CP 06.01.07.08.:----------

---------- I – O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

---------- "Um – Através da proposta de deliberação número dois mil quatrocentos e quarenta e nove, de noventa e nove, aprovada em reunião realizada em nove de Dezembro, esta Câmara Municipal deliberou adjudicar à firma Serurb – Serviços Urbanos, Limitada, o serviço de recolha de resíduos sólidos prestado nos meses de Fevereiro e Março de mil novecentos e noventa e nove. ------ ----------

---------- Dois – Considerando que a adjudicação do serviço de recolha de resíduos sólidos aos domingos e feriados, para o ano de mil novecentos e noventa e nove, foi aprovada em reunião de Câmara realizada em nove de Dezembro de mil novecentos e noventa e oito. ----------

---------- Três – Considerando que o respectivo contrato foi celebrado em vinte e nove de Março de mil novecentos e noventa e nove, tendo sido remetido para visto prévio do Tribunal de Contas em oito de Abril de mil novecentos e noventa e nove. ----------

---------- Quatro – Considerando que se tratava de um trabalho que não podia sofrer interrupções, dado estar em causa a saúde pública e o contrato só ter sido visado pelo Tribunal de Contas em cinco de Julho de mil novecentos e noventa e nove, a Serurb, Limitada, prestou o referido serviço nos meses de Abril, Maio, Junho e Julho de mil novecentos e noventa e nove, que totaliza o montante de treze milhões novecentos e sessenta e cinco mil escudos, com o IVA incluído à taxa de cinco por cento. ----------

---------- Cinco – Considerando que, nos termos do artigo quadragésimo quinto, da Lei número noventa e oito, de noventa e sete, de vinte e seis de Agosto, com a redacção da Lei número oitenta e sete-B, de noventa e oito, de trinta e um de Dezembro, "os actos, contratos e demais instrumentos sujeitos à fiscalização prévia do Tribunal de Contas podem produzir todos

os seus efeitos antes do visto ou da declaração de conformidade, excepto quanto aos pagamentos a que derem causa…", podendo os pagamentos ser efectuados, depois do visto, a partir da data do contrato, ou seja, vinte e nove de Março de mil novecentos e noventa e nove.----------

----------Seis – Considerando que o serviço foi devidamente efectuado e que a Serurb, Limitada, apresentou a factura número mil duzentos e vinte e nove, no montante de treze milhões novecentos e sessenta e cinco mil escudos, com IVA incluído, proponho: ----------

---------- Que, nos termos da alínea c), do número um, do artigo trigésimo sexto, conjugado com o número um, do artigo trigésimo sétimo, do Decreto-Lei número cinquenta e cinco, de noventa e cinco, de vinte e nove de Março, se adjudique, por ajuste directo, com efeitos a partir de um de Abril de mil novecentos e noventa e nove, pelo valor de treze milhões e trezentos mil escudos, acrescido do montante de seiscentos e sessenta e cinco mil escudos de IVA à taxa de cinco por cento, à firma Serurb – Serviços Urbanos, Limitada, o serviço de recolha de resíduos sólidos prestado nos meses de Abril, Maio, Junho e Julho de mil novecentos e noventa e nove, atendendo ao facto que se trata da firma a quem foram adjudicados os restantes serviços, mediante concurso público, visado pelo Tribunal de Contas. ----------

---------- O pagamento da factura número mil duzentos e vinte e nove, de noventa e nove, no montante de treze milhões novecentos e sessenta e cinco mil escudos, com IVA incluído, à firma Serurb – Serviços Urbanos, Limitada. ----------

---------- A aprovação desta proposta em minuta." ----------

----------II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. ---------

O Presidente,

----------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2000----------

45 – Pº. PM 444 – LOGRADOURO DA MORADIA DA FAMÍLIA MACARA (TM 43-A) – TRABALHOS A MAIS – CP 09.01.02.01.: ----------

---------- I – O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: ---------

---------- "No âmbito da empreitada designada em epígrafe, a construção do Viaduto Rodoviário na Rua Lino de Assunção, implicou a alteração do muro de vedação, portão de entrada e arranjo interior do logradouro da moradia da família Macara, em conformidade com a informação número seiscentos e sete, de noventa e seis, da Divisão de Planeamento, do dia dezoito de Julho de mil novecentos e noventa e seis, do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística, aprovada por despacho do Senhor Presidente, no dia vinte e dois de Julho de noventa e seis. ----------

---------- Os trabalhos constaram da demolição parcial do muro existente, reconstrução do mesmo segundo os novos limites acordados entre a Câmara e o proprietário, revestimento e acabamento parcial do mesmo, mudança do portão de entrada para a nova posição e trabalhos de arranjo interior do logradouro. ----------

---------- A proposta apresentada pelo empreiteiro, no valor de um milhão novecentos e cinquenta e um mil setecentos e quarenta e sete escudos, foi analisada pela fiscalização, Consulgal, tendo merecido parecer favorável. ----------

---------- Em face do que antecede, proponho:----------

---------- - A aprovação de trabalhos a mais no valor de um milhão novecentos e cinquenta e um mil setecentos e quarenta e sete escudos, mais IVA à taxa de cinco por cento; ----------

---------- - Comunicação da aprovação à Refer, Empresa Pública, Teixeira Duarte, Sociedade Anónima e Consulgal, Sociedade Anónima;----------

---------- - A aprovação desta proposta em minuta."----------

---------- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. ---------

O Presidente,

----------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2000----------

46 – ILUMINAÇÃO PÚBLICA EXTERIOR DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DE PORTO SALVO – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DE PORTO SALVO – CP 05.03.03.01.: ----------

---------- I – O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: ---------

---------- "Na sequência de um acordo entre esta Câmara Municipal e o anterior pároco, Reverendo Padre António Leite, da Paróquia de Nossa Senhora de Porto Salvo, foi decidido que o consumo energético proveniente dos holofotes exteriores para iluminação da Igreja, cuja alimentação advém do quadro eléctrico da Paróquia, seria suportado por esta Autarquia.----------

---------- Contudo, esta responsabilidade deixou de ser exercida desde oito de Setembro de mil novecentos e noventa e oito, referente a despesas de dez de Fevereiro de noventa e oito até à data, conforme menciona o Padre José Luís, actual pároco daquela Igreja, através da telecópia datada de dez de Novembro passado. ----------

---------- A Divisão de Serviços de Apoio, através da informação quatrocentos e quinze, de noventa e nove, refere que os gastos alusivos à energia eléctrica com os mencionados holofotes, considerando o número de horas por dia de utilização, desde a data referida até ao momento actual, cifra-se em cento e dezassete mil escudos. ----------

---------- Assim, tendo em consideração os compromissos assumidos aquando do mencionado acordo e por forma a reembolsar aquela Paróquia da importância acima descrita, proponho:-------

---------- - Atribuição de um subsídio no valor de cento e dezassete mil escudos, para pagamento das despesas inerentes ao consumo de energia eléctrica com os holofotes da iluminação exterior da Igreja, à Paróquia de Nossa Senhora de Porto Salvo;----------

---------- - Aprovação desta proposta em minuta."----------

---------- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. ---------

O Presidente,

----------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2000----------

47 – Pº. 268-DIM/DEIM/98 – RECUPERAÃO DO FORTE DE S. BRUNO – FASE 1B – APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 3º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS – CP 02.03.03.07.:----------

---------- I – O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: ---------

---------- "Pela Divisão de Edifícios e Infra-Estruturas Municipais, foi elaborado o terceiro auto de medições de trabalhos, da empreitada designada em epígrafe, no montante global de dois milhões nove mil duzentos e vinte e quatro escudos, referente a trabalhos previstos. ----------

---------- Segundo a informação número mil trezentos e trinta, de noventa e nove, do Serviço de Edifícios Municipais, o presente auto tem zero por cento de trabalhos a mais. ----------

---------- Em face do que antecede, proponho:----------

---------- - A aprovação do presente auto de medições de trabalhos no montante de dois milhões cento e nove mil seiscentos e oitenta e cinco escudos, o qual inclui a importância de cem mil quatrocentos e sessenta e um escudos de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à firma Celconstroi – Construções e Empreitadas, Limitada; ----------

---------- - A aprovação desta proposta em minuta."----------

---------- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. ---------

O Presidente,

----------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2000----------

48 – Pº. 280-DIM/DEIM/97 – EXECUÇÃO DA 1ª. FASE DA EXPANSÃO DO CEMITÉRIO DE CARNAXIDE – APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 5º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS – CP 06.03.02.01.:----------

---------- I – O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: ---------

---------- "Pela Divisão de Edifícios e Infra-Estruturas Municipais, foi elaborado o quinto auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe no montante de cinco milhões seiscentos e cinquenta e um mil seiscentos e trinta e oito escudos, o qual corresponde a: ----------

---------- Trabalhos previstos – quatro milhões cento e vinte e cinco mil duzentos e trinta e três escudos --- ----------

---------- Trabalhos a mais de natureza prevista – trezentos e oitenta e sete mil oitocentos e quinze escudos----------

---------- Trabalhos a mais de natureza não prevista – um milhão cento e trinta e oito mil quinhentos e noventa escudos. ----------

---------- Segundo a informação número mil duzentos e setenta e dois, de noventa e nove, do Serviço de Infra-Estruturas Municipais, os trabalhos a mais de natureza prevista, no valor de trezentos e oitenta e sete mil oitocentos e quinze escudos, referem-se à construção de murete em tijolo nos jazigos e à execução de paredes exteriores de alvenaria de tijolo furado (zero vírgula três por zero vírgula dois por zero vírgula onze metros) e resultaram do facto de as quantidades previstas terem sido ultrapassadas, carecendo de aprovação.----------

---------- Os trabalhos a mais de natureza não prevista, no valor de um milhão cento e trinta e oito mil quinhentos e noventa escudos, resultaram da alteração de sumidouros para sumidouros sifonados, que foram aprovados em reunião de Câmara de treze de Outubro de noventa e nove, os quais já foram remetidos para o Tribunal de Contas.----------

---------- A percentagem de trabalhos a mais realizados no presente auto é de um vírgula treze

por cento.-- ----------

----------Ainda segundo a mesma informação número mil duzentos e setenta e dois, de noventa e nove, do Serviço de Infra-Estruturas Municipais, os trabalhos foram executados em boas condições, pelo que, em face do que antecede, proponho: ----------

---------- A aprovação de trabalhos a mais de natureza prevista no montante de trezentos e oitenta e sete mil oitocentos e quinze escudos;----------

---------- A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante de cinco milhões novecentos e trinta e quatro mil duzentos e vinte escudos, o qual inclui a importância de duzentos e oitenta e dois mil quinhentos e oitenta e dois escudos de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à firma Quinagre – Estudos e Construções, Limitada.----------

---------- Remeter ao Tribunal de Contas os trabalhos a mais de natureza prevista do presente auto de medições;----------

---------- - A aprovação desta proposta em minuta."----------

----------II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. ---------

O Presidente,

----------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2000----------

49 – Pº. 82-DIM/DEIM/97 – RECUPERAÇÃO DO PALÁCIO RIBAMAR, EM ALGÉS – TRABALHOS A MAIS – CP 02.03.03.06.: ----------

---------- I – O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta:---------

---------- "No âmbito da empreitada designada em epígrafe, a firma fiscalizadora Renticom - Engenheiros Associados, Limitada, apresentou a proposta zero vinte e um/um e zero vinte e dois/um de trabalhos a mais, da Soares da Costa, no valor respectivamente de três milhões sete mil quatrocentos e vinte e três escudos e um milhão oitocentos e quarenta e dois mil quinhentos e cinquenta e dois escudos. ----------

---------- Os trabalhos propostos, referem-se a alterações solicitadas pela Divisão de Biblioteca, Arquivo e Documentação, nas instalações eléctricas, para permitir uma melhor utilização dos espaços. ----------

---------- As propostas tiveram parecer favorável da Fiscalização e da Divisão de Serviços de Apoio.----- ----------

---------- Em face do que antecede, proponho:----------

---------- - A aprovação de todos os preços unitários das propostas zero vinte e um/um e zero vinte e dois/um; ----------

---------- - A aprovação de trabalhos a mais na empreitada nos valores de três milhões sete mil quatrocentos e vinte e três escudos e um milhão oitocentos e quarenta e dois mil quinhentos e cinquenta e dois escudos; ----------

---------- - A aprovação desta proposta em minuta."----------

---------- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.----------

O Presidente,

----------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2000----------

50 – Pº. 9-DIM/DEIM/99 – PROLONGAMENTO DA AVª. SR. JESUS DOS NAVEGANTES – AUTO DE MEDIÇÕES Nº. 1 – CP 09.01.02.02.: ----------

---------- I – O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: ---------

---------- "Pela Comunicação Interna de Serviço número sessenta e seis, de noventa e nove, vem o LEMO enviar o auto de medição número um, relativo à empreitada do prolongamento da Avenida Senhor Jesus dos Navegantes, adjudicada ao agrupamento Tomás de Oliveira / Tecnovia. - ----------

---------- Pelos elementos enviados, verifica-se que o valor do auto número um importa em dezoito milhões quinhentos e dois mil e noventa e nove escudos, sendo a sua totalidade referente a trabalhos previstos. ----------

---------- Em face do que antecede, proponho:----------

---------- - A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante de dezanove milhões quatrocentos e vinte e sete mil duzentos e quatro escudos, o qual inclui a importância de novecentos e vinte e cinco mil cento e cinco escudos de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à empresa Tomás de Oliveira / Tecnovia, Sociedade Anónima; ----------

---------- - A aprovação desta proposta em minuta."----------

---------- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. ----------

O Presidente,

----------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2000----------

51 – Pº. 153-DIM/DEIM/99 – REVESTIMENTO DE MUROS DA PRACETA TEIXEIRA DE PASCOAIS, EM CARNAXIDE – APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS – CP 10.01.03.18.:----------

---------- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: ---------

---------- "Pela Divisão de Edifícios e Infra-Estruturas Municipais, foi elaborado o primeiro auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe no montante de um milhão oitocentos e oitenta e sete mil duzentos e quinze escudos, referente a trabalhos previstos.----------

---------- Segundo a informação número mil trezentos e um, de noventa e nove, da Divisão de Edifícios e Infra-Estruturas Municipais, Serviço de Infra-Estruturas Municipais, de noventa e nove, os trabalhos foram executados em boas condições, pelo que, em face do que antecede, proponho:- ----------

---------- - A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante de um milhão novecentos e oitenta e um mil quinhentos e setenta e seis escudos, o qual inclui a importância de noventa e quatro mil trezentos e sessenta e um escudos de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à empresa Solátia, Sociedade Anónima;----------

---------- - A aprovação desta proposta em minuta." ----------

---------- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.----------

O Presidente,

----------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2000----------

52 – Pº. 178-DIM/DAD/98 – CONCEPÇÃO E EXECUÇÃO DE TELHEIRO NA ESCOLA CHEUNI, EM QUEIJAS – APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 2º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS – CP 01.02.03.06.:----------

---------- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: ---------

---------- "Pela Divisão de Administração Directa, foi elaborado o segundo auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe no montante global de três milhões setecentos e setenta e cinco mil escudos, o qual corresponde a trabalhos previstos. ----------

---------- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: ----------

---------- - A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de três milhões novecentos e sessenta e três mil setecentos e cinquenta escudos, o qual inclui a importância de cento e oitenta e oito mil setecentos e cinquenta escudos de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à firma Copi – Construções Civis, Obras Públicas e Industriais, Limitada. ----------

---------- - A aprovação desta proposta em minuta." ----------

---------- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.----------

O Presidente,

----------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2000----------

53 – Pº. 198-DIM/DAD/98 – NOVAS INSTALAÇÕES DA JUNTA DE FREGUESIA DE ALGÉS - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 5º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS – CP 11.05.03.05.:----------

---------- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: ---------

---------- "Pela Divisão de Administração Directa, foi elaborado o quinto auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe no montante global de quatro milhões trezentos e sessenta e nove mil oitocentos e vinte e um escudos, o qual corresponde a: ----------

---------- Trabalhos previstos – um milhão quinhentos e sete mil novecentos e vinte e cinco escudos --- ----------

---------- Trabalhos a mais de natureza prevista – noventa e oito mil quatrocentos e noventa e seis escudos ----------

---------- Trabalhos a mais de natureza não prevista – dois milhões setecentos e sessenta e três mil e quatrocentos escudos.----------

---------- Os trabalhos a mais de natureza prevista, referem-se a rectificação de medições efectuadas em obra. ----------

---------- Os trabalhos a mais de natureza não prevista referem-se a reparação das paredes que não sofreram intervenção a nível de revestimento, mas que necessitam de reparação e à substituição da caixilharia da montra, uma vez que a existente não oferece garantia de segurança.

---------- Os trabalhos a mais implicam um encargo financeiro de vinte e nove por cento.-------

---------- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: ----------

---------- - A aprovação dos trabalhos a mais no montante de dois milhões oitocentos e sessenta e um mil oitocentos e noventa e seis escudos; ----------

---------- - A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de

quatro milhões quinhentos e oitenta e oito mil trezentos e doze escudos, o qual inclui a importância de duzentos e dezoito mil quatrocentos e noventa e um escudos de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à firma Projeconsult, Limitada. ----------

---------- - A aprovação desta proposta em minuta."----------

----------II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. ---------

O Presidente,

----------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2000----------

54 – PEDIDO DE PARECER PARA CONCESSÃO DO ESTATUTO DE UTILIDADE PÚBLICA:

---------- I – O Senhor Vereador Arnaldo Pereira apresentou à Câmara a seguinte proposta: ----

---------- "O Clube de Carnaxide Cultura e Desportos solicitou à Câmara Municipal um parecer favorável à concessão do estatuto de pessoa colectividade de utilidade pública. ----------

---------- Tendo em atenção que o clube desenvolve um trabalho de reconhecido mérito no plano desportivo, em particular nos escalões de formação e sendo claro que este se assume de indiscutível importância e valorização social, propõe-se à Câmara Municipal que seja atendido o pedido do clube e a mesma procedendo em conformidade, emita o parecer, cujo texto a seguir se transcreve: ----------

----------Parecer ----------

---------- O Clube de Carnaxide Cultura e Desportos surge devido à necessidade de na freguesia de Carnaxide existir uma colectividade cujos fins fossem proporcionar à população aí residente, actividades sociais, culturais e desportivas.----------

---------- A oito de Dezembro de mil novecentos e oitenta e seis, é formado por um grupo de residentes na freguesia o Clube de Carnaxide Cultura e Desportos, tendo a vinte e quatro de Fevereiro celebrado a escritura. ----------

---------- Com um número actual de setecentos sócios, o clube não dispõe ainda de sede social própria, estando a mesma em construção no momento. Para tal, para além de verbas próprias, o clube assegurou comparticipações financeiras da Direcção Geral de Ordenamento do Território, da Câmara Municipal de Oeiras.----------

---------- A nível das actividades desportivas, o clube desenvolve presentemente: ----------

---------- Andebol – nos escalões de bambis, infantis femininos e masculinos, iniciados femininos e masculinos e juvenis femininos e masculinos.----------

---------- Futebol de cinco – nos escalões de escolas, infantis, iniciados e juvenis. ----------

----------Corfebol – duas equipas a disputarem o Campeonato Nacional. ----------

----------A modalidade que movimenta maior número de atletas é o andebol (ultrapassando os cem), sendo um dos clubes do concelho com maior número de atletas federados. No entanto, em todas as actividades desenvolvidas, a preocupação pela formação tem sido: ----------

----------A ginástica, actividade que existiu no clube desde a sua formação até à época passada, encontra-se suspensa esperando ser retomada em dois mil/dois mil e um, quando a sede social estiver pronta.----------

----------O clube procura ser uma opção para a ocupação dos tempos livres das crianças e dos jovens, não esquecendo a função social e educativa junto dos mesmos. ----------

----------Por todo o trabalho desenvolvido pelo mesmo, não tem a Câmara dúvidas em apoiar o pedido da colectividade para emissão de parecer, no sentido de vir a ser declarada instituição de utilidade pública." ----------

----------II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta. ----------

O Presidente,

----------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2000----------

55 – Pº. 91-DIM/DAD/99 – EXECUÇÃO DE PISO INTERMÉDIO NO ARMAZÉM DA DAD E DSA – APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 5º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS – CP 11.05.03.06.:----------

---------- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: ---------

---------- "Pela Divisão de Administração Directa, foi elaborado o quinto e último auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe no montante global de quatro milhões seiscentos e noventa e nove mil novecentos e setenta e cinco escudos, o qual corresponde a: ------

---------- Trabalhos previstos – três milhões quatrocentos e oitenta e sete mil novecentos e setenta e cinco escudos ----------

---------- Trabalhos a mais de natureza não prevista – um milhão duzentos e doze mil escudos.

---------- Os trabalhos a mais referem-se a: colocação de chapa galvanizada para remate (sanca) da estrutura metálica e pintura a tinta de esmalte de: chapa metálica de assentamento do pavimento, chapa de remate, portão existente de acesso aos armazéns. ----------

---------- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: ----------

---------- - A aprovação dos trabalhos a mais no montante de um milhão duzentos e doze mil escudos;--- ----------

---------- - A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de quatro milhões novecentos e trinta e quatro mil novecentos e setenta e quatro escudos, o qual inclui a importância de duzentos e trinta e quatro mil novecentos e noventa e nove escudos de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à firma Projeconsult – Sociedade de Consultadoria de Engenharia Civil e Construções, Limitada. ----------

---------- - A aprovação desta proposta em minuta." ----------

---------- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.----------

O Presidente,

----------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2000----------

56 – Pº. 198-DIM/DAD/98 – NOVAS INSTALAÇÕES DA JUNTA DE FREGUESIA DE ALGÉS – APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 4º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS – CP 11.05.03.05.:----------

---------- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: ---------

---------- "Pela Divisão de Administração Directa, foi elaborado o quarto auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe no montante global de quatro milhões seiscentos e noventa mil setecentos e sete escudos, o qual corresponde a: ----------

---------- Trabalhos previstos – um milhão oitocentos e oitenta e quatro mil seiscentos e sessenta e três escudos----------

---------- Trabalhos a mais de natureza não prevista – dois milhões oitocentos e seis mil e quarenta e quatro escudos. ----------

---------- Os trabalhos a mais referem-se a: ----------

---------- - Apoio da construção civil às especialidades: electricidade e ar condicionado; --------

---------- - Levantamento do enchimento dos pavimentos a intervencionar incluindo o posterior enchimento em betão para receber o novo revestimento; ----------

---------- - Trabalhos relativos aos tectos falsos: demolição de tectos falsos existentes e execução de recaídas nas zonas das clarabóias; ----------

---------- - Reparação das clarabóias, com substituição de toda a estrutura que se encontrava bastante deteriorada, sem aproveitamento; ----------

---------- - Colocação de chapas na parte superior da montra. ----------

---------- Os trabalhos a mais implicam um encargo financeiro de catorze por cento. ----------

---------- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: ----------

---------- - A aprovação dos trabalhos a mais no montante de dois milhões oitocentos e seis mil

e quarenta e quatro escudos;----------

---------- A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de quatro milhões novecentos e vinte e cinco mil duzentos e quarenta e dois escudos, o qual inclui a importância de duzentos e trinta e quatro mil quinhentos e trinta e cinco escudos de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à firma Projeconsult, Limitada. ----------

---------- - A aprovação desta proposta em minuta."----------

----------II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. ---------

O Presidente,

----------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2000----------

57 – Pº. 93-DIM/DAD/99 – BENEFICIAÇÕES DIVERSAS EM ESCOLAS DO ENSINO BÁSICO – APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS – CP 01.02.03.18.:----------

---------- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: ---------

---------- "Pela Divisão de Administração Directa, foi elaborado o primeiro e único auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe no montante global de cinco milhões setecentos e cinquenta e quatro mil seiscentos e trinta e dois escudos, o qual corresponde a:-------

---------- Trabalhos previstos – três milhões quatrocentos e trinta e três mil trezentos e trinta e dois escudos----------

---------- Trabalhos a mais de natureza prevista – um milhão trezentos e vinte e nove mil setecentos e sessenta escudos----------

---------- Trabalhos a mais de natureza não prevista – novecentos e noventa e um mil quinhentos e quarenta escudos. ----------

---------- Os trabalhos a mais devem-se essencialmente à execução da cozinha na escola de Barcarena Um não prevista inicialmente.----------

---------- Verificou-se ainda a existência de trabalhos a menos no valor de novecentos e onze mil e sessenta e oito escudos.----------

---------- Os trabalhos a mais implicam um encargo financeiro total para a obra de trinta e dois vírgula quarenta e seis por cento. ----------

---------- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: ----------

---------- - A aprovação dos trabalhos a mais no valor de dois milhões trezentos e vinte e um mil e trezentos escudos. ----------

---------- - A aprovação dos trabalhos a menos no valor de novecentos e onze mil e sessenta e

oito escudos;----------

---------- - A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de seis milhões quarenta e dois mil trezentos e sessenta e quatro escudos, o qual inclui a importância de duzentos e oitenta e sete mil setecentos e trinta e dois escudos de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à firma Construtora de Santa Iria, Limitada. ----------

---------- - A aprovação desta proposta em minuta."----------

----------II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. ---------

O Presidente,

----------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2000----------

58 – Pº. 35-DIM/DAD/98 – REMODELAÇÃO DO PARQUE INFANTIL NA RUA PADRE CRUZ, EM PORTO SALVO – APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 2º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS – CP 10.01.03.11.:----------

---------- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: ---------

---------- "Pela Divisão de Administração Directa, foi elaborado o segundo e último auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe no montante global de cinco milhões novecentos e sessenta e nove mil cento e noventa e dois escudos, o qual corresponde a:----------

---------- Trabalhos previstos – um milhão setecentos e trinta e quatro mil quatrocentos e quarenta e seis escudos----------

---------- Trabalhos a mais de natureza prevista – um milhão trezentos e vinte e um mil novecentos e vinte e um escudos ----------

---------- Trabalhos a mais de natureza não prevista – dois milhões novecentos e doze mil oitocentos e vinte e cinco escudos. ----------

---------- Os trabalhos a mais devem-se essencialmente à substituição do tipo de pavimento inicialmente previsto por piso sintético e a diferenças na área do terreno do parque, dos quais se encontram aprovados um milhão e quinhentos mil escudos, por deliberação de Câmara de vinte de Maio de mil novecentos e noventa e nove. Os trabalhos foram executados em boas condições pelo que se propõe a aprovação dos trabalhos a mais excedentes no montante de dois milhões setecentos e trinta e quatro mil setecentos e quarenta e seis escudos. ----------

---------- Os trabalhos a mais implicam um encargo financeiro de quarenta e oito vírgula noventa e quatro por cento. ----------

---------- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: ----------

---------- - A aprovação dos trabalhos a mais no montante de dois milhões setecentos e trinta e

quatro mil setecentos e quarenta e seis escudos; ----------

---------- - A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de seis milhões duzentos e sessenta e sete mil seiscentos e vinte e cinco escudos, o qual inclui a importância de duzentos e noventa e oito mil quatrocentos e sessenta escudos de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à firma Copi – Construções Civis, Obras Públicas e Industriais, Limitada. ----------

---------- - A aprovação desta proposta em minuta."----------

----------II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. ---------

O Presidente,

----------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2000----------

59 – Pº. 80-DHI/94 – COLECTORES PLUVIAIS E DOMÉSTICOS NA QUINTA DAS PALMEIRAS, EM OEIRAS – 2ª. FASE – APROVAÇÃO DE TRABALHOS A MAIS – CP 06.04.02.01.:----------

---------- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: ---------

---------- "No âmbito da empreitada designada em epígrafe, segundo a informação setecentos e cinquenta e três, de noventa e nove, da Divisão de Espaços Verdes e Equipamento Urbano, em resultado de visita ao local da obra constatou-se que havia duas situações que poderiam ser objecto de alteração ao projecto:----------

---------- - Execução de caldeiras para árvores em lancil de cantaria de zero vírgula treze metros, sem espelho;----------

---------- - Eliminação de canteiro e execução de passeio para a sua substituição.----------

---------- O valor dos trabalhos a executar estima-se em cerca de um milhão oitocentos e cinquenta e nove mil escudos.----------

---------- Em face do que antecede, proponho:----------

---------- - A aprovação dos trabalhos no valor de um milhão oitocentos e cinquenta e nove mil escudos como trabalhos a mais da empreitada e respectivo envio ao Tribunal de Contas;----------

---------- - A aprovação desta proposta em minuta."----------

---------- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.----------

O Presidente,

----------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2000----------

60 – Pº. 22-DIM/DAD/98 – EXECUÇÃO DE PASSADEIRAS EM TINTA TERMOPLÁSTICA – APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 3º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS – CP 09.02.03.05.:----------

---------- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: ---------

---------- "Pela Divisão de Administração Directa, foi elaborado o terceiro e último auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe no montante global de seis milhões quatrocentos e noventa e sete mil e quatrocentos escudos, o qual corresponde a:----------

---------- Trabalhos previstos – cinco milhões seiscentos e cinquenta e cinco mil escudos-------

---------- Trabalhos a mais de natureza prevista – oitocentos e quarenta e dois mil e quatrocentos escudos. ----------

---------- Os trabalhos a mais implicam um encargo financeiro de cinco por cento. ----------

---------- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: ----------

---------- - A aprovação dos trabalhos a mais no montante de oitocentos e quarenta e dois mil e quatrocentos escudos; ----------

---------- - A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de seis milhões oitocentos e vinte e dois mil duzentos e setenta escudos, o qual inclui a importância de trezentos e vinte e quatro mil oitocentos e setenta escudos de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à firma Fernando L. Gaspar; ----------

---------- - A aprovação desta proposta em minuta." ----------

---------- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.----------

O Presidente,

----------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2000----------

61 – RECUPERAÇÃO DO EDIFÍCIO DA BIBLIOTECA OPERÁRIA OEIRENSE – APROVAÇÃO DE TRABALHOS A MAIS DE NATUREZA NÃO PREVISTA – 3º. ATN – CP 03.02.02.02.:----------

---------- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: ---------

---------- "Na sequência das obras de recuperação do Edifício da Biblioteca Operária Oeirense, foi elaborado o terceiro auto de trabalhos a mais de natureza não prevista, no valor de um milhão quinhentos e noventa e nove mil cento e cinquenta e sete escudos. ----------

---------- Os trabalhos foram executados de acordo com o caderno de encargos. ----------

---------- Assim e face ao exposto, propõe-se: ----------

---------- Que seja aprovado o presente auto de medição, cujo valor total é de um milhão quinhentos e noventa e nove mil cento e cinquenta e sete escudos, ao qual acresce o valor do IVA à taxa legal, cujo montante é de setenta e nove mil novecentos e cinquenta e oito escudos, totalizando a importância de um milhão seiscentos e setenta e nove mil cento e quinze escudos, bem como o sequente pagamento à firma A. Ludgero de Castro, Limitada." ----------

---------- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta.----------

O Presidente,

----------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2000----------

62 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À JUNTA DE FREGUESIA DE OEIRAS E S. JULIÃO DA BARRA PARA FUNCIONAMENTO DOS INFANTÁRIOS - CP 03.01.13.04.: ----------

---------- I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: ----------

---------- "No âmbito do protocolo assinado para transferência dos estabelecimentos de infância sob suporte das Juntas de Freguesia, submete-se à consideração do Executivo a atribuição de um subsídio à Junta de Freguesia de Oeiras e São Julião da Barra, no montante de quinhentos e dez mil quinhentos e noventa e sete escudos e relativo ao mês de Dezembro. --------

---------- Este quantitativo corresponde aos encargos a suportar pela Câmara e que decorrem da diferença entre os encargos mensais com o pessoal dos estabelecimentos do Jardim de Infância "Pombal" e o quantitativo recebido da IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social, pela Junta de Freguesia."----------

---------- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta.----------

O Presidente,

----------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2000----------

63 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À JUNTA DE FREGUESIA DA CRUZ QUEBRADA E DAFUNDO PARA FUNCIONAMENTO DOS INFANTÁRIOS - CP 03.01.13.04.:----------

---------- I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: ----------

---------- "No âmbito do protocolo assinado para transferência dos estabelecimentos de infância sob suporte das Juntas de Freguesia, submete-se à consideração do Executivo a atribuição de um subsídio à Junta de Freguesia da Cruz-Quebrada/Dafundo, no montante de setecentos e doze mil duzentos e vinte e cinco escudos e relativo ao mês de Dezembro. ----------

---------- Este quantitativo corresponde aos encargos a suportar pela Câmara e que decorrem da diferença entre os encargos mensais com o pessoal do estabelecimento Jardim de Infância "O Bambi" e o quantitativo recebido da IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social, pela Junta de Freguesia." ----------

---------- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta.----------

O Presidente,

----------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2000----------

64 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À JUNTA DE FREGUESIA DE QUEIJAS PARA FUNCIONAMENTO DOS INFANTÁRIOS - CP 03.01.13.04.: ----------

---------- I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: ----------

---------- "No âmbito do protocolo assinado para transferência dos estabelecimentos de infância sob suporte das Juntas de Freguesia, submete-se à consideração do Executivo a atribuição de um subsídio à Junta de Freguesia de Queijas, no montante de um milhão setecentos e seis mil quatrocentos e nove escudos e relativo ao mês de Dezembro. ----------

---------- Este quantitativo corresponde aos encargos a suportar pela Câmara e que decorrem da diferença entre os encargos mensais com o pessoal do estabelecimento de Infância "O Traquinas" e o quantitativo recebido da IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social, pela Junta de Freguesia."----------

---------- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta.----------

O Presidente,

----------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2000----------

65 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À JUNTA DE FREGUESIA DE ALGÉS PARA FUNCIONAMENTO DOS INFANTÁRIOS - CP 03.01.13.04.: ----------

---------- I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: ----------

---------- "No âmbito do protocolo assinado para transferência dos estabelecimentos de infância sob suporte das Juntas de Freguesia, submete-se à consideração do Executivo a atribuição de um subsídio à Junta de Freguesia de Algés, no montante de dois milhões oitocentos e vinte e um mil seiscentos e vinte e oito escudos e relativo ao mês de Dezembro. ----------

---------- Este quantitativo corresponde aos encargos a suportar pela Câmara e que decorrem da diferença entre os encargos mensais com o pessoal dos estabelecimentos do Jardim de Infância "O Pioneiro" e o Jardim Infantil "Vinte e Cinco de Abril" e ATL - Actividades de Tempos Livres "O Novo Pinóquio" e o quantitativo recebido da IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social, pela Junta de Freguesia." ----------

---------- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta.----------

O Presidente,

----------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2000----------

66 – APOIO À CONSTRUÇÃO DAS NOVAS INSTALAÇÕES DA COOPERATIVA DE S. PEDRO DE BARCARENA – CP 03.01.09.01.: ----------

---------- I – A Senhora Vereadora Teresa Zambujo apresentou à Câmara a seguinte proposta: -

---------- "Um – Introdução----------

---------- Sequente à proposta de apoio financeiro aprovada em reunião de Câmara de dez de Fevereiro de noventa e nove, para a construção das novas instalações da Cooperativa de São Pedro Barcarena, a Autarquia, através da celebração de contrato-programa com a instituição irá assegurar a comparticipação em quinze por cento do total da obra. ----------

---------- Dois – Proposta ----------

---------- Dois.um – Face ao que antecede, de acordo com a cópia da factura com o número zero dois.mil trezentos e trinta e dois, de noventa e nove, referente ao décimo segundo auto de medição que foram conferidas pela fiscalização da obra e aprovadas pela Direcção da instituição, propõe-se o pagamento correspondente no valor de um milhão quatrocentos e noventa e cinco mil oitocentos e vinte escudos, à Cooperativa de São Pedro de Barcarena. ----------

---------- Dois.dois – Cabimento contabilístico para esta importância. ----------

---------- Dois.três – Comunicação à Cooperativa São Pedro.----------

---------- Dois.quatro – Pagamento sequente. ----------

---------- Dois.cinco – Aprovação em minuta."----------

---------- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.----------

O Presidente,

----------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2000----------

67 – PM 1123/B – CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO DOS SMAS – ACABAMENTOS – APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 6º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS – CP 11.05.02.03.:----------

---------- I – O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta:---------

---------- "No âmbito da empreitada designada em epígrafe, a empresa fiscalizadora Cinclus – Planeamento e Gestão de Projectos, Sociedade Anónima, juntamente com o representante do adjudicatário, procederam à elaboração do sexto auto de medição de trabalhos no montante de sessenta milhões quarenta mil seiscentos e noventa e sete escudos, referente a trabalhos previstos. - ----------

---------- Segundo a informação número mil trezentos e quarenta e quatro, de noventa e nove, do Serviço de Edifícios Municipais, os trabalhos mereceram parecer favorável da fiscalização, conforme consta junto ao processo. ----------

---------- Em face do que antecede, proponho:----------

---------- - A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante de sessenta e três milhões quarenta e dois mil setecentos e trinta e dois escudos, o qual inclui a importância de três milhões dois mil e trinta e cinco escudos de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à Edifer – Construções Pires Coelho & Fernandes, Sociedade Anónima;----------

---------- - Comunicação à Edifer e à Cinclus;----------

---------- - A aprovação desta proposta em minuta."----------

---------- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.----------

O Presidente,

----------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2000----------

68 – Pº. 1-DIM/DSA/99 – REMODELAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM VÁRIOS ARRUAMENTOS EM ALGÉS – APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS – CP 05.03.03.01.:----------

---------- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: ---------

---------- "Pela Divisão de Serviços de Apoio, foi elaborado o primeiro auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe no montante global de doze milhões vinte e cinco mil quinhentos e cinquenta e cinco escudos, o qual corresponde a trabalhos previstos.----------

---------- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, conforme consta na informação número quatrocentos e treze, de noventa e nove, da Divisão de Serviços de Apoio, proponho:----------

---------- - A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de doze milhões seiscentos e vinte e seis mil oitocentos e trinta e três escudos, o qual inclui a importância de seiscentos e um mil duzentos e setenta e oito escudos de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à empresa João Jacinto Tomé, Sociedade Anónima; ----------

---------- - A aprovação desta proposta em minuta."----------

---------- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.----------

O Presidente,

----------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2000----------

69 – Pº. 308-DIM/DAD/99 – PAVIMENTAÇÃO DA ROTUNDA DA QUINTA DO MARQUÊS, EM OEIRAS – ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA – CP 09.01.03.04.: ----------

---------- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: ---------

---------- "Tendo em vista a necessidade de pavimentar a Rotunda da Quinta do Marquês, em Oeiras, solicitou a Divisão de Administração Directa a três firmas da especialidade a apresentação de propostas, as quais estão a seguir indicadas e serão acrescidas do IVA respectivo: ----------

---------- Concorrentes / Valor da proposta----------

---------- Armando Cunha, Limitada / quatro milhões e oitocentos mil escudos ----------

---------- Alves Ribeiro, Sociedade Anónima / quatro milhões oitocentos e noventa e sete mil escudos --- ----------

---------- CME – Construção e Manutenção Electromecânica, Sociedade Anónima / cinco milhões duzentos e oitenta e seis mil escudos. ----------

---------- Analisadas as propostas pela mencionada Divisão, esta concluiu, conforme consta da informação número mil cento e três, de noventa e nove, da Divisão de Administração Directa, que a mais vantajosa para esta Câmara Municipal é a do concorrente Armando Cunha, Limitada, dado ser a de menor preço. ----------

---------- Em face do que antecede, proponho:----------

---------- - Que se adjudique a empreitada em título à firma Armando Cunha, Limitada, pela importância de quatro milhões e oitocentos mil escudos, acrescida de duzentos e quarenta mil escudos de IVA à taxa de cinco por cento e com o prazo de execução de quinze dias, ao abrigo do disposto da alínea d), do número dois, do artigo quadragésimo oitavo, do Decreto-Lei cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março;----------

---------- - A aprovação desta proposta em minuta."----------

----------II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. ---------

O Presidente,

----------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2000----------

70 – Pº. 201-DIM/DSA/99 – ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA RUA D. JOÃO DE CASTRO, EM STº. AMARO – LIQUIDAÇÃO DO 1º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS – RECTIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO TOMADA NA REUNIÃO DE 9/12/99 – PONTO 130 – CP 05.03.03.01.: -------

---------- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: ---------

---------- "Em reunião de Câmara realizada em nove de Dezembro de noventa e nove, ponto cento e trinta, foi deliberado aprovar o primeiro auto de medição de trabalhos da empreitada em epígrafe. -- ----------

---------- Porém, por lapso, foi indicado na proposta o montante de quatro milhões trezentos e vinte e sete mil novecentos e oitenta escudos, correspondente ao montante global do auto, quando deveria ter sido indicado o montante de quatro milhões trezentos e vinte e sete mil oitocentos e noventa escudos. ----------

---------- Em face do que antecede, proponho:----------

---------- - A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de quatro milhões trezentos e vinte e sete mil oitocentos e noventa escudos, o qual inclui a importância de duzentos e seis mil e noventa escudos de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à firma Alberto Roque, Limitada; ----------

---------- - A aprovação desta proposta em minuta." ----------

---------- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.----------

O Presidente,

----------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2000----------

71 – SUPRIMENTOS PARA A EIA – ENSINO, INVESTIGAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO, S.A. - MODIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO TOMADA EM REUNIÃO DE 9/12/99 - PONTO 141: ------

---------- I – O Senhor Vereador Tavares Salgado apresentou à Câmara a seguinte proposta: ---

---------- "Um – Considerando que a nova Lei das Autarquias Locais – Lei número cento e sessenta e nove, de noventa e nove, de dezoito de Setembro – veio estabelecer novas competências para os Municípios, alargando de forma considerável as existentes anteriormente, se bem que, algumas delas vinham, na prática, por eles já a ser exercidas; ----------

---------- Dois – Sendo verificado que, no âmbito da atribuição de subsídios, "lato sensu", passou a ser da competência própria da Câmara Municipal, sem possibilidade de delegação e, portanto, sem qualquer necessidade de levar tais questões à apreciação da Assembleia Municipal, "apoiar, ou comparticipar, pelos meios adequados, no apoio a actividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra", nos termos da alínea b), do número quatro, do artigo sexagésimo quarto, da citada Lei número cento e sessenta e nove, de noventa e nove, de dezoito de Setembro; ----------

---------- Três – Considerando que o Executivo Camarário já deliberou sobre o montante, a título de suprimentos, a transferir para a EIA, Sociedade Anónima; ----------

---------- Quatro – Tendo em conta que também decidiu submeter à Assembleia Municipal a aprovação dessa transferência com base na alínea m), do número dois, do artigo quinquagésimo terceiro, da Lei número cento e sessenta e nove, de noventa e nove, de dezoito de Setembro, preceito que se não aplica a apoio (financeiro ou outro) a actividades de interesse municipal mas tão-só a participações sociais de âmbito socio-administrativo e comercial, no caso vertente na referida sociedade anónima de interesse municipal, proponho: ----------

---------- a) Que a Câmara, de acordo com a previsão do artigo octogésimo primeiro, da citada Lei das Autarquias Locais e as normas aplicáveis do Código do Procedimento Administrativo,

modifique o ponto número sete da proposta do Senhor Presidente da Câmara relativa a "Suprimentos para a EIA – Ensino, Investigação e Administração, Sociedade Anónima", aprovada pelo Executivo, por votação unânime e constante da acta da reunião extraordinária realizada em nove de Dezembro de mil novecentos e noventa e nove, identificada como o ponto número cento e quarenta e um e o faça de acordo com os considerandos supra descritos, isto é, que substitua a sua actual redacção pela referência à devida aprovação por competência própria.-

----------b) Que a Câmara Municipal aprove a presente proposta em minuta."----------

----------II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. ---------

O Presidente,

----------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2000----------

72 – CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO A CELEBRAR ENTRE A CMO E O GRUPO DESPORTIVO UNIDOS CAXIENSES: ----------

---------- I – O Senhor Vereador Arnaldo Pereira apresentou à Câmara a seguinte proposta: ----

---------- "A Câmara Municipal de Oeiras ciente da importância que o associativismo desportivo representa ao nível do Município, enquanto uma das principais vias de acesso das populações à prática desportiva, disponibiliza, no âmbito do Programa de Apoio ao Associativismo Desportivo, apoios financeiros e logísticos, segundo um conjunto de princípios e critérios de apoio definidos. Estes apoios visam reconhecer o esforço e trabalho que desenvolvem junto da comunidade. ----------

---------- Incluído neste programa encontra-se o sub-programa de construção, beneficiação e remodelação de infra-estruturas sociais e desportivas que engloba três vertentes: ----------

---------- - Elaboração de programas e projectos para construção de novas instalações; ----------

---------- - Apoio financeiro à construção de novas instalações; ----------

---------- - Comparticipação na execução de obras de beneficiação e remodelação de instalações. ----------

---------- Enquadrado neste sub-programa, foi efectuada uma avaliação das beneficiações e remodelações a efectuar no edifício sede do Grupo Desportivo Unidos Caxienses, colectividade sediada em Laveiras – Caxias, que se encontra degradada não oferecendo condições aos que a frequentam, tendo sido posteriormente elaborado projecto pelo Gabinete de Projectos Especiais.-

---------- Assim, tendo em atenção a importância do trabalho que a colectividade desenvolve e poderá desenvolver com as instalações recuperadas, a Câmara irá comparticipar as referidas obras. Neste âmbito, junto se submete para aprovação por parte da Câmara, a proposta de minuta de contrato-programa de desenvolvimento desportivo a ser celebrado entre as partes, onde se estabelece o regime de responsabilidades de ambas as entidades, a qual a seguir se transcreve:----

----------Contrato-Programa de Desenvolvimento----------

----------Desportivo entre Câmara Municipal de Oeiras e----------

----------Grupo Desportivo Unidos Caxienses ----------

----------Um ----------

----------Introdução----------

Os poderes públicos têm obrigações definidas no âmbito do acesso dos cidadãos ao desporto, devendo por isso definir uma política desportiva por forma a permitir e viabilizar o mesmo. ------

Assim, reconhecendo a importância que o desporto assume na sociedade actual, como factor de saúde e bem-estar, sociabilidade e participação cívica e também como actividade profissional que suscita crescente interesse público e empresarial, a Orgânica e Plano de Actividades da Câmara Municipal de Oeiras contemplam uma atenção e actuação específicas relativamente a tal sector, de modo a acompanhar os demais objectivos de renovação da sociedade portuguesa a que o Executivo se propõe. ----------

E ciente de que o desporto constitui também um espaço de convívio e de tolerância onde se cultivam princípios éticos e democráticos capazes de combater a crise de valores e de desinserção e exclusão visíveis em consideráveis áreas da sociedade portuguesa, prevê o Plano de Actividades da Câmara Municipal de Oeiras o desenvolvimento de uma política de desenvolvimento desportivo em que a construção e recuperação de equipamentos desportivos são factores essenciais.----------

A concretização de tal política exige a conjugação e coordenação de esforços das entidades públicas e privadas, com vocação para a área do desporto, designadamente das autarquias e das colectividades desportivas, assumindo a participação em projectos de investimentos, mediante contrato-programa, uma das formas de colaboração de maior relevância prática. ----------

Assim: ----- ----------

----------Dois ----------

----------Justificação----------

O Grupo Desportivo Unidos Caxienses pretende levar a cabo obras de beneficiação e remodelação da sua sede social de forma a proporcionar aos seus praticantes e população em geral adequadas condições de acesso aos serviços desportivos prestados nesta infra-estruturas desportiva, contribuindo para a melhoria e diversificação da oferta de equipamentos que servem a localidade.----------

Dado o reconhecido interesse público de tal instalação e sua relevância no contexto da rede de equipamentos que serve o concelho, nomeadamente no local onde se encontra sediado, justifica-se o apoio da Câmara Municipal de Oeiras à obra referida. ----------

----------Três----------

----------Articulado ----------

Assim, considerando que a Câmara Municipal de Oeiras tem, por atribuição, conceber, coordenar e apoiar, técnica e financeiramente e, sem prejuízo das competências cometidas por lei a outras entidades, um programa integrado de construção e recuperação do equipamento e das infra-estruturas desportivas;----------

Considerando a natureza, fins e atribuições do Grupo Desportivo Unidos Caxienses, no âmbito do desenvolvimento do desporto, contribuindo, designadamente, para a promoção e criação de condições de acesso da população local a uma prática desportiva regular;----------

Nos termos e ao abrigo do regime estabelecido pelo Decreto-Lei número quatrocentos e trinta e dois, de noventa e um, de seis de Novembro;----------

Entre:------ ----------

Um – O Município de Oeiras, pessoa colectiva número seiscentos e oitenta milhões seiscentos e setenta e quatro, com sede em Oeiras e representado neste acto pelo seu Presidente, Doutor Isaltino Afonso Morais, adiante designado por primeiro contratante; e----------

Dois – O Grupo Desportivo Unidos Caxienses, pessoa colectiva número quinhentos e um

milhões quatrocentos e trinta e oito mil e noventa e dois, com sede em Laveiras – Caxias, representado neste acto pelo Presidente da Direcção, Doutor Manuel de Carvalho Teixeira, adiante designada por segundo contratante;----------

É estabelecido o presente contrato de comparticipação financeira, o qual se regerá pelas cláusulas seguintes:-- ----------

----------Cláusula primeira ----------

----------Objecto ----------

Um – O presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo tem por objecto a realização da obra de beneficiação e remodelação da sede social, no local de Laveiras – Caxias, freguesia de Paço de Arcos, a desenvolver sob a responsabilidade do Grupo Desportivo Unidos Caxienses. ---

Dois – A execução da obra referida no número anterior será assegurada pelo segundo contratante, de acordo com a localização e os elementos do projecto aprovados.----------

----------Cláusula segunda----------

----------Custo das obras----------

Um – Para a prossecução do plano de desenvolvimento desportivo definido na cláusula primeira, com o custo estimado de obra de cinquenta e oito milhões oitenta e um mil duzentos e seis escudos, é concedida pelo primeiro contratante ao segundo contratante, que a aceita, a comparticipação de quarenta e seis milhões cento e vinte e nove mil duzentos e seis escudos, líquidos para o primeiro contratante e que será proporcionalmente reduzida caso o custo da obra seja inferior ao atrás indicado. ----------

Dois – No contexto do custo total da obra a realizar, o segundo contratante assume pelo presente contrato-programa a responsabilidade pela conclusão integral do plano de desenvolvimento desportivo a que se reporta a cláusula primeira.----------

----------Cláusula terceira ----------

----------Regime de comparticipação ----------

Para a prossecução do plano de desenvolvimento desportivo definido na cláusula primeira, a comparticipação do primeiro contratante será realizada como se segue: ----------

a) sob a forma de subsídio, mediante a apresentação de autos de medição e vistoria. ----------

----------Cláusula quarta ----------

----------Prazo do contrato----------

O presente contrato-programa vigorará pelo prazo necessário à conclusão do equipamento designado no objecto do contrato. ----------

----------Cláusula quinta ----------

----------Revisão do contrato-programa ----------

Qualquer alteração ou adaptação, pelo segundo contratante, dos termos ou dos resultados previstos neste plano de desenvolvimento desportivo carece de prévio acordo escrito do outro contratante, que o poderá condicionar à alteração ou adaptação deste contrato-programa, exceptuando-se desta obrigatoriedade as situações que, ao abrigo do número dois, do artigo décimo quinto, do Decreto-Lei quatrocentos e trinta e dois, de noventa e um, de seis de Novembro, admitem sempre revisão. ----------

----------Cláusula sexta ----------

----------Cessação do contrato-programa----------

A cessação do presente contrato-programa ocorrerá caso se verifique alguma das situações previstas no número um, do artigo décimo sexto, do Decreto-Lei quatrocentos e trinta e dois, de noventa e um, de seis de Novembro. ----------

A resolução do contrato-programa efectuar-se-á através da respectiva notificação ao segundo contratante, por carta registada com aviso de recepção e confere o direito à restituição das quantias já recebidas pelo mesmo título de comparticipação. ----------

----------Cláusula sétima----------

----------Caducidade do contrato-programa----------

O presente contrato caduca quando, por falta não imputável às partes, se torne objectivamente impossível realizar o plano de desenvolvimento que constitui o seu objecto. ----------

----------Cláusula oitava ----------

----------Execução e apoio técnico ----------

Um – A execução e controlo técnico das obras serão asseguradas pelo segundo contratante. ------

Dois – O primeiro contratante, ou quem ele determinar, para além do acompanhamento dos trabalhos, pode fornecer apoio técnico suplementar quando solicitado pela parte contratante, em qualquer das outras fases de execução do plano de desenvolvimento desportivo objecto deste contrato-programa.----------

----------Cláusula nona----------

----------Gestão e manutenção ----------

Um – A gestão da infra-estrutura referida na cláusula primeira, após as obras objecto do contrato-programa, é da responsabilidade do segundo contratante, que se obriga a mantê-la afecta aos fins referidos neste contrato-programa e a geri-la de acordo com a filosofia enumerada no mesmo.----

Dois – A manutenção da infra-estrutura referida na cláusula primeira é da responsabilidade do segundo contratante.----------

Celebrado em Oeiras, aos … do mês de … do ano de dois mil, em dois exemplares, que depois de rubricados nas suas páginas, vai ser assinado pelos contratantes, ficando cada uma das partes com um original. ----------

O primeiro contratante, ----------

O segundo contratante." ----------

----------II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta. ----------

O Presidente,

----------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2000----------

73 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO ÀS ESCOLAS B1 PARA FUNCIONAMENTO DOS REFEITÓRIOS ESCOLARES COM CONFECÇÃO LOCAL PARA OS MESES DE SETEMBRO E OUTUBRO DE 1999 – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO – CP 01.05.13.04.:----------

---------- I – O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:----------

---------- "Um – Introdução----------

---------- Na sequência do meu despacho de vinte e nove de Dezembro de mil novecentos e noventa e nove, exarado sob a informação número trezentos e noventa e nove, da Divisão de Educação, autorizei a atribuição do subsídio de apoio às Escolas B Um com confecção local para os meses de Setembro e Outubro de mil novecentos e noventa e nove, perfazendo um valor total de quatro milhões trezentos e trinta mil quatrocentos e setenta e nove escudos.----------

---------- Dois - Proposta ----------

---------- Assim, proponho: ----------

---------- Dois.um - A ratificação do meu despacho de vinte e nove de Dezembro de mil novecentos e noventa e nove, nos termos do artigo sexagésimo oitavo, número três, conjugado com o artigo sexagésimo quarto, número quatro, alínea d), ambos do Decreto-Lei número cento e sessenta e nove, de noventa e nove, de dezoito de Setembro. ----------

---------- Dois.dois - Comunicação às Escolas. ----------

---------- Dois.três - Aprovação em minuta." ----------

---------- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.----------

O Presidente,

----------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2000----------

74 – CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA O FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ÀS ESCOLAS BÁSICAS DO 1º. CICLO DO CONCELHO DE OEIRAS: ----------

---------- I – A Senhora Vereadora Teresa Zambujo apresentou à Câmara a seguinte proposta: -

---------- "Um – Introdução----------

---------- O Decreto-Lei número trezentos e noventa e nove-A, de oitenta e quatro, de vinte e oito de Dezembro, regula a transferência para os municípios das novas competências em matéria de acção social, nomeadamente no domínio dos Refeitórios Escolares, atribuindo às Câmaras Municipais a respectiva gestão. ----------

---------- De harmonia com o preceituado no artigo sexto, número um, do Decreto-Lei supracitado, os Refeitórios Escolares fornecerão apenas o almoço, que será constituído por uma refeição equilibrada, segundo as normas gerais de alimentação emanadas do Instituto de Acção Social Escolar, complementando a função educativa da escola.----------

---------- Atenta à experiência anterior e no sentido de garantir o regular funcionamento dos refeitórios escolares do primeiro ciclo do ensino básico, no período compreendido entre um de Setembro de dois mil a trinta e um de Dezembro de dois mil e dois, submete-se à apreciação da Câmara a abertura do presente Concurso Público Internacional para o fornecimento de refeições.

---------- Dois – Proposta ----------

---------- Assim, proponho: ----------

---------- Dois.um - A aprovação do Programa de Concurso e do Caderno de Encargos. ---------

---------- Dois.dois - A abertura do respectivo processo de Concurso Público Internacional para o fornecimento de refeições às Escolas B Um do Concelho, no período de um de Setembro de dois mil a trinta e um de Dezembro de dois mil e dois, nos termos da alínea q), do número um, do artigo sexagésimo quarto, da Lei número cento e sessenta e nove, de noventa e nove, de dezoito de Setembro, conjugado com os artigos octogésimo, número um e décimo oitavo,

número um, alínea b), ambos do Decreto-Lei cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de Junho. -- ----------

----------Dois.três - A aprovação da possibilidade do Município poder recorrer no ano seguinte à vigência do contrato, ao previsto na alínea g), do número um, do artigo octogésimo sexto, do Decreto-Lei cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de Junho.----------

----------Dois.quatro - Que a presente deliberação seja submetida a apreciação da Assembleia Municipal, para efeitos do número seis, do artigo vigésimo segundo, do Decreto-Lei cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de Junho, de acordo com a alínea a), do número seis, do artigo sexagésimo quarto, da Lei cento e sessenta e nove, de noventa e nove, de dezoito de Setembro. - ----------

----------Dois.cinco - A aprovação do júri do concurso, constituído pelos seguintes elementos:

---------- Director do Departamento de Assuntos Sociais e Culturais - Professor José Manuel Constantino, na qualidade de Presidente; ----------

---------- Directora do Departamento de Finanças e Património – Doutora Maria Emília Xavier;----- ----------

---------- Chefe da Divisão de Educação – Doutora Maria do Rosário Martins;----------

---------- Técnica Serviço Social da Divisão de Educação – Doutor Mirna Mascarenhas;------

---------- Jurista do Gabinete de Apoio Jurídico – Doutor Jorge Ferreira.----------

----------Dois.seis - Aprovação em minuta.”----------

----------II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. ---------

O Presidente,

75 – ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: ----------

---------- Às vinte horas e trinta e cinco minutos o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente acta, que vai ser por si assinada e pelo Director do Departamento de Administração Geral.----------

O Presidente,

O Director do Departamento de Administração Geral,